

UFRRJ
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

**A CONSERVAÇÃO DA PRAÇA BARÃO DE CAMPO BELO,
NO MUNICÍPIO DE VASSOURAS/RJ, EM FACE DO
TOMBAMENTO FEDERAL**

MARIANA D'AGUILA GATZKE

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE PPGPACS**

**A CONSERVAÇÃO DA PRAÇA BARÃO DE CAMPO BELO, NO MUNICÍPIO DE
VASSOURAS/RJ, EM FACE DO TOMBAMENTO FEDERAL**

MARIANA D'AGUILA GATZKE

Sob a Orientação do Professor

Claudio Antônio Santos Lima Carlos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do Grau de **Mestre em Patrimônio Cultural**, no Programa de Pós Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade. Área de concentração: Patrimônio Cultural: Memória, Identidades e Sociedade.

Nova Iguaçu, RJ
2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G258c Gatzke, Mariana D'Aguila, 1993-
A Conservação da Praça Barão de Campo Belo, no
Município de Vassouras/RJ, em Face do Tombamento
Federal / Mariana D'Aguila Gatzke. - Rio de Janeiro,
2023.
186 f.: il.

Orientador: Claudio Antônio Santos Lima Carlos.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Patrimônio, Cultura e Sociedade, 2023.

1. Patrimônio Paisagístico. 2. Gestão. 3. Jardins
Históricos Fluminense Vassouras/RJ. I. Carlos, Claudio
Antônio Santos Lima, 1961-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE



TERMO Nº 539 / 2023 - PPGPACS (12.28.01.00.00.00.22)

Nº do Protocolo: 23083.030852/2023-59

Nova Iguaçu-RJ, 16 de maio de 2023.

Termo de aprovação da dissertação de Mariana D Aguilã Gatzke, intitulada A Conservação da Praça Barão de Campo Belo, no Município de Vassouras/RJ, em Face do Tombamento Federal, submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade, no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Patrimônio, Cultura e Sociedade. A banca examinadora foi composta pelos professores/pesquisadores: Cláudio Antonio Santos Lima Carlos (orientador); Isabel Rocha (Examinadora Externa à Instituição - IPHAN) e Ana Paula Ribeiro de Araújo (Examinador interno PPGPACS/UFRRJ).

(Assinado digitalmente em 17/05/2023 08:06)
ANA PAULA RIBEIRO DE ARAUJO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptAU (12.28.01.00.00.00.00.43)
Matrícula: 2344729

(Assinado digitalmente em 16/05/2023 11:03)
CLAUDIO ANTONIO SANTOS LIMA CARLOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptAU (12.28.01.00.00.00.00.43)
Matrícula: 1520543

(Assinado digitalmente em 16/05/2023 18:16)
ISABEL ROCHA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 511.136.197-91

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **539**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **16/05/2023** e o código de verificação: **b0a337c8ad**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, origem e alicerce da minha formação.

Ao meu companheiro Vinícius, pelo amor, apoio e compreensão.

À minha irmã Milena, pela amizade e incentivo.

Às minhas queridas Lina e Melissa, por sempre estarem ao meu lado.

Ao professor Claudio Antônio Santos Lima Carlos, pela orientação, confiança e disponibilidade.

Ao professor Luiz Augusto dos Reis-Alves, pelos ensinamentos, apoio e parceria desde a graduação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultura e Sociedade, pelas contribuições através das aulas ministradas durante o curso.

Aos queridos amigos e funcionários da Prefeitura Municipal de Vassouras, em especial a Secretaria de Urbanismo e Patrimônio Histórico, pelo incentivo e ajuda nesta caminhada.

Ao Escritório Técnico do Médio Vale do Paraíba – IPHAN/RJ, pela gentileza no atendimento às minhas solicitações.

Finalmente, a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo principal avaliar criticamente a conservação pública dos principais elementos físico-estruturais, formais, decorativos e vegetais da Praça Barão de Cambo Belo (1835-1958). A praça integra o conjunto Paisagístico Urbanístico da Cidade de Vassouras/RJ, bem cultural protegido por tombamento federal, desde 1958. A citada análise considerará a trajetória do Jardim no período 1958-2023, ou seja, desde o seu tombamento aos dias atuais. A paisagem do centro histórico de Vassouras vem passando por diversas intervenções no decorrer do tempo. Com isso, é possível perceber que há uma lacuna no trato da conservação da composição paisagística dos jardins históricos de Vassouras, o que tem como consequência a insuficiência de critérios e diretrizes para a sua gestão e manejo o que pode comprometer a integridade e autenticidade de toda a paisagem cultural do conjunto. De natureza textual argumentativa-expositiva, essa dissertação está dividida em quatro capítulos, quais sejam: O primeiro capítulo disserta sobre os principais conceitos estudados: o de paisagem (com destaque para a área de Patrimônio Histórico), a praça e o jardim no sistema de espaços livres. No segundo capítulo estudamos os jardins e as praças no mundo ocidental tomando como recorte temporal o século XV ao XIX juntamente com o conceito de patrimônio cultural e sua expansão até a compreensão dos jardins históricos como categoria do patrimônio, em seguida os jardins e as praças da cidade do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX e as praças do Médio Vale do Paraíba Sul Fluminense do século XIX. O estudo de caso, a praça Barão de Campo Belo, Vassouras/RJ, será apresentado no terceiro, o quarto capítulo será destinado a proposição de diretrizes para a conservação e valorização deste bem cultural. Por fim, nas considerações finais serão traçados os limites encontrados pela pesquisa e possíveis parâmetros de conservação.

Palavras-chave: Patrimônio Paisagístico; Gestão; Jardins Históricos Fluminense Vassouras/RJ.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to critically evaluate the public conservation of the main physical-structural, formal, decorative and vegetal elements of Praça Barão de Cambo Belo (1835-1958). The square is part of the Urban Landscape set of the City of Vassouras/RJ, a cultural asset protected by federal listing since 1958. The aforementioned analysis will consider the trajectory of the Garden in the period 1958-2023, that is, from its listing to the present day. The landscape of the historic center of Vassouras has undergone several interventions over time. With this, it is possible to perceive that there is a gap in the treatment of the conservation of the landscape composition of the historic gardens of Vassouras, which has as a consequence the insufficiency of criteria and guidelines for its management and management, which can compromise the integrity and authenticity of all the cultural landscape of the whole. Of an argumentative-expository textual nature, this dissertation is divided into four chapters, namely: The first chapter discusses the main concepts studied: the landscape (with emphasis on the Historical Heritage area), the square and the garden in the system of free spaces. In the second chapter, we study the gardens and squares in the western world, taking the 15th to the 19th century as a time frame, together with the concept of cultural heritage and its expansion to the understanding of historic gardens as a category of heritage, then the gardens and squares of city of Rio de Janeiro in the 18th and 19th centuries and the squares of the Middle Vale do Paraíba Sul Fluminense in the 19th century. The case study, the Barão de Campo Belo square, Vassouras/RJ, will be presented in the third, the fourth chapter will be aimed at proposing guidelines for the conservation and enhancement of this cultural asset. Finally, in the final considerations, the limits found by the research and possible conservation parameters will be traced.

Keywords: Landscape Heritage; Management; Historical Gardens Fluminense Vassouras/RJ.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CIAM	Conferência Internacional de Arquitetura moderna
ETMP	Escritório Técnico do Médio Vale Paraíba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOM	Escritório Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IFLA	Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAPRO	Museu Mariano Procópio
PFTMV	Planejamento Físico e Territorial do Município de Vassouras
PIV	Planos Integrados de Vassouras
PMV	Prefeitura Municipal de Vassouras
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: Classificação das árvores quanto ao porte.....	132
Quadro 1: Categoria e Variáveis de análise.....	26
Quadro 2: Classificação morfológica das plantas segundo Salviati (1993), considerando os estratos vegetais.....	28
Quadro 3: Características do período Eclético - Linha Clássica.....	66
Quadro 4: Características do período Eclético - Linha Romântica.....	67
Quadro 5: Características do período Eclético - Clássico-Romântico.....	69
Quadro 6: Classificação morfológica das plantas, considerando os estratos vegetais	131
Quadro 7: Árvore da Praça Barão de Campo Belo.....	134
Quadro 8: Palmeiras da Praça Barão de Campo Belo.....	136
Quadro 9: Coníferas da Praça Barão de Campo Belo.....	138
Quadro 10: Arbustos da Praça Barão de Campo Belo.....	138
Quadro 11: Herbáceas da Praça Barão de Campo Belo.....	140
Quadro 12: Plantas atípicas da Praça Barão de Campo Belo.....	142

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização Vassouras, Centro Histórico.....	22
Figura 2: Praças do Médio Vale do Paraíba.....	22
Figura 3: Centro Histórico de Vassouras e Praça Barão de Campo Belo.....	24
Figura 4: Teoria da Morfologia e da Tipologia Urbana- Roger Trancik 1986.....	25
Figura 5: Esquema retirado do livro Arquitetura, espaço e ordem - Ching, 1987.....	27
Figura 6: Ilustração referente as classificações dos extratos vegetais - Salviati, 1993.....	27
Figura 7: Villa Lante, Bagnaia, Itália.....	37
Figura 8: Villa d'Este, Tivoli, Itália.....	36
Figura 9: Piazza de Campo de Siena, Itália.....	39
Figura 10: Jardins de Versailles, França.....	41
Figura 11: Place des Vosges, França.....	43
Figura 12: Largo Colonial, configurado pelos casarios do entorno.....	63
Figura 13: Tríade básica clássica e modelos de praças brasileiras Ecléticas Clássicas.....	65
Figura 14: Modelos de praças brasileiras Ecléticas Românticas.....	68
Figura 15: Modelos de praças brasileiras Ecléticas Clássica-Romântica.	69
Figura 16: Passeio Público, 1861.....	72
Figura 17: Terraço do Passeio Público e Pavilhão.....	73
Figura 18: Nova proposta de projeto para o Passeio Público.....	75
Figura 19: As plantas do Passeio Público do Rio de Janeiro: à direita, o traçado romântico que ainda resiste, e, à esquerda, o desenho Clássico antigo.....	76
Figura 20: Análise estilística paisagística do Passeio Público do Rio de Janeiro (1783)	77
Figura 21: Análise estilística paisagística do Passeio Público do Rio de Janeiro (1862)	78
Figura 22: Campo de Santana. Franz Josef Frühbeck -1818.....	80
Figura 23: Projeto para Quinta da Boa Vista.....	82
Figura 24: Planta da Vila de Valença elaborada por Cezar Cadolino em 1846.....	84
Figura 25: Praça XV de Novembro, chafariz em cantaria de 1851.....	85
Figura 26: Praça XV de Novembro - Monumento.....	86
Figura 27: Praça XV de Novembro - Traçado sinuoso e vegetação exuberante.....	86
Figura 28: Praça XV de Novembro - Divã em cantaria.....	86
Figura 29: Praça XV de Novembro - Ponte de travessia.....	86

Figura 30: Câmara e Jardim Municipal (Praça da Bandeira)	88
Figura 31: Parque Centenário (Praça da Bandeira), ao fundo Palácio Barão de Guapy (Antiga Câmara Municipal)	88
Figura 32: Cópia do projeto de intervenção paisagística na Praça da Bandeira, feita por Roberto Burle Marx.....	89
Figura 33: Praça da Bandeira (Jardim da Preguiça) - Canteiros com forração composta por jiboias.....	90
Figura 34: Praça da Bandeira (Jardim da Preguiça) -Coreto e vegetação.....	90
Figura 35: Praça da Bandeira (Jardim da Preguiça) - Canteiros sinuosos.....	90
Figura 36: Praça da Bandeira (Jardim da Preguiça) - Espelho d'água.....	90
Figura 37: Localização Vassouras, Centro Histórico.....	92
Figura 38: Centro Histórico de Vassouras e Praça Barão de Campo Belo.....	93
Figura 39: Caminhos, freguesias e aldeias na região de Vassouras.....	94
Figura 40: Planta da Vila de Vassouras, 1836. Estrada da polícia nº 1-2-3 e Capela N. S. ^a da Conceição nº 4.....	96
Figura 41: Vila de Vassouras. Fonte: Ludwig & Briggs.....	98
Figura 42: Chafariz Monumental.....	100
Figura 43: Planta da cidade de Vassouras, 1858/1861.....	101
Figura 44: Vassouras Litogravura (colorida) de Victor Frond. 1859.....	102
Figura 45: Praça Barão de Campo Belo, 1897.....	104
Figura 46: Jardim público (Novo traço) 1915, início das obras.....	106
Figura 47: Jardim público traçados remodelado em 1915.....	106
Figura 48: Planta cadastral Centro Urbano de Vassouras, com lotes e ocupação urbana 1932.....	107
Figura 49: Ampliação Planta cadastral Centro Urbano de Vassouras (1932).	107
Figura 50: Traçado atual da Praça Barão de Campo Belo.....	107
Figura 51: Coreto da Praça Barão de Campo Belo, início século XX.....	107
Figura 52: Dia da árvore, plantio na Praça Barão de Campo Belo em 1941.....	107
Figura 53: Comemoração dia da árvore na Praça Barão de Campo Belo em 1941.....	109
Figura 54: Dia da árvore, plantio na Praça Barão de Campo Belo em 1947.....	109
Figura 55: Cartão postal da Praça Barão de Campo Belo Jardim de Vassouras, 1950.....	109
Figura 56: Praça Barão de Campo Belo, vista para o Chafariz Monumental e Igreja Matriz, 1957.....	110

Figura 57: Praça Barão de Campo Belo, vista para o Paço Municipal e Chafariz Monumental, 1957.....	111
Figura 58: Linha do tempo Praça Barão de Campo Belo e gestores do município de Vassouras.....	112
Figura 59: Vista aérea cento da cidade de Vassouras.....	113
Figura 60: Ocupação e forma do quarteirão.....	117
Figura 61: Curvas de nível Praça Barão de Campo Belo.....	118
Figura 62: Skyline e topografia da Praça Barão de Campo Belo.....	119
Figura 63: Praça Barão de Campo Belo e edificações limítrofes.....	119
Figura 64: Casa Barão de Itambé.....	120
Figura 65: Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.....	120
Figura 66: Casa Barão do Amparo.....	120
Figura 67: Centro Cultural Cazuzza.....	120
Figura 68: Igreja Universal do Reino de Deus.....	120
Figura 69: Antigo Salão Brasil.....	120
Figura 70: Antigo Hotel.....	120
Figura 71: Câmara Municipal.....	121
Figura 72: Paço Municipal (Antiga Casa Barão do Ribeirão)	121
Figura 73: Rua Caetano Furquim.....	122
Figura 74: Oswaldo de Almeida Ramos.....	122
Figura 75: Análise circulação viária.....	122
Figura 76: Praça Sebastião Lacerda e sequência de figueiras da rua Barão de Tinguá.....	123
Figura 77: Análise ocupação do solo (cheios e vazios)	124
Figura 78: Análise usos do solo.....	125
Figura 79: Análise gabaritos.....	126
Figura 80: Análise estilística paisagística da Praça Barão de Campo Belo.....	127
Figura 81: Planta baixa – Praça Barão de Campo Belo.....	128
Figura 82: Cortes – Praça Barão de Campo Belo.....	128
Figura 83: Análise dos usos – Praça Barão de Campo Belo.....	129
Figura 84: Estrutura monoaxial e poliaxial.....	133
Figura 85: Mobiliário e elementos ornamentais.....	143
Figura 86: Banco e lixeira.....	142

Figura 87: Poste e luminária pública.....	144
Figura 88: Poste, banco e chafariz.....	144
Figura 89: Chafariz Monumental.....	144
Figura 90: Banco de troncos.....	144
Figura 90: Busto Raul Fernandes.....	145
Figura 92: Busto Maurício de Lacerda.....	145
Figura 93: Monumento centenário de elevação de Vassouras à categoria de cidade (1857-1957)	145
Figura 94: Lago artificial.....	145
Figura 95: Lago artificial e pequena ilha.....	145
Figura 96: Pedras artificiais com queda d'água.....	146
Figura 97: Coreto.....	146
Figura 98: Análise - Praça Barão de Campo Belo, 1897.....	147
Figura 99: Análise – Praça Barão de Campo Belo 1915.....	148
Figura 100: Análise - Praça Barão de Campo Belo, início século XX.....	148
Figura 101: Análise - Praça Barão de Campo Belo, 1957.....	149
Figura 102: Análise - Praça Barão de Campo Belo Jardim de Vassouras, década de 1950....	149
Figura 103: Análise - Praça Barão de Campo Belo, s/d.....	149
Figura 104: Análise - Praça Barão de Campo Belo, s/d.....	149
Figura 105: Cedrinho arrancado em maio de 2022.....	150
Figura 106: Cedrinho replantado em julho de 2022.....	150
Figura 107: Cedrinho replantado em abril de 2023.....	150
Figura 108: Cavidades para o plantio de herbáceas sem vegetação.....	150
Figura 109: Cavidades para o plantio de flores sem vegetação.....	150
Figura 110: Obra para execução de rede de iluminação subterrânea.....	151
Figura 111: Praça Barão de Campo Belo em 2022, vista para a Igreja Matriz.....	152
Figura 112: Praça Barão de Campo Belo em 2022, vista para o coreto.....	152
Figura 113: Mapa setorização da legislação vigente – Municipal e Federal.....	154
Figura 114: Portaria nº12/86 – Áreas mapeadas.....	156
Figura 115: Delimitação dos Ambientes I, II e III.....	158
Figura 116: Zoneamento Urbano da cidade de Vassouras.....	161

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
ROTEIRO METODOLÓGICO	20
1. PAISAGEM, PRAÇA E JARDIM, UMA ABORDAGEM TEÓRICA	30
1.1. O estudo da paisagem	30
1.2. A praça e o jardim e o sistema de espaços livres na cidade	32
2. PRAÇA E JARDINS HISTÓRICOS	35
2.1. A configuração da paisagem europeia dos séculos XV ao XIX	35
2.1.1. Jardins e praças Italianas (séculos XV-XVI)	35
2.1.2. Jardim e praças Francesas (século XVII)	40
2.1.3. Jardins e praças Inglesas (século XVIII)	43
2.1.4. Paisagem da cidade industrial (século XIX)	46
2.2. Formação do conceito de patrimônio cultural	48
2.2.1. A expansão do conceito de patrimônio cultural	50
2.2.2. Jardins históricos como categoria do patrimônio	53
2.2.3. Carta de Florença (1981) Sobre jardins históricos	55
2.2.4. Carta de Juiz de Fora (2010) Carta dos jardins Históricos Brasileiros	59
2.3. Linguagens projetuais paisagística no Brasil	62
2.3.1. Período Colonial	62
2.3.2. Período Eclético	64
2.3.3. Linha Clássica	65
2.3.4. Linha Romântica	66
2.3.5. Linha Clássica-Romântica	68
2.4. Jardins do Rio de Janeiro no século XVIII e XIX	70
2.4.1. Passeio Público (1779-1783) e Reforma do Passeio Público (1862)	70
2.4.2. Linguagem estilística paisagística do Passeio Público	76
2.4.3. Passeio Público do Campo de Santana	78
2.4.4. Quinta da Boa Vista e a reformulação do Campo de Santana	82
2.5. Praças do Médio Vale do Paraíba do século XIX.	84
2.5.1. Praça XV de Novembro (Jardim de Baixo) – Valença	84
2.5.1.1. Linguagem estilística paisagística, Praça XV de Novembro (Jardim de Baixo) – Valença	85
2.5.2. Praça da Bandeira (Jardim da Preguiça/Parque Centenário) – Barra mansa	87
2.5.2.1. Linguagem estilística paisagística, Praça da Bandeira (Jardim da Preguiça/Parque Centenário) – Barra Mansa	89
3. PRAÇA BARÃO DE CAMPO BELO, VASSOURAS/RJ	92

3.2.	A formação do município de Vassouras e a construção da Praça Barão de Campo Belo.....	93
3.4.	Análise do espaço urbano (entorno imediato)	116
3.4.1.	Malha urbana	117
3.4.2.	Circulação viária	121
3.4.3.	Ocupação do solo.....	123
3.4.4.	Uso do solo	124
3.4.5.	Gabarito	125
3.5.	Linguagem estilística paisagística da Praça Barão de Campo Belo	126
3.5.1.	Espécies vegetais	129
3.5.1.1.	Árvores.....	132
3.5.1.2.	Palmeiras	135
3.5.1.3.	Coníferas	137
3.5.1.5.	Plantas herbáceas	139
3.5.1.6.	Plantas atípicas	141
3.5.2.	Mobiliário e elementos ornamentais.....	143
3.5.2.1.	Análise comparativa.....	146
4.	CONSERVAÇÃO DE JARDINS HISTÓRICOS, O CASO DA PRAÇA BARÃO DE CAMPO BELO	153
4.1.	A conservação da Praça Barão de Campo Belo	153
4.1.1.	Lei Municipal nº 1.099/1978.	153
4.1.2.	Portaria nº 12/86 IPHAN	155
4.1.4.	Planos Integrados de Vassouras (PIV).....	160
4.1.5.	Operações para preservação de um jardim histórico	163
4.1.5.1.	Identificação	163
4.1.5.2.	Planejamento	167
4.1.5.3.	Proteção.....	168
4.1.5.4.	Conservação	170
4.1.5.5.	Restituição.....	170
4.1.5.6.	Restauração	170
4.1.5.7.	Revitalização	172
4.1.5.8.	Manutenção	173
4.1.5.9.	Administração	173
4.1.5.10.	Instruções para o uso	174
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
	REFERÊNCIAS	179
	APÊNDICE	179

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo principal avaliar criticamente a conservação pública dos principais elementos físico-estruturais, formais, decorativos e vegetais da Praça Barão de Cambo Belo (1835-1958). A praça integra o conjunto Paisagístico Urbanístico da Cidade de Vassouras/RJ, bem cultural protegido por tombamento federal¹, desde 1958. A citada análise considerará a trajetória do Jardim no período 1958-2023, ou seja, desde o seu tombamento aos dias atuais.

A Praça Barão de Campo Belo está localizada na área central de Vassouras, que é considerada pelos moradores como “coração da cidade” e palco de diversas relações sociais e manifestações culturais importantes para memória da população local. A praça com seu jardim histórico ainda guarda as características principais de um conjunto paisagístico do século XIX, constituindo-se em uma importante referência para a cidade. A beleza dos ambientes arborizados aparece como um dos protagonistas nessa paisagem, configurando-se como um dos componentes que levaram ao tombamento do conjunto, sendo esses tão importantes quanto os bens arquitetônicos que a circundam (Processo n° 566-T-57, fl. 169).

Recentemente, o Município vem consolidando cada vez mais o pensamento e as ações preservacionistas, o que se reflete em sua legislação. Porém é possível perceber que há uma lacuna no trato da conservação da composição paisagística da praça em questão, o que tem como consequência a insuficiência de critérios e diretrizes para a sua gestão e manejo, ainda que já seja objeto de proteção conforme visto. Algumas intervenções como a retirada e acréscimo de canteiros e de espécies vegetais e alterações do modelo de postes de iluminação são exemplos vistos na Praça Barão de Campo Belo, tais ações podem contribuir para descontinuidade do padrão original da composição preservada.

Entender a constituição da memória dos espaços verdes urbanos é relevante, pois está intimamente ligado à construção da identidade do local. Embora se tenha alguns relatos sobre a história das praças e jardins do Centro Histórico de Vassouras, pouco se conhece sobre seus projetos e intenções originais de seus projetistas, bem como as transformações que aconteceram ao longo dos anos.

O desenvolvimento e a modernização das áreas urbanas podem acarretar perdas e comprometer as condições originais que caracterizam o ambiente. Devido a isso, os elementos

1 Processo n° 566-T-57 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN.

que integram a paisagem preservada, devem se destacar em uma relação inversa ao crescimento populacional local. É necessário a compreensão dos processos de transformação da paisagem aliada a uma análise dos instrumentos de caráter normativos ou recomendatórios voltados para conservação da composição paisagística, o que torna possível o estabelecimento de normas adequadas para sua proteção, e que contribuirão com futuros planos de intervenção nestas áreas.

Para realizar o objetivo principal, observa-se, brevemente, a trajetória histórica mundial, nacional e regional (Estado do Rio de Janeiro) dos jardins urbanos e praças, que embasou, no século XX, o conceito de “jardim histórico” estabelecido pela Carta de Florença (1981) que o definiu como: “(...) uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal, é considerado um monumento” (CARTA DE FLORENÇA, 1981, p.1).

A partir do conceito “jardins históricos”, destacou-se a Praça Barão do Campo Belo como estudo de caso que propiciou uma análise acerca das práticas recorrentes no país, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, voltadas à conservação desses espaços, possibilitando reflexões sobre questões patrimoniais relacionadas a sua conservação ainda pouco discutidas nos campos técnico e acadêmico da região do Vale do Paraíba.

A Carta de Juiz de Fora (2010) baseou-se na Carta europeia de 1981, para transpor o conceito de “jardim histórico” para realidade brasileira, foi necessário abranger diversos locais de que servem como refúgio, onde a natureza e a história são elementos vivos e dinâmicos, não limitados apenas aos jardins, considerando também todos os “sítios e paisagens agenciadas pelo homem, como por exemplo, jardins botânicos, praças, parques, largos, passeios públicos, alamedas, hortos, pomares, quintais, jardins privados e jardins de tradição familiar” (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010, p.1)

Segundo a Carta de Juiz de Fora (2010) os jardins históricos na realidade brasileira equivalem em importância simbólica e afetiva aos

[...] locais de encontro e convívio, como os parques, jardins e passeios das cidades históricas e também das grandes metrópoles, entre outros locais que se constituem muitas vezes em refúgio apaziguador, em contraste com o tempo ditado pelos automóveis e pelo relógio (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010, p.2)

Realiza-se assim, a confrontação entre o conceito de “jardim histórico”, os aspectos que devem ser considerados na sua conservação e a trajetória da Praça Barão de Campo Belo tendo em vista a sua proteção via tombamento federal.

Cabe destacar, o artigo 15, da Carta de Florença (1981) que recomenda que antes de qualquer intervenção em um jardim histórico, a realização de “uma ampla investigação, desde a escavação arqueológica à recolha de toda a documentação relativa ao jardim em questão e a outros jardins semelhantes, a fim de assegurar o caráter científico da intervenção.

Os resultados obtidos possibilitaram identificar e avaliar as perdas, adições, lacunas e transformações, ocorridas no Jardim - vegetação, traçado, topografia, dentre outros - tendo por base uma análise iconográfica (fotos, pinturas, gravuras etc.), documental e bibliográfica sobre o tema. Por outro lado, também será avaliada a eficácia do instrumento do tombamento e a ação do órgão de patrimônio cultural federal que estabeleceu parâmetros de conservação, bem como a gestão e fiscalização do espaço por parte da Prefeitura de Vassouras. Desta forma, se tornará possível identificar deficiências na gestão da conservação do espaço e propor meios que colaborem para a revisão dos atuais critérios de conservação adotados para a proteção do patrimônio paisagístico deste sítio histórico com intuito de desenvolver um futuro plano de gestão desse importante espaço público.

A pesquisa realizada revelou pouca disponibilidade, em arquivos locais, de informações e documentos referentes a Praça Barão de Campo Belo, o que dificultou uma avaliação mais precisa sobre a trajetória do processo de gestão da conservação da praça. O mesmo acontece com outras praças históricas da região, como a Praça Eufrásia Teixeira Leite e Sebastião Lacerda dentre outras praças e jardins do Médio Vale do Paraíba Sul Fluminense. Assim, a pesquisa também revelou a urgente necessidade de identificação e organização documental referente às praças, sendo necessário elaborar os inventários de identificação histórico paisagístico para então delinear os instrumentos mais pertinentes e eficazes para a sua preservação, conservação e valorização.

Portanto, algumas questões são levantadas sobre o estudo de caso adotado. São elas:

- A gestão desse espaço público está condizente com sua significação paisagística para a caracterização da paisagem local?
- Quais as referências teóricas (entendimentos teóricos) e interesses guiam as ações práticas dos gestores públicos na conservação desses bens?

Com isso, a hipótese principal deste estudo é pautada pela insuficiência (ou inexistência) de critérios e diretrizes para a sua gestão e manejo em face da sua importância para a composição

paisagística do conjunto em questão, o que pode acarretar uma insatisfatória conservação desse patrimônio cultural, vindo a comprometer, no futuro, sua integridade e autenticidade.

De natureza textual argumentativa-expositiva, essa dissertação está dividida em quatro capítulos, quais sejam: O capítulo 1 disserta sobre os principais conceitos estudados: o de paisagem (com destaque para a área de Patrimônio Histórico), a praça e o jardim no sistema de espaços livres. No capítulo 2 estudamos os jardins e as praças no mundo ocidental tomando como recorte temporal o século XV ao XIX juntamente com o conceito de patrimônio cultural e sua expansão até a compreensão dos jardins históricos como categoria do patrimônio, em seguida os jardins e as praças da cidade do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX e as praças do Médio Vale do Paraíba Sul Fluminense do século XIX. O estudo de caso, a praça Barão de Campo Belo, Vassouras/RJ, será apresentado no capítulo 3 e o capítulo 4 será destinado a proposição de diretrizes para a conservação e valorização deste bem cultural. Por fim, nas considerações finais serão traçados os limites encontrados pela pesquisa e possíveis parâmetros de conservação.

ROTEIRO METODOLÓGICO

Esta seção apresentará as principais etapas metodológicas escolhidas nessa pesquisa, de modo a alcançar o seu principal objetivo avaliar criticamente a conservação pública dos principais elementos físico-estruturais, formais, decorativos e vegetais da Praça Barão de Cambo Belo (1835-1958), que integra o conjunto Paisagístico Urbanístico da Cidade de Vassouras/RJ, bem cultural protegido por tombamento federal.

Referente ao tema principal dessa dissertação, a conservação de jardins históricos, o artigo 15 da Carta de Florença (1981) recomenda que antes de qualquer intervenção em um jardim histórico, se faz necessária a realização de “uma ampla investigação, desde a escavação arqueológica à recolha de toda a documentação relativa ao jardim em questão e a outros jardins semelhantes, a fim de assegurar o caráter científico da intervenção.”

Por essa razão, uma primeira aproximação teórico-conceitual sobre esse espaço paisagístico foi desenvolvida no capítulo 1 - “Paisagem, praça e jardim, uma abordagem teórica” – em que se apresenta o estado da arte sobre os principais conceitos que nortearam essa dissertação. Para o conceito de paisagem, a pesquisa bibliográfica selecionou como principais autores, Lynch (1960), Milton Santos (1978), Neves (1992), Gonçalves (1992), Pellegrino (2000), Leite (1989) e Sandeville Jr. (2005), com destaque para a área de Patrimônio Cultural referenciada pela Carta de Recomendação Europa (1995). Para o conceito e a definição das características das praças e dos jardins referenciamos-nos em autores como Macedo (1995), Lamas (2000), Degreas & Ramos (2010), de modo a compreender essas áreas verdes inseridas no sistema de espaços livres das cidades.

No capítulo 2 - “Praças e jardins históricos” - são apresentadas pesquisas bibliográficas, iconográficas e documentais acerca dos modelos icônicos de praças e jardins que marcaram a história do paisagismo no âmbito internacional, nacional, estadual - Rio de Janeiro e regional - Vale do Paraíba, tendo como objetivo compreender como os jardins históricos foram transformados em patrimônios culturais passíveis de serem protegidos.

Na abordagem dos modelos de jardins e praças na esfera internacional, será apresentado o período marcado pelo surgimento da noção de paisagem, que se inicia durante o Renascimento e se desdobra nos projetos de jardins na Itália (XV/XVI), posteriormente na França (XVII) e Inglaterra (XVIII), também será relatado o contexto da paisagem moderna da era industrial (XIX), posteriormente será elaborada uma revisão bibliográfica e documental relativa aos

jardins históricos como categoria do patrimônio cultural, através dos principais documentos nacionais, internacionais e produções de autores que abordam a conservação destes espaços.

Para isso foram usados como principais autores Segawa (1996), Benevolo (2000), Sun Alex (2011), Carlos Terra (2013). Essa etapa permitiu a identificação e a definição das principais características das linguagens estilísticas paisagísticas estudadas e como estas foram importadas e traduzidas no âmbito nacional, no caso da cidade do Rio de Janeiro, capital do país na época, e como foram “interiorizadas” para as cidades do Estado.

Em seguida será exposta a trajetória da formação do conceito de patrimônio cultural que provocará a mobilização de importantes movimentos percursores em favor de sua conservação. Analisaremos a expansão desse conceito, que levou os jardins históricos, a serem considerados como categoria do patrimônio, tendo como destaque os princípios enunciados na Carta de Florença (1981) e posteriormente na Carta de Juiz de Fora (2010).

Transpondo a análise dos jardins históricos para o contexto nacional, optou-se por apresentar exemplares relevantes dos jardins e da paisagem no Rio de Janeiro tendo como recorte temporal as diferentes expressões do paisagismo surgidas entre os séculos XVII/XVIII e, principalmente no decorrer do século XIX onde assiste-se ao despertar pelo gosto da arte e técnica dos jardins no Brasil. Dentre os modelos apresentados no decorrer do capítulo, optou-se pelo Passeio Público do Rio de Janeiro para uma análise mais detalhada sobre a sua linguagem estilística paisagística, forma e função, baseados nos estudos de Ching (1987), Macedo e Robba (2010), além de registros iconográficos disponibilizados no acervo da Biblioteca Nacional. A escolha do Passeio Público se deu pela sua trajetória iniciada com um projeto de estilo Clássico de autoria de Mestre Valentim (XVII) que após a reforma realizada por Glaziou (XIX) recebeu traçado romântico, sendo possível dissertar sobre duas linguagens estilísticas paisagísticas diferentes atribuídas a um mesmo local.

Para o estudo em nível regional delimitamos a pesquisa sobre as praças históricas do Médio Vale do Paraíba, na área onde está localizado o Centro Histórico de Vassouras (Figura 1). Como amostra, foram escolhidas para análise duas praças contemporâneas a Praça Barão de Campo Belo, nosso estudo de caso, quais sejam: a Praça XV de Novembro em Valença e a Praça da Bandeira em Barra Mansa. A escolha de apenas duas praças se deu em função da escassez de tempo e pouca quantidade de informações documentadas em textos e registros iconográficos sobre as praças do Médio Vale do Paraíba. Contudo, todas as seis praças

identificadas na Figura 2 apresentam linguagem estilística paisagística de influência Eclética Romântica e Eclética Clássica-romântica, o que em um primeiro momento nos permite inferir a preponderância dessa linguagem na região.



Figura 1: Localização Vassouras, Centro Histórico.
Fonte: Autor, 2023.



Figura 2: Praças do Médio Vale do Paraíba.
Fonte: Autor, 2023.

Após a identificação das linguagens estilísticas paisagísticas adotadas no Médio Vale do Paraíba e seu contexto histórico, estabeleceu-se uma comparação estilística formal entre elas e a praça escolhida como estudo de caso, a Praça Barão de Campo Belo. A bibliografia e a iconografia sobre a trajetória histórica da Praça XV de Novembro são fornecidas por Iório (1952), Novaes (2003) e Oliveira T. N. K (2013), e a da Praça da Bandeira por Almeida (1932), Athayde (1960) e Moreira (2002). Para a análise das referências projetuais buscou-se apoio nos conceitos de Ching (1987) e para auxiliar na análise estilística das praças utilizaremos a compreensão de Macedo e Robba (2010) e Macedo (2015) acerca do tema.

No Capítulo 3 - “Praça Barão de Campo Belo, Vassouras/RJ” – a partir dos conceitos de paisagem de praça e jardim e de sistema de espaço livre estudados no capítulo 2 e nas características das linguagens estilísticas paisagísticas no Brasil estudadas no capítulo 3, foi possível aproximar-se do nosso estudo de caso.

As operações de preservação visam salvaguardar os bens culturais identificados, classificados ou protegidos. A Recomendação de Nairóbi (1976) estabelece que “preservação deve significar a identificação, proteção, conservação, restauração, renovação, manutenção e revitalização” (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976, p.3). Neste capítulo por meio de um inventário de identificação tratamos o reconhecimento, o registro e ordenamento das informações da Praça Barão de Campo Belo como bem cultural. Delphim (2005) disserta que ao tratar da preservação em jardins históricos, as principais ações devem ser baseadas na clara definição do bem e de sua relação com entorno onde um levantamento completo é essencial para evidenciar os valores que se pretende preservar, sendo possível estabelecer políticas e estratégias de preservação (DELPHIN, 2005, p. 36 e 37).

Desta forma, iniciou-se pela localização geográfica da Praça Barão do Campo Belo com o auxílio de imagens de satélite (Google Earth) em que delimitaremos a cidade de Vassouras, seu Centro Histórico e a área da praça.



Figura 3: Centro Histórico de Vassouras e Praça Barão de Campo Belo.

Fonte Adaptado de Google Maps, 2023.

Para compreender-se os processos de transformação física da Praça Barão de Campo Belo, no decorrer do tempo, identificando os projetos, planos, intervenções passadas e os contextos políticos que determinaram a conservação da área de estudo, identificando as possíveis perdas, adições e transformações em geral sofridas no espaço, buscamos através de pesquisas bibliográficas, iconográficas e documentais em arquivos públicos e particulares.

A identificação da praça tem seu início a partir do levantamento do seu histórico que traça sua trajetória do seu surgimento (1835) ao seu tombamento (1958). Fundamentalmente, a pesquisa histórica foi baseada nos registros documentais, arquivológicos e iconográficos encontrados no Escritório Técnico do Médio Vale do Paraíba/IPHAN (documentos, plantas arquitetônicas, inventários, atas, periódicos e fotografias), no Arquivo Público Histórico Municipal de Vassouras (periódicos, atas e fotografias), no Departamento de Patrimônio Cultural de Vassouras (livros, documentos e mapas), na Biblioteca Municipal Maurício de Lacerda (livros) e no acervo digital da Biblioteca Nacional (periódicos e fotografias). Como fontes bibliográficas temos como principais autores Silva Telles (1958), Braga (1975), Raposo (1978), Stein (1990), Martins (1993), Thompson (2010) e Isabel Rocha (2011).

O estudo dos elementos do espaço urbano é de grande importância para a compreensão e análise dos espaços livres. Por meio destes podemos identificar as relações entre a massa construída e os vazios urbanos, abordando aspectos como: proporções (forma de ocupação das edificações no lote, escala, hierarquia espacial, distâncias), a relação entre os domínios, públicos, semipúblicos e privados, a relação a respeito dos elementos naturais, questões referentes à acessibilidade, entre outros. Esse estudo consiste em dividir o meio urbano em partes e entender a relação de cada parte entre si e como um todo.

Roger Trancik (1986) descreve as três teorias complementares do espaço urbano, na qual a integração entre elas define os cheios e vazios urbanos, organizando as conexões entre as diferentes partes da cidade. Estas teorias são:

[...] a figura fundo (*figure-ground*), a das conexões (*linkage theory*) e a do lugar (*place theory*), numa “proposta de enfoque integrado através de princípios de desenho”, tais como “interligação de movimento sequencial” e “fechamento lateral e continuidades de limites” (DEL RIO, 1990 apud VASCONCELLOS, 2006).

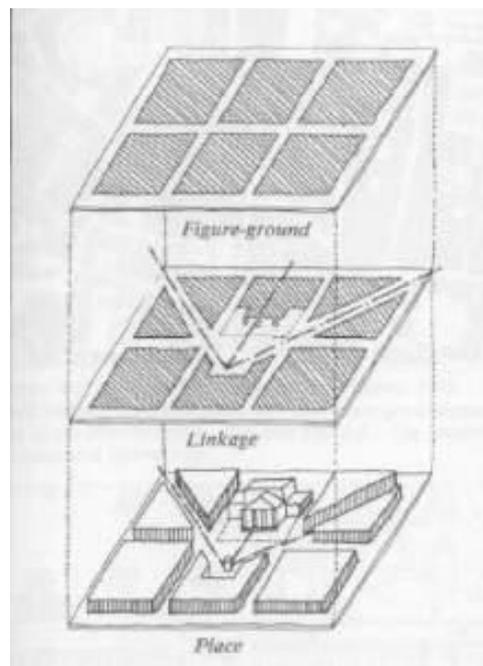


Figura 4: Teoria da Morfologia e da Tipologia Urbana- Roger Trancik 1986.

Fonte: Vasconcellos, 2006

Vasconcellos (2006), em sua tese, resume o método para estudo das características do entorno construído. Esta análise é dividida em três categorias e variáveis: Climatologia urbana, Entorno construído e Usuário. Em nossa pesquisa usaremos como categorias de análise apenas o entorno construído e usuário.

Quadro 1- Categoria e Variáveis de análise

Categoria de análise (principal e de apoio)	Variável
Entorno construído – Centro Histórico	<ul style="list-style-type: none"> • Forma da malha urbana e do quarteirão; • Forma do lote e da ocupação da edificação no lote; • Relação entre as dimensões da praça e a alturas das edificações do entorno imediato a ela; • Gabarito em altura; • Circulação viária; • Uso do solo; • Vegetação; • Elementos hídricos
Usuário	<ul style="list-style-type: none"> • Características culturais; • Atividades desenvolvidas (zoneamento, pontos de encontro, áreas de uso intenso e áreas vazias etc.) • Mobiliário urbano

Fonte: Adaptado de Vasconcellos, 2006.

Para o levantamento dos dados e análise do entorno construído urbano foram realizados registros fotográficos e elaborados mapas e desenhos técnicos (plantas gerais, cortes e elevações) de malha urbana, circulação viária, figura e fundo (ocupação do solo – sistema de espaços livres), uso do solo urbano e gabarito baseados nos estudos de Trancik (1986) e Vasconcellos (2006). Esses instrumentos permitiram compreender o nosso estudo de caso inserido no sistema de espaços livres de urbanização do seu entorno imediato.

Para a identificação e análise da linguagem estilística paisagística e da forma espacial do nosso estudo de caso, baseamo-nos principalmente nos estudos de Macedo e Robba (2010), e de Ching (1987). Para a classificação e identificação da linguagem estilística eclética clássica-romântica da Praça Barão de Campo Belo, elaboramos uma listagem descritiva das principais características estilísticas presentes, ilustradas por registros iconográficos atuais e mapas de localização de seus elementos. Para a análise formal de seu traçado, espaços de circulação, de permanência e de estratos vegetais, organização espacial e princípios de ordem, elaboramos esquemas gráficos acompanhados de textos explicativos.

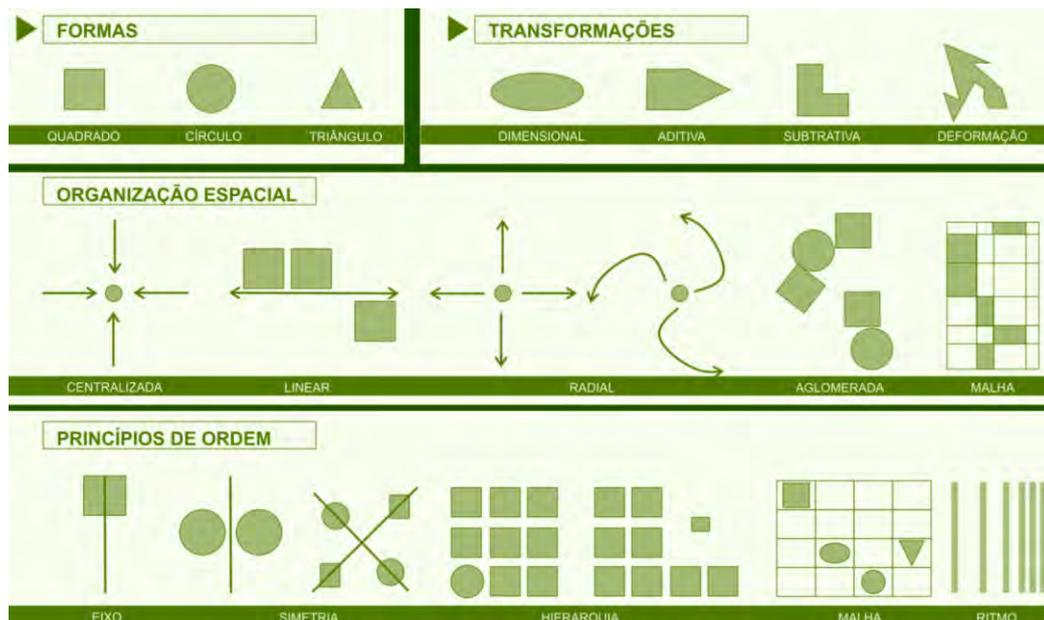


Figura 5: Esquema retirado do livro *Arquitetura, espaço e ordem* - Ching, 1987.

Fonte: Carneiro, 2018, p.12.

O levantamento de identificação e localização referente às espécies vegetais foram realizados a partir de pesquisa iconográfica histórica e atual. Buscamos classificar as espécies vegetais baseados em Salviati (1993) que leva em consideração características relacionadas aos formatos dos elementos vegetais, no caso aos chamados estratos vegetais², quais sejam: forrageiras, trepadeiras, arbustivas, arbóreas (árvores, arvoretas, palmáceas e coníferas). O quadro a seguir foi elaborado de tal maneira a simplificar e facilitar a classificação dos elementos vegetais para fins paisagísticos, sendo necessário a utilização de grupos e sub-grupos, pois não raramente espécies com características importantes em comum também possuem diferenças que não podem ser ignoradas.

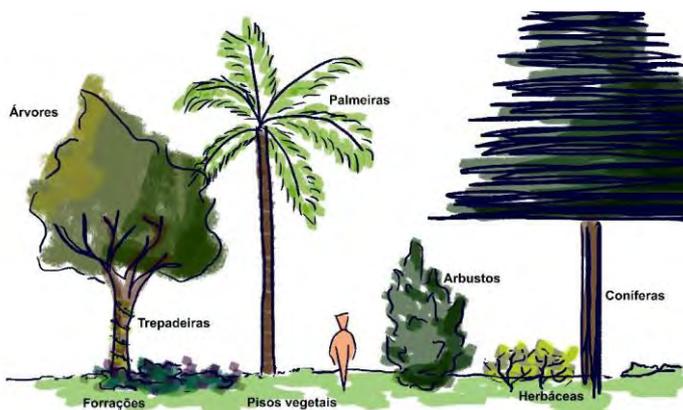


Figura 6: Ilustração referente as classificações dos extratos vegetais - Salviati, 1993.

Fonte: Leone, 2022.

² Contudo, é preciso se levar em conta que qualquer classificação aplicada a um universo tão rico e diversificado quanto o mundo vegetal, estará sempre sujeita a imprecisões, ambiguidades e superposições.

Quadro 2- Classificação morfológica das plantas segundo Salviati (1993), considerando os estratos vegetais.

<p>Plantas arbóreas Plantas com altura normalmente a cima de 5 metros, caule autoportante, único na base, repartindo-se acima do nível do solo.</p>	1. Árvores	Plantas arbóreas, com estrutura ramificada em diferentes formas, caule único, ramos providos de folhas laminares, com formas e tamanhos variados.
	2. Arvoretas	Plantas de porte, até no máximo 5 ou 6 metros de altura, são menores que as espécies classificadas como árvores, mas por não possuírem um caule subdividido na base não podem ser classificadas como arbustos.
	3. Palmeiras	Plantas de caule único, provido de folhas alongadas, caracteristicamente pinadas, inseridas em rosetas na extremidade superior do caule.
	4. Coníferas	Plantas arbóreas, em geral de grande porte, estrutura monopodial (caule vertical com ramificações laterais), copa frequentemente cônica, folha em forma de acículas, lâminas estreitas ou escamas.
<p>Trepadeiras Plantas de caule não autoportante, que crescem apoiadas em outras estruturas</p>	5. Trepadeira	
<p>Plantas arbustivas Plantas até a altura de 5 ou 6 metros, caule em geral subdividido junto ao nível do solo, resistente ao menos parcialmente.</p>	6. Arbusto	
<p>Plantas herbáceas Plantas de caule não resistente, herbáceo (não lenhoso), com altura raramente acima de 1 metro.</p>	7. Herbácea	Plantas esguias, geralmente até 1 (um) metro de altura, excepcionalmente podendo atingir a altura de um arbusto, com o caule completamente herbáceo.
	8. Forrações	Plantas herbáceas, rasteiras, geralmente em comunidades densamente enraizada, com altura até 30cm, aproximadamente, que não admitem pisoteio.
	9. Pisos Vegetais	Plantas herbáceas, rasteiras, normalmente providas de rizomas ou estolões, fortemente enraizadas e muito resistentes ao pisoteio, admitindo poda rente ao solo.

Fonte: Adaptado de Salviati, 1993

Por fim, identificaremos e localizaremos os diferentes tipos de mobiliários e equipamentos existentes atualmente na Praça Barão de Campo Belo por meio de mapas de localização, imagens fotográficas e textos descritivos e explicativos. Para aqueles elementos que se perderam ao longo do tempo, estes serão ilustrados com imagens fotográficas históricas.

No capítulo 4 – “Conservação dos jardins históricos, o caso da Praça Barão de Campo Belo” - Será dedicado a uma revisão bibliográfica e documental relativa à conservação da Praça Barão de Campo Belo. Para isso, é proposta uma análise crítica das sucessivas legislações municipais relacionadas à Praça em questão, serão considerados o Plano Diretor que vigora no município e juntamente com o Código de Posturas, Plano Diretor que está atualmente sendo finalizado, e a Portaria nº 12, publicada em 18 de setembro de 1986 pelo IPHAN, atualmente vigente, que determinam as diretrizes de intervenção no Conjunto Paisagístico e Urbanístico de Vassouras/RJ, além disso nos apoiaremos no Manual de Intervenções em Jardins Históricos elaborado por Delphin (2005) para busca de soluções técnicas e estabelecimento de critérios para futuras operações preservacionistas na Praça Barão de Campo Belo.

1. PAISAGEM, PRAÇA E JARDIM, UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Neste capítulo serão estudados os conceitos de paisagem e o de sistemas de espaços livres de modo a classificar os jardins e as praças, contemplando seus conceitos e principais características.

1.1. O estudo da paisagem

A definição do termo paisagem é plural, sendo amplamente discutida por diversos autores. Esta reflexão é relevante para o entendimento de como percebemos o espaço livre e quais variáveis físicas e culturais podem estar atreladas a ele e como a identificação com esta paisagem pode ser aliada de sua proteção, valorização e apropriação pelos seus usuários.

Bertrand (1972) conceitua a paisagem como o resultado de uma combinação dinâmica entre elementos físicos, biológicos e antrópicos que se relacionam entre si dialeticamente, tornando-se um conjunto indissociável em constante evolução (BERTRAND, 1972 apud LEITE, 1989, p. 127), conceito esse que será adotado nessa pesquisa. A seguir, apresentaremos desdobramentos desse conceito que ajudarão a elucidar mais claramente tal combinação dinâmica.

Outros estudos revelam que a paisagem pode ser interpretada de diferentes maneiras, pois está vinculada a forma e as vivências de quem a observa, “qualquer paisagem é composta não apenas pelo que se estende defronte dos olhos, mas pelo que se encontra dentro de nossas mentes” (MEINING, 1978 apud PELLEGRINO, 1989, p.72), isto é, não só observamos a paisagem, mas a vivenciamos de forma sensível. Seguindo uma linha similar, Gonçalves (1990) define a paisagem como um elemento pessoal, sendo representado pela fisiografia, fisiologia e fisionomia³, portanto, instável, dado que é histórico e pessoal (MAGNOLI, 1980 apud GONÇALVES, 1992, p.80)

A caracterização da paisagem também pode estar relacionada ao lugar a que se pertence, ou seja, aos seus aspectos territoriais, geográficos e dinâmicos. Quando analisamos etimologicamente a palavra “paisagem”, do francês, *paysage*, é possível identificar seu prefixo, *pay* = território, país ou região e seu sufixo *agem* = ação, estando seu significado atrelado a ação em uma configuração territorial. (CUNHA, 1982 apud SANDEVILLE JR., 2005). Já em

³ Fisiografia: Geografia física; descrição dos aspectos ou fenômenos naturais; representação ou detalhamento da natureza (vegetação, recursos hídricos e relevo) ou dos produtos naturais; Fisiologia: Ciência que trata das funções orgânicas pelas quais a vida se manifesta; Fisionomia: Conjunto das características distintivas e particulares; Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fisionomia/>. Acesso em: 05 de março de 2023.

português a palavra paisagem deriva de “país”, não se atendo apenas ao espaço físico, mas integrando o sentido de apropriação do espaço, a construção de um território e de um povo, conformando-se como a imagem desse território (SANDEVILLE JR., 2005, p.51), a memória de um lugar, de um grupo social, de um povo.

As interações socioculturais⁴ fazem com que a paisagem possua significados peculiares, compostos por elementos identitários, característicos e culturais, indissociáveis da interação de múltiplos processos que se conectam e a constituem. Logo, a paisagem pode ser entendida como um conjunto complexo de elementos que conformam um lugar, na qual está atrelado as vivências que nesse se desenvolve, especificando-se pelo meio geográfico e seus ecossistemas (SANDEVILLE JR., 2005, p.53-54).

A natureza processual e vivencial implicada pela ideia de paisagem, depende também de como e quando a experienciamos, podendo variar em função de diferentes deslocamentos (visão serial) e em função das condições ambientais. Kevin Lynch (1960) nos revela que a imagem da cidade está ligada a relação que os indivíduos têm com espaço em que vivem e atuam; algumas partes da cidade podem carregar memórias e significações únicas (múltiplas e variáveis, acréscimo nosso) para quem as vivencia (LYNCH, 1960, p. 11).

Outra abordagem relevante é na qual a paisagem é apresentada como conjunto de elementos naturais e artificiais que podem ser percebidos pelo observador de forma fragmentada, pois existem diferentes graus e momentos de percepção e interesse inerente a cada sujeito. (LEITE, 1989, p. 125). A evolução constante da paisagem devido seus processos de transformação natural e social é percebida através de diferentes meios (órgãos dos sentidos para além da visão), a ação humana sobre ela é determinada a partir de um sistema de valores estipulados pelo próprio homem e muda de acordo com o tempo, a paisagem então, se adequa as potencialidades e restrições estipuladas pelo homem ou pela própria natureza (LEITE, 1989, p. 131).

A qualidade de uma paisagem pode se alterar com o tempo, com isso, a sociedade poderá percebê-la e valorizá-la de forma diferente. Diversos valores podem ser atribuídos a paisagem,

⁴ Sandeville Jr (2005) entende a paisagem além de uma imagem estática, atribuindo a ela a ideia de “ação”. (SANDEVILLE JR, 2005, p.54). Magnoli (1994) atribui a paisagem a ideia de **conformação** e **configuração**, não apenas forma e figura (que implicaria em descrição), mas processo, interação sociedade-natureza (entendimento crítico) (MAGNOLI, 1994, p.60). Empréstando esses termos, paisagem é **ação**: **conformação** (construção de uma representação) e **configuração** (construção de uma materialidade). A paisagem não se reduz a um fenômeno físico, mas está envolta de complexidade em seu significado.

dentre eles, o valor relacionado a memória, que é único para cada indivíduo, pois está relacionado diretamente a aspectos psicológicos, emocionais e afetivos, podendo ser positivos ou negativos, mas também associada à uma memória coletiva. Milton Santos (1978) traz a ideia de que “a paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos” (SANTOS, 1978 apud NEVES 1992, p.108), pois está sempre variando de acordo com a sedimentação das camadas relacionadas as transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e naturais.

No campo patrimonial, temos na Carta de Recomendação Europa de setembro de 1995 a paisagem sendo definida como:

Expressão formal dos numerosos relacionamentos existentes em determinado período entre o indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definidos, cuja aparência é resultado de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos. (CARTA DE RECOMENDAÇÃO EUROPA, 1995, p.3)

Na carta (CARTA DE RECOMENDAÇÃO EUROPA, 1995, p.3), a paisagem também é definida a partir de 3 (três) significados culturais:

1. Percepção territorial pelos usuários
2. Passado e presente na relação entre o indivíduo e o meio
3. Culturas locais: sensibilidades, práticas, crenças e tradições.

A paisagem é tanto a natureza quanto a cultura, ela é a expressão de quem nós somos em quaisquer períodos de tempo e em quaisquer locais e eventos. Ela incorpora a memória coletiva da natureza e da cultura simultaneamente.

1.2. A praça e o jardim e o sistema de espaços livres na cidade

Na paisagem que compõe uma cidade temos os conjuntos de espaços edificados e os espaços não edificados, os vazios, ou espaços livres, conectados por uma malha viária. Os “vazios” são entendidos como os espaços livres entre edificações, em geral descobertos, com formas, dimensões, localização e distribuição variáveis. Sua função pode ser de passagem (de veículos ou pedestres) ou de lazer, contemplação etc. (parques, praças, jardins) que podem ou não receber tratamento de vegetação, mobiliários e equipamentos urbanos. É importante também ressaltar que esses espaços não precisam ter necessariamente uma função pré-definida (DEGREAS & RAMOS, 2010, p 3).

Segundo Macedo (1995), pode-se definir espaços livres como “todos aqueles não contidos entre as paredes e tetos dos edificios construídos pela sociedade para sua moradia e trabalho”

(MACEDO, 1995, p.16). Na paisagem urbana os processos humanos se manifestam sobre a superfície de espaços edificados e espaços não-edificados. Os espaços livres de edificação são todos os espaços não ocupados por um volume construído ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso; já aqueles inseridos nos territórios não ocupados pela urbanização são denominados de espaços livres de urbanização (MACEDO, 1995, p.16).

- Sistemas de espaços livres:
 - (a) Espaço livre de edificação;
 - (b) Espaço livre de urbanização.

Tanto nos sistemas de espaços livres de edificação como nos de urbanização podemos ter áreas com vegetação. Para entender o que caracteriza e como contextualizamos as áreas que contam com vegetação, devemos entender a diferença entre os conceitos de “espaços verdes” e “áreas verdes”. Os espaços verdes são definidos como toda área urbana ou porção de território ocupada por qualquer tipo de vegetação, devendo possuir um valor social. Este valor social pode ser classificado como utilitário, possuindo interesse de conservação ou preservação referente ao seu valor estético/cultural ou até mesmo destinado para o lazer ativo ou passivo; as áreas verdes são determinadas por toda e qualquer área que possua algum tipo de vegetação, possuindo ou não valor social (MACEDO, 1995, p. 18).

Os jardins podem ser caracterizados, inicialmente, por ser um espaço livre, na maioria das vezes descoberto, anexo à edificação, tendo elementos vegetais, ou seja, é um espaço verde, pois possui valor social, mesmo que para um indivíduo e/ou grupo social particular. Essa palavra e conceito, jardim, foi extrapolado no mundo ocidental no século XIX em diante com o nascimento dos grandes espaços, jardins públicos, tendo como atributo o uso da vegetação como aspecto de composição principal, pondo-se o espaço em função dela (SALDANHA, 2011, p. 105).

Já as praças podem ser definidas como “espaços livres, públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livre de veículos” (MACEDO e ROBBA, 2010, p.17), podem contar ou não com ajardinamento, elementos vegetais, possuem dimensões variáveis e são locais de permanência. Lamas (2000) define praça como “um elemento morfológico das cidades ocidentais e distingue-se de outros espaços [...] pela organização espacial e intencionalidade de desenho [...]; pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa” (LAMAS, 2000, p.100). Para ser caracterizado como praça, é

necessário que o espaço reúna a ênfase do desenho urbano para o uso coletivo e que possua significação importante.

O nosso estudo de caso a Praça Barão de Campo Belo, pode ser entendido como uma praça ajardinada ou uma praça de espaço verde (pois possui valor social) inserida no sistema de espaços livres de urbanização, os conceitos abordados nesse capítulo contribuirão para a identificação desse bem para que seja possível evidenciar os valores que se pretende preservar, e estabelecer estratégias para sua preservação.

2. PRAÇA E JARDINS HISTÓRICOS

Neste capítulo serão apresentados alguns exemplares dos grandes modelos de jardins e praças no mundo ocidental, juntamente com a construção do conceito de patrimônio cultural e a elevação dos jardins históricos como parte dessa categoria. O objetivo é identificar e listar as características das principais linguagens estilísticas paisagísticas no âmbito internacional, nacional, estadual - Rio de Janeiro e regional – Médio Vale do Paraíba, tendo como objetivo compreender como o patrimônio paisagístico e os jardins históricos foram transformados em artefatos culturais passíveis de serem protegidos.

2.1. A configuração da paisagem europeia dos séculos XV ao XIX

2.1.1. Jardins e praças Italianas (séculos XV-XVI)

A tendência humana de organizar elementos naturais é manifestada desde a antiguidade. O que distingue a natureza espontânea e o jardim é justamente a ação antrópica sobre ela. Mas é somente a partir do Renascimento (século XV e XVI), caracterizado pela renovação e grandes avanços nos campos das artes e da ciência, que o interesse pela paisagem ganha destaque. Durante esse período, na Itália, testemunhamos o despertar da sensibilidade e gosto para a concepção de jardins.

Em consonância com os movimentos culturais da época, os jardins passam a refletir o contexto pautado no racionalismo. Antes mesmo de ser materializado, os primeiros ideais de jardins aparecem em registros literários e pictóricos do século XV e XIV, Carlos Terra (2013, p.39) dá destaque à obra *Decameron* escrita entre os anos de 1348 e 1353, do escritor Giovanni Boccaccio como um dos expoentes que inspirou a concepção desses espaços, onde o jardim é descrito como um local de recreio paradisíaco, de vegetação abundante e caminhos retos.

O referido lugar ficava numa pequena montanha, um tanto distante das nossas estradas por todos os lados, era coberto por vários arbustos e plantas com verdes frondes, de aspecto muito agradável; no ponto mais alto ficava um palácio com um pátio bonito e espaçoso no meio, galerias, salas e quartos, tudo belíssimo e ornado com pinturas alegres e notáveis, tendo prados ao redor, jardins maravilhosos, poços de água fresquíssima e adegas cheias de vinhos preciosos. (BOCCACCIO, 2013, p. 25).

A organização dos jardins do Renascimento italiano resgata os princípios estéticos da Roma antiga, com traçados retilíneos e geométricos, inserção de fontes, esculturas e adoção de canteiros ajardinados trabalhados com a arte da topiaria. Todos os elementos contidos nesses espaços tinham como intuito proporcionar um cenário de ar nobre e sofisticado. (TERRA, 2013, p.40)

No início do século XV, o teórico Leon Battista Alberti (1404-1472) estabelece bases para um padrão de projetar jardins presente no tratado *De re aedificatoria*, publicado em 1452. Para isso, resgata essencialmente os princípios arquitetônicos de Vitruvius e Plínio, trazendo inspirações oriundas das composições clássicas nas quais constavam regras de organização dos elementos urbanos e arranjos arquitetônicos, além de escritos sobre a valorização paisagísticas dos espaços livres através do uso da vegetação e elementos decorativos. Tais fundamentos também eram pautados na unidade entre casa e jardim através de terraços e galerias abertas, proporcionando um espaço de convívio e contemplação doméstico.

Sobre as recomendações projetuais de Alberti, Carlos Terra (2013, p.40) descreve que não havia instruções específicas sobre seu arranjo, porém eram feitas recomendações sobre sua adaptação à topografia, para que fosse possível usufruir das melhores vistas e ideais condições de incidência solar e ventilação.

Ainda na obra de Alberti outros apontamentos são feitos, como por exemplo: o fechamento dos jardins com muros que não atrapalhasse a contemplação das áreas ao redor das residências; deveria haver o plantio de árvores frutíferas; o uso de pergolados com parreiras que proporcionam um ambiente sombreado; era recomendado o tratamento de poda ornamental em arbustos, a qual é chamada de topiaria; emprego de grutas, vasos de pedra e fontes de água.

Rafael Sanzio aplica o novo padrão de projetar jardins na construção da icônica Villa Madama (1450), criada para o cardeal Giulio de Medici. Todos os padrões dos escritos de Alberti aparecem compilados pela primeira vez em uma só exemplar, onde é possível encontrar a adequação à topografia e o domínio da natureza. Para isso, Rafael criou um edifício com um pátio central e, ao redor, colocou terraços que se direcionam para um jardim secreto” (TERRA, 2013, p. 43). Para ornamentação do espaço foram dispostos elementos arquitetônicos, esculturas, fontes, espelhos d'água e canteiros gramados. Tal conjunto se torna um marco na história do paisagismo, materializando o que hoje conhecemos como jardim italiano.

O virtuosismo renascentista dos jardins italianos foi ganhando maior relevância com a criação das *villas*, difundidas até meados do século XVI principalmente em Roma e em suas imediações. Como principais exemplos podemos citar a Villa Lante (1560) em Bagnaia (figura 7), com paisagismo elaborado por Vignola e arquitetura por Paládio. Nesse projeto se destaca a riqueza de detalhe da composição paisagística e a utilização de diversas fontes de água

dispostas em seu eixo principal. Podemos destacar também a divisão da residência principal em dois volumes separados por um jardim central, o que não era usual para época.

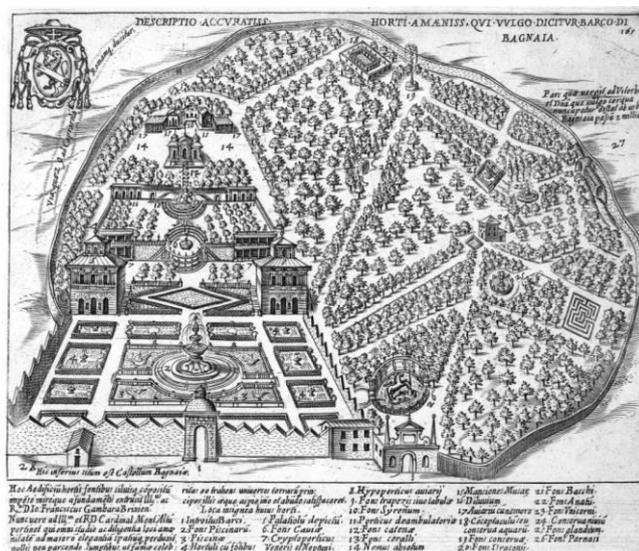


Figura 7: Villa Lante, Bagnaia, Itália.

Fonte: Lauro, Giacomo (1584-1637). Disponível em: https://www.ribapix.com/Villa-Lante-Bagnaia-near-Viterbo-Lazio_RIBA18918#. Acesso em: 09 de julho de 2022.

Temos também como um exemplar notório a Villa D’Este (1569) em Tivoli (figura 8), com projeto de Pierro Ligorio que conta com jardim de desenho complexo perfeitamente adaptado ao relevo da montanha em que se encontra, através da utilização de terraços. É empregado o uso de escadas e rampas nos planos ascendentes criados para impressionar o observador. Também fazem parte do projeto monumental, as fontes de água, tanques de peixe, bosques, labirintos, grutas, entre outros elementos que compunham a práxis dos jardins renascentistas.



Figura 8: Villa d’Este, Tivoli, Itália.

Fonte: Gravura de Étienne Dupérac. Disponível em: <https://www.architecturaldigest.com/gallery/tobymusgrave-paradise-gardens-slideshow>. Acesso em: 09 de julho de 2022.

Podemos encontrar no interior dos jardins italianos a disposição de algumas composições específicas que caracterizam a evolução do padrão renascentista que culminou no Maneirismo inserindo na tratativa clássica elementos inéditos, dentre eles os jardins secretos e os labirintos.

O jardim secreto inspirado na configuração e características da composição medieval, como o nome sugere, constitui um recinto reservado servindo como um refúgio no qual os usuários poderiam desfrutar de tranquilidade e privacidade com espaços geralmente adornados por flores e estátuas. Os labirintos, inspirados nos contos oriundos da mitologia grega, como difundido no conto do Minotauro e afrescos romanos, são estruturados por diversos percursos intrincados com diferentes entradas e saídas. No paisagismo esses caminhos eram delimitados por vegetação, onde era usado o buxo trabalhado com a arte da topiaria. Até meado do século XVI a vegetação utilizada nos labirintos eram arbustos de pequeno porte, chegando até a altura dos joelhos, no final do século, juntamente com o estilo maneirista vem a utilização de vegetação de grande porte formando verdadeiras paredes, tornando seu interior mais dramático por causar a sensação de desorientação (TERRA, 2013, p.47).

O movimento humanista promovido pelo renascimento desperta o interesse pelos aspectos biológicos e morfológicos das vegetações, com isso os estudos em torno do tema ganham força, juntamente com a criação dos jardins botânicos. A partir 1543, com a criação do horto botânico de Pisa, nota-se o surgimento da preocupação estética com os jardins voltados para fins científicos e medicinais, esse exemplar exhibe formas geométricas bem definidas em seu traçado, onde cada canteiro possuía uma variedade diferente de espécies, com a finalidade de separá-las facilitando a observação e estudos desempenhado sobre elas.

O pensamento da época de característica mais racional é refletido também na organização urbana, onde buscava-se a simetria e proporção nos traçados das vias e praças.

As novas cidades seguem um modelo uniforme: um tabuleiro de ruas retilíneas, que definem uma série de quarteirões iguais, quase sempre quadrados; no centro da cidade, suprimindo ou reduzindo alguns quarteirões, consegue-se uma praça, sobre a qual se debruçam os edifícios mais importantes: a igreja, o paço municipal, as casas dos mercadores e dos colonos mais ricos (BENEVOLO, 2000, p.487)

Nos espaços públicos, as praças são aliadas e harmonizadas com a arquitetura adjacente, mais precisamente às construções mais relevantes. Tais áreas abertas tinham suas proporções planejadas, delimitadas e acentuadas pela repetição de conjunto de construções e/ou de elementos arquitetônicos, seu interior era ocupado com estátuas, chafarizes, mastros, memoriais

e algumas outras obras de artes, elementos estes, que também apareciam nos jardins das *villas*. No entanto, Segawa nos revela que, “a prática do plantio de árvores em espaço público parece não se situar na esfera mais próxima das ideias renascentistas” (SEGAWA, 1996, p.38).

A Piazza de Campo de Siena é um dos principais exemplos de praça que imprime as características da passagem da Idade Média para o Renascimento. Ligada ao Palazzo Pubblico, rodeada por um fechamento arquitetônico e dotada de onze acessos distintos, se tornou o principal local para atividades cívicas. Nas proximidades da Piazza de Campo de Siena estão a Piazza del Duomo, de desenho retangular, ligada à igreja e as atividades religiosas e a Piazza del Mercato, com traçado trapezoidal, onde se desempenhava atividades de comércio (ALEX, 2011, p.31).

Os limites da Piazza de Campo de Siena (figura 9) configuram um polígono em forma de leque aberto, adaptado a topografia do local, com proporções amplas e configuração semelhante a um grande anfiteatro devido a suave inclinação do terreno. A praça pavimenta apenas por tijolos, abrigava reuniões, cerimônias e festivais (ALEX, 2011, p.32). Sua implantação, em um plano suavemente inclinado que converge para um edifício, representa um dos modelos de praças reproduzidos até hoje.



Figura 9: Piazza de Campo de Siena, Itália.

Fonte: br.pinterest. Disponível em: <https://i.pinimg.com/originals.jpg>.

Acesso em: 09 de julho de 2022.

A praça é uma composição ancestral, sua configuração se confunde com o surgimento do conceito de modelação do espaço urbano. Sua materialização como um grande espaço livre,

não vegetado, destinado a atividades cotidianas em público, como: passeio, rituais, festas e comércio perdurou até o século XVII.

2.1.2. Jardim e praças Francesas (século XVII)

No fim do Renascimento, os jardins ganham uma outra dimensão e complexidade. A França do século XVII testemunha uma verdadeira revolução no paisagismo, nesse momento o estilo Clássico chega a sua plenitude. A nova forma de pensar os espaços externos a edificação ainda carrega traços baseados na teoria italiana, porém deixam de lado o caráter humanista regido pelo racionalismo e passam a fazer parte integrante de um cenário de ostentação da elite aristocrática, representando seu poder ao controlar e dominar a paisagem natural de forma suntuosa. Sobre a cultura artística e os novos arranjos paisagísticos do “grande século”, Benevolo (2011) menciona que,

[...] esta cultura prepara os instrumentos para um controle mais rigoroso do ambiente natural e artificial, e de fato torna possíveis, depois da metade do século, grandes arranjos unitários numa escala até então desconhecida (BENEVOLO, 2011, p.509).

Podemos destacar nessa nova maneira de conceber jardins o uso de canteiros requintados, os chamados *parterrese de broderies*. Esses elementos são dispostos ao redor dos palácios, que nesse período passam a ser concebidos e organizados em terrenos mais planos e extensos. Os *parterrese* já apareciam no estilo italiano, porém eram dotados de formas mais simples e geométricas, nas concepções francesas aparecem providos de traçados com ar mais dramático, traduzindo a aparência opulenta do barroco.

Os paisagistas e jardineiros franceses desenvolvem novas técnicas e elevam os canteiros a um notável grau de importância no arranjo total. Os *parterrese de broderies*, são compostos por flores e vegetação em uma paginação similar aos riscos de um bordado, ficam próximos à residência conferindo um visual único e uma bela vista nos pontos de observação da fachada principal da construção (CUNHA, 2005).

A força e a imensidão do paisagismo em relação a arquitetura é algo notável nesse período, palácios e outras construções se encontram subjugados frente a “natureza revelada”. O jardim deixa de ser apenas um espaço ligado a medida da casa, como descrito anteriormente no exemplo italiano, e passa a ser “uma paisagem completa, simétrica e regular até a linha do horizonte” (BENEVOLO, 2011, p.509). Nesse período, na paginação dos jardins é preservado a simetria e a suntuosidade com caminho de dimensões monumentais, canteiros com vegetação

verdadeiramente esculpidas como uma obra de arte fazem parte de um cenário que parece infinito destinado a graça da fruição da vida ao ar livre.

Os jardins franceses do século XVII ainda obedecem ao modelo simétrico de projeto, mas há um rompimento com sua adaptação à topografia, terrenos com menos desníveis e grandes áreas planas formalmente organizadas, se tornam requisito para o novo estilo permitindo a criação de canteiros e espelhos d'água ainda maiores

Na execução dos jardins, alguns paisagistas ganham destaque. Dentre eles, podemos citar como relevantes as contribuições de André Le Nôtre que ficou famoso ao ser responsável por diversos projetos de jardins na França. Le Nôtre foi responsável por dois exemplares icônicos que caracterizam o auge da produção francesa, os jardins de Vaux-le-Vicente (1650) e Versailles (1688) (figura 10), algumas características difundidas nesses projetos são apontadas por Carlos Terra (2013, p.51)

Ele acentua o rompimento com o jardim renascentista, introduzindo um sistema de eixos e uma grande diversidade de espaços com uma ordenação extremamente geométrica. Utilizando de um grande eixo longitudinal, faz com que o espectador tenha a percepção de espaço infinito. O uso de fontes, espelhos e canais dão uma variedade ao seu traçado. Os eixos transversais e os esquemas radiais integram as partes num todo organizado (TERRA, 2013, p.51).

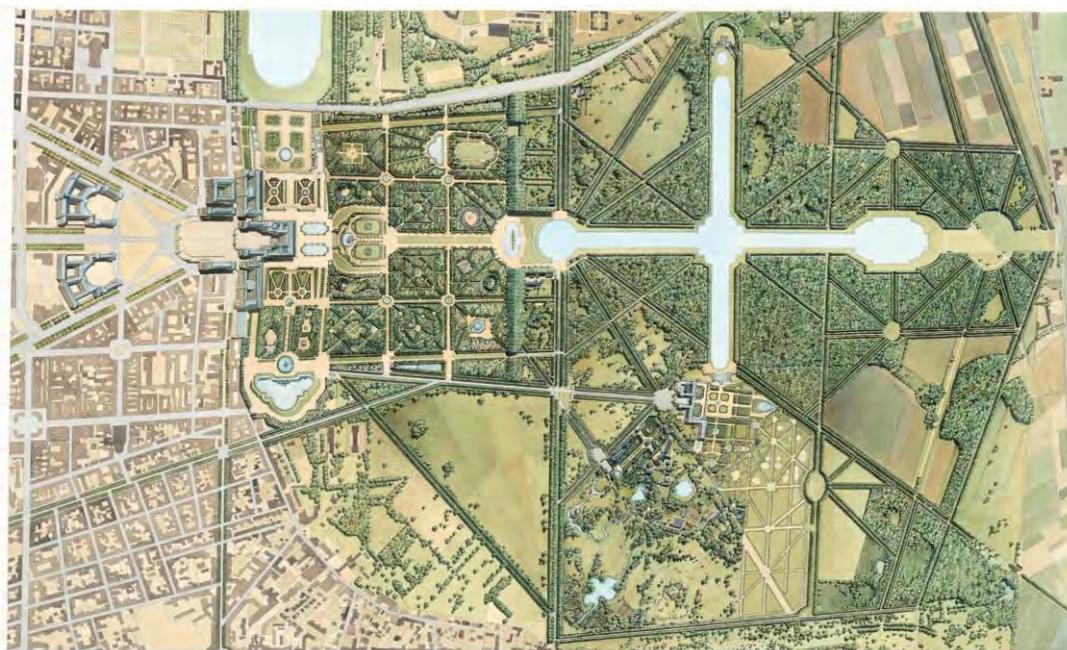


Figura 10: Jardins de Versailles, França.

Fonte: Plan des jardins de Versailles, Jean-François Péneau. Disponível em: http://blog.ac-versailles.fr/poincare/public/SVT/dom_nat_29.03/lorganisation_et_les_composantes_des_jardins_de_versailles.html. Acesso em: 09 de julho de 2022.

Os projetos paisagísticos sofreram grandes transformações iniciadas na França no século XVII que serviram como inspiração posteriormente para toda a Europa. As grandes planícies proporcionaram melhores condições para exploração de novos layouts em escalas jamais vistas. O clima europeu foi favorável para criações que utilizavam uma diversa gama de espécies vegetais de tipos e cores variadas dando origem a verdadeiras obras de artes.

No entanto, a extravagância dos jardins do barroco francês com todos seus detalhes decorativos, necessitavam de uma ampla organização coletiva para executá-los, compostas por coordenadores, especialistas e mão de obra capacitada. Tão trabalhosa quanto sua implementação seria sua manutenção, que demandava de um constante trabalho dos jardineiros e um volume de água muito grande para rega e abastecimento das fontes e espelhos d'água artificiais, tal demanda não era nem um pouco sustentável, tendo em vista a escassez de água e os onerosos trabalhos para suprir tais demandas.

Na esfera urbana, é relevante mencionar que Paris passou por diversas mudanças no meio público durante o reinado de Henrique IV (1553-1610), a rainha Maria de Médici, vinda de Florença, traz consigo alguns costumes de sua região que acabam por influenciar na configuração dos espaços urbanos. Espaços como as *piazas*, a prática do *pallamaglio*⁵ e do *cours-la-reine*⁶, são adaptados em recintos públicos arborizados.

As *places royales* francesas são criadas, e compõem um importante modelo de praça difundida no século XVII, dentre as mais famosas temos a *Place des Vosges* (1612). Sua configuração era com posta por traçado regular e fechamento quadrado, isolado de qualquer tráfego intenso, era uma espécie de pátio cercado por construções. Em seu centro era situada a estátua equestre do rei. O uso desses espaços abertos era destinado a elite, neles ocorriam eventos, torneios, homenagens, comemorações e grandes espetáculos públicos. (ALEX, 2011, p. 49).

Inicialmente a *Place des Vosges* era uma praça “vazia”, pavimentada com pedriscos, em 1663 se transforma em um jardim Clássico com canteiros gramados, mas é somente em 1792 que são introduzidas árvores (figura 11).

⁵ “Esporte de origem italiana (o críquete é uma de suas variações modernas) praticado no verão sob a sombra das árvores” (SEGAWA, 1996, p.39).

⁶ “Recinto cercado e isolado por fossos, criado por ordem da rainha Marie de Médicis (1573-1642) em 1616” (SEGAWA, 1996, p.39).

A Place des Vosges é um dos exemplos emblemáticos da “praça” francesa formal, que organiza elementos simples por meio da repetição, da sucessão de eixos e focos e do contraste das formas geométricas, de clarões e escuros, luz e sombra, vazios e cheios [...] transmitia tranquilidade, elegância e sofisticação. (ALEX, 2011, p.51)



Figura 11: Place des Vosges, França.

Fonte: Segredos de Paris. Disponível em: <https://segredosdeparis.com/place-des-vosges-em-paris/>. Acesso em: 09 de julho de 2022.

Sua popularidade, fez com que este modelo servisse de inspiração para projetos de praças do século XIX e XX, fazendo com a composição dotada de caminhos axiais e diagonais e canteiros simétricos se tornasse o típico arquétipo de praça pública.

2.1.3. Jardins e praças Inglesas (século XVIII)

Os princípios compositivos do paisagismo barroco são postos como exemplo, difundido por toda Europa, porém o modelo não encontrou espaço frente ao espírito democrata e ao romantismo inglês do século XVIII. Nesse período o cultivo de jardins era adotado por diversas classes da sociedade onde “os intelectuais, os poetas, os nobres e mesmo o homem com poucas posses, apreciam e criam jardins” (TERRA, 2013, p.55). O crescimento do acesso das pessoas a arte de projetar jardins, faz com que a rigidez da concepção francesa comece a ser questionada e os jardins barrocos passam a ser associados com o declínio moral da aristocracia francesa, o que não era compatível com as vertentes democráticas inglesas.

O novo contexto cultural ganha força logo no início do século XVIII, tal panorama favorece a profusão de novas ideias. É nesse momento que duras críticas são insufladas através dos escritores Joseph Addison e Alexander Pope ao estilo de paisagismo difundido pelos franceses. Tais ataques foram divulgados em periódicos por meio de um ensaio denominado “Os Prazeres do Jardim” onde eram expostas de forma provocativa, concepções acerca da repetição do estilo francês em termos conceituais e formais na Inglaterra. A oposição se dava

principalmente ao formalismo e a simetria das técnicas francesas, as considerações demonstravam um saudosismo da paisagem com suas formas orgânicas e exuberância que só a natureza sem o domínio de extremo rigor poderia proporcionar (TERRA, 2013).

O movimento romântico ganha prestígio na Inglaterra inspirando diversos campos da arte, a produção é marcada pela sensibilização pelas das coisas da natureza. Os elementos naturais são redescobertos e percebidos a partir de um outro ponto de vista, essa reinterpretação e o desprendimento do academicismo são traduzidas nas composições que retratam a fuga para os ares campestres, passando sentimento pautado na liberdade, mistério e emoção da natureza.

No paisagismo buscava-se na concepção dos jardins as qualidades originais da paisagem, porém o que parecia ser informal, dado o cultivo livre e diversidade de espécies, na verdade era fruto de um trado muito bem planejado e detalhado. O modo inglês de pensar o paisagismo renunciava as cercas e muros e pregava que toda natureza fazia parte do jardim, extensos e monumentais caminhos retilíneos são substituídos por passagens fluidas e sinuosas, espelhos d'água, fontes e canais dão espaços para lagos artificiais de aparência natural (LIMA, 2004, p.26). Curiosamente, alguns monumentos e estruturas com inspiração oriental também são encontrados nessas criações. Isso se dá pela difusão de livros sobre os jardins chineses que aconteceu durante o século XVIII que acabaram despertando o interesse dos paisagistas que desejavam explorar novas possibilidades em suas obras.

Árvores e arbustos são usados para delimitar espaços contribuindo para o desenho da composição. Outro artifício para delimitar o espaço dando a ilusão de limite espontâneo é o uso de uma estrutura denominada *ha-ha*. O *ha-ha* foi uma estrutura desenvolvida por William Kent e inspirada na engenharia militar, consistia em uma barreira física, semelhante a um fosso ou vala seca contida por um muro de arrimo, sua finalidade era separar o jardim do entorno sem o uso de cercas ou muros elevados não impactando na paisagem. Com isso era possível conferir à aparência do jardim a impressão de continuidade e integração com os elementos do entorno (CUNHA, 2005).

A leitura do jardim inglês é complexa e de características pitorescas, cheias de camadas que proporcionam à paisagem um ar misterioso, é preciso ter um olhar gradual para o espaço, assim é possível sentir e compreender cada recanto da criação. Muitos artistas contribuíram para a construção desse estilo ao expressarem em suas criações a paisagem idealizada e atribuírem significado às suas diferentes perspectivas. Os pintores Nicolas Poussin e Claude

Lorrain trazem em suas obras o espírito do campo em uma paisagem bucólica, revelando a intimidade do homem com a natureza. Escritores como Laugier, Rousseau, Girardim, Saint Pierre e Delille, atribuem ao jardim aspectos espirituais e filosóficos, sendo este um lugar responsável pelo despertar das emoções diversas (TERRA, 2013, p.57).

Tais conceitos são propagados pelo mundo conferindo fama ao novo estilo, que gradualmente serve como inspiração e passa a ser reproduzido nos países europeus. O interesse ao adotar as técnicas surge do desejo da reconexão do homem com a grandeza da natureza em seu estado mais puro e verdadeiro, servindo como refúgio da vida urbana e garantindo o sentimento de liberdade.

Algumas praças privativas, chamadas de *squares*⁷, inspiradas no estilo Clássico francês da *Place des Vosges*, no final do século XVII ganham popularidade e passam a adotar o estilo em voga na época, se tornando símbolo do campo, onde a natureza era incorporada à cidade. Tais espaços são incorporados principalmente durante a expansão urbana dos grandes centros, como apontado por Segawa (1996, p.44)

Londres, após o grande incêndio de 1666, também conheceu uma expansão sem precedentes de sua área urbanizada. Foi nesse período que se introduziu na cidade o padrão *square* nas novas áreas de ocupação. Nem tanto uma iniciativa oficial, mas áreas livres resultantes da urbanização promovida por grandes proprietários de terras nas cercanias da cidade. (SEGAWA,1996, p.44)

Decretos parlamentares de 1766 e 1774, permitem o aumento das contribuições para custear a manutenção da vegetação de algumas *squares*. Mais tarde, difusão do modelo faz com que seus limites extrapolem os limites das residências se transformando em parques públicos (ALEX, 2011).

O que iniciou como um pequeno jardim, ou pequeno parque particular delimitado por construções nos quatro lados, de uso exclusivo de moradores que possuíam as chaves, vai se transformando com o decorrer do tempo. Com a valorização dos espaços abertos verdes nas cidades iniciada no século XVIII, as *squares* ganham prestígio e autonomia, se tornando posteriormente, no século XIX, independente da arquitetura.

⁷ Sigfried Giedion define as *squares* como “[...]um pedaço de terra no qual há um jardim enclausurado, circundado por uma via pública dando acesso às casas em volta” (GIEDION, 1941, p. 444).

2.1.4. Paisagem da cidade industrial (século XIX)

Com a crescente urbanização, os espaços ajardinados passam a ser uma espécie de refúgio do caos das cidades, isso faz com que o interesse pela arte dos jardins e jardinagem ganhe força. Nesse período há um movimento de conscientização sobre a importância da natureza para saúde e bem-estar. Com isso, a criação dos jardins passa ser mais acessível possibilitando que as pessoas elaborem seus próprios refúgios vegetados dentro de seus pequenos lotes situados no espaço urbano.

Publicações sobre jardins e a criação de sociedades de jardinagem e horticultura emergem, para dar diretrizes e garantir êxito no plantio. O cultivo de espaços verdes se tornam uma atividade respeitável para as classes média e alta da sociedade e aparece como um passatempo da elite. A jardinagem de forma amadora é desempenhada por mulheres que possuíam, recursos, estudo e tempo livre, sendo considerada uma atividade “elegante”. Durante muitos anos, somente o cultivo como hobby era permitido às mulheres e só foi desempenhado de forma profissional posteriormente, em 1895 (TERRA, 2013, p.61-63).

Do século XVIII ao XIX viagens culturais são empreendidas e com elas, surge o interesse por espécies vegetais de outros países. O desejo de colecionar vegetações diversas faz com que grandes quantidades de plantas exóticas sejam importadas da África, China, Japão e até mesmo do Brasil. Algumas delas eram integradas aos jardins das residências, contavam geralmente com “uma plantação de arbustos, um exemplar estrangeiro, como uma araucária do Chile, e um gramado” (TERRA, 2013, p. 65) a composição era compreendida geralmente em um espaço de aproximadamente 2.024m² a 12.141m².

Estufas eram muito utilizadas, principalmente após a diminuição de impostos sobre o vidro em 1845, permitindo a adaptação das plantas exóticas. No cultivo residencial era possível encontrar flores, como o crisântemo, dalias e rosas juntamente com um belo pomar. O gosto pelo plantio também estava presente nas classes operárias, oriundas da Revolução industrial, que acabam se apropriando de espécies rejeitadas pela nobreza e começam a utilizar os exemplares menores que anteriormente eram cultivados nos jardins das casas de campo da classe média. Tulipas, anêmonas, aurículas, cravo, jacinto, rosa, poliantos e ranúnculos passaram a ser conhecidos como “flores mecânicas”, sendo estas, destinadas ao uso da classe trabalhadora.

Os espaços livres urbanos, passam por algumas mudanças que são implementadas a partir de meados do século XIX,

[...] a rua arborizada, a praça ajardinada e o parque bucólico compuseram o sistema principal de espaços livres das cidades ocidentais, ampliando suas funções básicas de circulação, comunicação e sociabilização e constituindo-se em elementos principais de articulação entre o edifício e a cidade e entre os volumes construídos e os não construídos. Essa relação foi ilustrada nos planos das reformas de Paris e de Barcelona e no projeto da *Ringerstrasse* de Viena, nos quais as arquiteturas dos prédios, da cidade e da paisagem fundiram-se, compondo conjuntos de grandes efeitos paisagísticos (TÂNGARI, 2005, p.03).

Ruas, parques e praças, ganham cada vez mais áreas vegetadas fazendo com que esses ambientes sirvam de integração entre o meio urbano e a natureza. Para isso, são criadas políticas de inserção de parques na Europa, para promoção de um meio urbano mais salubre e aerado, além de um ambiente mais atrativo para as relações sociais.

Na Inglaterra surgem os parques reais, destinados a caça, definido por uma grande área aberta com um plantio de árvores pensado para tornar a prática mais interessante, que posteriormente deram lugar aos parques botânicos, contendo flores e ervas, coretos e pavilhões. Tinham como finalidade original, melhorar as condições de vida da classe trabalhadora, criando uma área de estar e atividades ao ar livre (TERRA, 2013).

Na França, durante o segundo império, há uma grande transformação que inclui a intensificação da criação de áreas verdes e abertura de grandes avenidas, possibilitando o lazer aliado à natureza no espaço público. Alguns espaços ajardinados possuíam características pitorescas, com pontes, lagos artificiais, estátuas em pedra ou bronze e caminhos sinuosos, dando um ar bucólico para composição.

Observa-se que as composições paisagísticas, tanto públicas como privadas, são construídas através de uma soma de modelos e tipos de composições da paisagem que remontam aspectos formais, funcionais e estéticos que foram sendo formados no decorrer do tempo. Desde o Renascimento podemos ver a sobreposição dessas camadas, que vão se somando e mudando de acordo com a cultura e cenário político-social de cada época e lugar. Ao analisar a evolução dos jardins, podemos compreender através das narrativas expostas aqui a importância desses espaços para cidade, que contribuíram para mudanças socioculturais e se tornaram vitais na composição da memória e identidade da sociedade.

2.2. Formação do conceito de patrimônio cultural

O início dos debates acerca do patrimônio cultural se deu na Europa no século XIX. As discussões sobre o tema foram fomentadas em um primeiro momento devido as consequências das mudanças proporcionadas pela Revolução Industrial. A inserção de fábricas na cena urbana ocasionou o aumento da densidade populacional, causado pela migração de um grande número de pessoas que saíam das áreas rurais, rumo as cidades, que ainda não estavam preparadas para receber tal contingente.

O adensamento e expansão desordenada dos centros urbanos acarretaram problemas sociais e insalubridade, a falta de regulamentações e diretrizes e a liberdade de ocupação urbana tornou intolerável a vida das classes subalternas e após certo momento, atingiu todas as classes sociais. Esse ambiente desordenado e inabitável é chamado por Benevolo (2001) de “cidade liberal” que a descreve como

[...] resultado da superposição de muitas iniciativas públicas e particulares, não-reguladas e não coordenada. A liberdade individual, exigida como condição para o desenvolvimento da economia industrial, revela-se insuficiente para regular as transformações de construção e urbanismo, produzidas justamente pelo desenvolvimento econômico. As classes pobres sofrem mais diretamente os inconvenientes da cidade industrial, mas as classes ricas não podem pensar em fugir deles por completo (BENEVOLO, 2001, p. 567).

É durante esse período que, na busca de sanar os conflitos sociais, problemas salutar e ineficientes estruturas urbanas de circulação, surgem intervenções reparadoras que ocasionam consideráveis mudanças no traçado das cidades. Essas mudanças acabam por revelar o contraste entre duas camadas da paisagem, a “cidade antiga” com sua conformação orgânica oriunda dos tempos medievais, ruas estreitas e casas compactas que compunha uma perspectiva pitoresca, e a “cidade moderna” com uma ocupação planejada dos subúrbios, abertura de bulevares e arquitetura de vidro e ferro (CHOAY, 1979).

São nessas transformações do tecido urbano que testemunhamos a perda das zonas verdes da cidade antiga em detrimento das novas estruturas. Benevolo (2001) relata que “os jardins por trás das casas em fileira, os jardins maiores dos palácios, os hortos são ocupados por novas construções, casas e barracões industriais” (BENEVOLO, 2001, p. 565), em contraste, nas áreas periféricas as novas residências passam a não possuir mais seus próprios jardins reservados somente para reis e nobres, como era de costume na era pré-industrial. Os movimentos higienistas e sanitaristas, contribuíram determinantemente na decisão de se criarem parques urbanos construídos no contexto do planejamento de novos bairros.

O antagonismo legível na conjuntura urbana revela “a tomada de consciência de uma mudança de era histórica, de uma ruptura traumática no tempo” (CHOAY, 2001, p. 118). Assim como a paisagem, as ideias sobre o trato urbano também começam a destoar, dando origem a duas correntes de pensamento: os progressistas com ideais que sugeriam o rompimento com o passado pré-industrial e os culturalistas que temiam o desaparecimento da cidade antiga e com ela todos os testemunhos e heranças do passado (CHOAY, 1979).

A cidade até então era estudada de maneira fragmentada, os monumentos arquitetônicos ganhavam destaque de forma isolada, porém a partir dos estudos de Camillo Sitte (1843-1903), que se evidencia como opositor da corrente progressista, a cidade antiga passa a ser entendida enquanto espaço urbano em toda sua integridade, demonstrando particularmente interesse pelos espaços verdes e pela arte. Sitte acreditava que a preservação da malha urbana possibilitaria a manutenção do significado do monumento, considerava também que as reformas em prol da evolução poderiam estar aliadas com a conservação.

Contudo, o pensamento culturalista impulsionado por teóricos pioneiros na concepção de ideias de proteção dos monumentos históricos como John Ruskin (1819-1900) e Willian Morris (1834-1896)⁸ seguidos de Camillo Sitte, sucumbiram frente a corrente progressista, que tinha como objetivo a expansão e modernização urbana visando solucionar os problemas funcionais da cidade industrial, com ações aliadas aos desejos dos seguimentos sociais dominantes, de forma totalmente desvinculada com o passado, bem como da realidade social existente.

As mudanças na paisagem por intermédio do remodelamento urbano racional ocasionado pela industrialização, resultaram no desaparecimento da antiga unidade orgânica da cidade. Ruas, edificações e jardins da cidade antiga deram lugar ao progresso mecânico que avançou rapidamente com uma nova lógica de ocupação que se concretiza em meados do século XIX com a intervenção urbana feita por Haussmann em Paris. A perda dos elementos que integravam a memória da cidade possibilitou o reconhecimento do valor dos monumentos,

⁸ Os culturalistas John Ruskin e Willian Morris criticavam a substituição do trabalho artístico e artesanal pelo industrial – movimento denominado *Arts and Crafts* (Artes e Ofícios), essa crítica no campo das belas artes também se estendia para malha urbana. Ruskin presava a figura intacta dos monumentos históricos medievais, repletos de valores de um passado glorioso. Estes deveriam ser preservados em níveis absolutos, mas nunca restaurados, com o risco da perda de sua pátina de valor histórico e até mesmo de sua autenticidade. Atualmente entendemos que essa rigidez conceitual é um equívoco no campo da conservação urbana, pois a melhor forma de proteção é integração e incentivo ao uso (CHOAY, 2001).

representados na época apenas pelos bens arquitetônicos, e a noção de patrimônio urbano histórico, passa a mobilizar importantes movimentos percursores em favor de sua conservação.

2.2.1. A expansão do conceito de patrimônio cultural

As teorias sobre o ambiente urbano se opuseram durante o século XX. De um lado, a renovação plena estabelecida pelos novos traçados e escalas e de outro a cidade antiga detentora das memórias do passado e de notável prestígio formal que integram a identidade de uma sociedade.

À medida que a urbanização e a industrialização avançavam, eram ampliados as ações e os estudos de cunho preservacionista fundamentados em pesquisas históricas e análises urbanas, incentivando o desenvolvimento de políticas de conservação do patrimônio ambiental urbano. A mudança do pensamento sobre a intervenção nas cidades, que se iniciou durante a industrialização ganha força com a destruição vista após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O período determinou debates feitos em encontros e congressos internacionais, multi e interdisciplinares, que foram promovidos para que fossem fundamentadas as ações relacionadas a manutenção do patrimônio cultural (LIMA CARLOS, 2020).

Durante a Conferência de Atenas (1931) organizada pelo Escritório Internacional de Museus (ICOM) é lançada a Carta de Atenas. A carta representava um documento normativo de caráter recomendatório, redigido por um grupo de especialistas dos quais podemos destacar Gustavo Giovannoni (1873-1947) seguidor de Camilo Boito (1835-1914), ambos aliados com a ideia do restauro científico e preocupados com a regulamentação e valorização do ambiente dos monumentos, enquanto documentos históricos.

Dentre as recomendações trazidas pela Carta de Atenas (1931), temos orientações de conservação e restauração relacionadas aos monumentos e sítios. Cabe ressaltar também o reconhecimento dos espaços vegetados como elementos importantes para manutenção da paisagem pitoresca a ser preservada, a carta cita que “deve-se também estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhes conservar o caráter antigo” (CURY, 2000, p.14).

Dois anos depois, durante a IV Conferência Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM (1933) a preocupação com os monumentos é revista. Agora o olhar racionalista se volta de forma mais crítica e seletiva para as questões patrimoniais. Diante deste cenário, podemos perceber a mudança de pensamento materializada na Carta de Atenas (1933).

Dentre as recomendações contidas na Carta de Atenas (1933) há uma preocupação com a densidade populacional, circulação e higiene do espaço urbano, indicando como solução, uma organização racional dos setores da cidade.

Questões relacionadas aos espaços vegetados também são expostas. O documento se refere as áreas verdes das cidades antigas, como acessíveis, agradáveis e essenciais para manutenção do bem-estar, sendo importantes para prevenção de doenças e tece críticas sobre a destruição das superfícies verdes, ocasionada pelo crescimento das cidades.

Quanto mais a cidade cresce, menos as “condições naturais” são nela respeitadas. Por “condições naturais” entende-se a presença, em proporção suficiente, de certos elementos indispensáveis aos seres vivos: sol, espaço, vegetação. Uma expansão sem controle privou as cidades desses alimentos fundamentais, de ordem tanto psicológica quanto fisiológica. O indivíduo que perde contato com a natureza é diminuído e paga caro, com a doença e a decadência, uma ruptura que enfraquece seu corpo e arruína sua sensibilidade, corrompida pelas alegrias ilusórias da cidade. (CURY, 2000, p.28)

Traz ainda, recomendações de uso das superfícies verdes remanescentes. Menciona que áreas como parques, jardins e passeios sombreados antigamente destinados ao deleite da elite burguesa, agora deveriam ser acessíveis e servir a coletividade como espaço de lazer destinados a passeios e jogos. Além do aproveitamento dos espaços livres vegetados oriundos da cidade velha, a carta incentiva a criação de novas áreas dessa natureza, criando uma justa proporção entre volumes edificados e áreas naturais (CURY, 2000).

Ao se referir ao patrimônio histórico cultural, a carta demonstra em um primeiro momento o reconhecimento do seu valor virtude plástica que os antigos edifícios e conjuntos urbanos possuem, entendendo que é de obrigação humana transmitir esses testemunhos do passado. Porém não havia o reconhecimento do contexto urbano e o monumento por sua vez era visto de forma isolada, ou seja, a conservação integral não era nem ao menos cogitada.

Sobre as condições da preservação dos monumentos, a carta enfatiza em seu texto que nem todos são passíveis de proteção, devendo ser escolhido o que deve ser preservado, devendo ser suprimido todo aquele que representar algum sacrifício da população ou for obstáculo para os novos traçados (CURY, 2000). Lamas (2004) descreve que através desses preceitos que

[...] a Carta aceita a destruição dos bairros miseráveis à volta dos monumentos históricos, para dar ocasião a criar superfícies verdes, em que os vestígios do passado ficarão banhados por um novo ambiente, talvez inesperado, mas certamente tolerável, e com qual, de qualquer forma, beneficiarão largamente os quarteirões vizinho, o que desvirtuaria os monumentos no seu enquadramento histórico e social construído ao longo dos séculos. (CARTA DE ATENAS, 1933 *apud* LAMAS, 2004, p. 347)

De fato, a cidade histórica, em sua forma poética, orgânica e complexa, não tinha nenhum tipo de protagonismo na Carta de Atenas. Então esta, deveria dar espaço a arquitetura

moderna a qual acreditava-se ser superior em qualidade estética e ambiental que superariam os conjuntos históricos deteriorados e insalubres.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o mundo testemunhou um nível de destruição das cidades sem precedentes, a reconstrução desses espaços ficou a cargo dos ideais racionalistas, a partir de um modelo de cidade alternativo ao tradicional. Tal modelo revela as hipóteses do urbanismo moderno que é posto em prática em velocidade nunca antes vista.

A grande demanda passa a afetar a virtude das novas propostas, nesse sentido Lamas (2004) afirma que “a vulgarização da morfologia moderna virá a fazer-se sem o brilho dos grandes mestres e das qualidades do seu desenho, entregue a arquitetos menos talentosos ou a rotina burocrática dos organismos de decisão” (LAMAS, 2004, p.298). A paisagem então, fica fadada a uma configuração desconfortável e monótona.

Até então os monumentos históricos eram vistos como criação arquitetônica isolada, mas é a partir da Carta de Veneza (ICOMOS - 1964) que essas noções são ampliadas, a ideia de monumento histórico passa a abranger também o sítio urbano ou rural e proclama que “a conservação de um monumento implica a preservação de uma ambiência em sua escala” (CURY, 2000 p.93).

Sua concepção é pautada em um reexame dos princípios enunciados na Carta de Atenas (1931), porém com uma proposta de abordagem mais aprofundada, na intenção de atender aos problemas que envolvem os bens patrimoniais e que se aparecem com uma ordem de complexidade cada vez maior.

A carta exhibe sugestões sobre a conservação dos monumentos históricos e aponta para aplicações excepcionais da restauração, incentivando o registro de todas as ações. Salienta a necessidade do estudo para aprofundamento das questões patrimoniais, incentiva a valorização do bem e traz à tona a compreensão da importância da salvaguarda de sua ambiência.

O debate se expandiu para além dos limites da Carta de Veneza (1964), os assuntos que extrapolavam os conceitos tradicionais da preservação foram difundidos e endossados em diversos outros documentos. A partir desses princípios até então enunciados se torna possível integrar harmonicamente as concepções arquitetônicas e urbanísticas de diferentes períodos da história trazendo ao entendimento que esses, de forma integrada, compõem a paisagem cultural.

Apesar disso, vemos nas cartas que o trato com os jardins históricos ainda possui um caráter secundário, aparecendo superficialmente nas recomendações. Existe a preocupação com a preservação das áreas verdes da cidade antiga e é incentivado a criação de novas áreas em favor da qualidade de vida, porém seu entendimento como monumento histórico, que necessita

de cuidados especiais para manutenção de sua autenticidade e ambiência ainda não tem um delineamento claro.

A ruptura da ideia de que o isolamento dos monumentos do tecido urbano lhes garantiria a preservação, a inclusão dos sítios como monumentos e a preocupação com sua integridade e ambiência, trazem a esperança de que o curso dos debates acerca da conservação do patrimônio cultural culminará em um olhar para salvaguarda dos jardins históricos, fato que se concretizará mais tarde na Carta de Florença (1981).

2.2.2. Jardins históricos como categoria do patrimônio

Os jardins históricos refletem parte da memória e identidade de uma sociedade juntamente com conjuntos arquitetônicos, monumentos em geral, dentre outros patrimônios. A Convenção da Unesco de 1972, classificou esses bens como patrimônio cultural e natural no intuito de lhes imputar uma noção mais abrangente, de valor universal. Diante da preocupação eminente com salvaguarda do patrimônio mundial frente o desenvolvimento urbano e problemas ambientais, admitiu-se que

[...]o patrimônio cultural e o patrimônio natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica que as agrava através e fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes (Convenção da Unesco, 1972 – Paris).

Por serem capazes de guardar os contextos culturais de uma época, esses bens, quando no meio urbano, configuram-se como elementos importantes para sua ambiência e legibilidade, sendo passíveis de conservação por seu valor histórico e artístico.

No campo da conservação do patrimônio cultural a relação entre homem, cultura e natureza é recente, bem como a percepção de que historicamente fatos culturais estão relacionados estreitamente aos recursos naturais. O processo de transformação desse conceito percorre um longo caminho até a percepção da necessidade de sua integração, onde patrimônio cultural e natural constroem um em estreita relação.

A evolução do que entendemos atualmente como patrimônio cultural teve seu início na Roma e Grécia antiga, quando monumentos eram erguidos com a intenção de rememorar acontecimentos importantes, representando os grandes acontecimentos do passado. Na Idade Média havia o costume de preservar objetos e lugares, atribuídos de sentido religioso e de caráter artístico, os quais eram incumbidos de servir como herança. No final da Idade Média surge o *Quattrocento*, período marcado pelo desejo do resgate do passado, onde o ideal de beleza é superado pelo ideal de memória. A partir desse momento há uma desassociação do

caráter religioso e os monumentos passam a ser preservados por constituir a memória nacional. (CHOAY, 2001, p.12)

Durante o Renascimento expande-se o conceito de arte e se firma a noção de antiguidade, dando origem a prática da coleção de obra de artes oriundas dos tempos antigos. Nesse período, a ação de conservar as obras do passado, restringia-se aos antiquários, por meio do registro em livro ilustrado, sem a preocupação com a historiografia da arte. No final do século XVIII, a Revolução Francesa (1789) traz grandes transformações sociais e políticas, e com isso a ideia de patrimônio toma novos rumos, aos poucos deixa suas raízes aristocráticas e ganha um caráter coletivo, fruto do espírito nacionalista difundido durante a revolução. As destruições e conseqüentemente a perda dos registros do passado despertaram a preocupação com estas questões, ocasionando a criação de atos em favor da proteção do patrimônio, valorizando então, os bens representativos da nação. Nesse sentido, Choay (2001) observa que:

Romper com o passado não significa abolir sua memória nem destruir seus monumentos, mas conservar tanto uma quanto outros, num movimento dialético que, de forma simultânea, assume e ultrapassa seu sentido histórico original, integrando o num novo estrato semântico (CHOAY, 2001 p.113).

A ideia de monumento passa a ser cada vez mais heterogênea, atribuída de valor histórico e se consolida como patrimônio a ser preservado. A princípio a divisão dos monumentos era feita em três grandes categorias instituídas durante a primeira Comissão dos Monumentos Históricos na França em 1837, “eram constituídas pelos vestígios da Antiguidade, por edifícios religiosos da Idade Média e por alguns castelos” (CHOAY, 2001, p.12).

Após este período alguns debates em conferências internacionais começam a ser promovidos acerca da noção de patrimônio, rompendo as barreiras da Europa e pensando a conservação de forma integrada. São nesses encontros através das recomendações expressas nas cartas patrimoniais que se começa pautar a conservação em bases mais amplas, incluindo sítios urbanos e rurais, paisagens naturais modificadas pelo homem e todas as formas de se edificar, eruditas ou não. Sobre essa questão Choay (2001) conclui que “[...]o domínio patrimonial deixou de estar limitado aos edifícios individuais; ele compreende, daqui em diante, os conjuntos edificados e o tecido urbano: bairros urbanos, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjunto de cidades [...]” (CHOAY, 2001, p.12).

No decorrer do tempo, o conceito de patrimônio se tornou mais amplo, integrado por bens móveis e imóveis, materiais e imateriais. Com isso, a noção de patrimônio que

anteriormente restringia-se apenas aos monumentos edificados, ganha uma nova denominação, agora uma variedade de bens, passam a compor o “patrimônio cultural”, anteriormente.

Posteriormente, durante Convenção da Unesco em 1992, o termo “paisagem cultural” foi estabelecido na tentativa de minimizar a dualidade entre patrimônio cultural e natural, entendendo que ambos, estão atrelados na formação da paisagem cultural, representando as obras do homem e da natureza como um conjunto único. É nessa categoria que os jardins se encontram, frequentemente atrelados aos conjuntos edificados.

Integrando também a ideia de patrimônio, temos na declaração de Québec (2008) a compreensão do caráter dinâmico dos monumentos, sítios e paisagens culturais. Essa declaração traz a luz a relação dos elementos tangíveis e intangíveis, que compõe o “espírito do lugar”, onde a soma das contribuições de diferentes atores sociais ao longo do tempo colabora para que as expressões da presença de cada cultura e suas práticas se integrem, conformando os diversos *spiritus loci* presentes em um determinado sítio, ganhando uma identidade particular.

A apropriação humana e sua íntima relação com ao meio natural juntamente com seu poder de modificá-lo, faz com que os jardins históricos, possuam diversas camadas de significado construindo sua identidade no decorrer do tempo. Manter vivo seu espírito, é crucial para sua conservação e desenvolvimento sustentável.

Torna-se então, relevante traçar a trajetória da expansão do conceito de patrimônio em consonância com as relações e ideias estabelecidas no decorrer do tempo sobre a importância dos bens naturais e paisagísticos, em todas suas nuances e complexidades até culminar na inclusão do jardim histórico no rol de monumentos pertencentes ao patrimônio cultural.

2.2.3. Carta de Florença (1981) Sobre jardins históricos

O interesse particular na preservação dos jardins históricos se intensifica a partir da criação da Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA) em 1948. Após a destruição causada pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) inicia-se uma discussão sobre a reconstrução das cidades juntamente com reestabelecimento de suas áreas verdes. Então, arquitetos e paisagistas interessados na conservação da arquitetura da paisagem e no intercâmbio de ideias se juntam para criação da IFLA, tendo como objetivo “a promoção e incentivo da arte da paisagem em todas as partes do mundo” (Constituição da IFLA, Art.2, 1948).

A criação do IFLA foi determinante para o desenvolvimento e revisão conceitual do Patrimônio Cultural no decurso do século XX e XXI, ganhando destaque após o congresso de Amsterdã em 1960, que tratou sobre “Spaces for Living” (Espaço de viver) onde ganham evidência as pautas relacionadas a paisagem. Os jardins históricos, apareceram por muito tempo como coadjuvante na cena patrimonial, principalmente quando tratamos de sua salvaguarda, mas é durante as décadas de 1960 e 1970 que foram instituídas parcerias para alcançar a visibilidade e fomento aos temas relacionados a arquitetura da paisagem. Dentre as parcerias destaca-se a relação com a Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a promoção dos espaços verdes nas cidades (ANDRADE, I.E.J, 2009).

No final da década de 1960 durante a reunião da Assembleia geral do IFLA, realizada em Sardenha (Itália) é elaborada uma seção específica coordenada por Renè Pechere que seria de estimável importância para os rumos do trato para com os jardins históricos. Essa seção visava estruturar uma metodologia para o tratamento dos jardins de interesse históricos ao redor do mundo (ANDRADE e RIBEIRO, 2004)

O intuito do comitê era elaborar inventários dos jardins históricos, pesquisar os meios de proteção, conservação, restauração e manutenção apropriados para esses bens, além de analisar e registrar as regras de composição da arquitetura e dos elementos vegetais, tornando possível a intervenção adequada de forma a impedir a destruição e a perda dos jardins históricos. Porém o resultado não alcançou as expectativas, foram identificados apenas 2000 jardins, quantitativo esse, consideravelmente inferior quando comparados ao número de outros bens culturais já registrados (ANDRADE e RIBEIRO, 2004).

O trabalho ganha bases mais sólidas quando é fundado o Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos na década de 1970, vinculado ao ICOMOS e ao IFLA, no intuito de promover a defesa, a reabilitação, o conhecimento e a difusão dessa categoria do patrimônio cultural. As reuniões científicas promovidas por esse comitê foram essenciais para a projeção dos debates acerca da teoria e prática de restauração dos jardins históricos em âmbito internacional.

Em 1971 é realizado sob responsabilidade deste comitê o primeiro Simpósio Internacional de Proteção e Restauração de Jardins Históricos em Fontainebleau (França). As questões abordadas no simpósio giravam em torno dos problemas relacionados a elaboração dos inventários; causas de destruição e perigos que ameaçam os jardins históricos; os problemas

dos grandes jardins privados; as leis de proteções existentes; a conservação dos jardins históricos; a decoração dos jardins; a documentação.

O encontro culminou na elaboração de recomendações para salvaguarda dos jardins históricos e os definiu como, "... uma composição arquitetônica e horticultural de interesse para o público do ponto de vista histórico e artístico" (ICOMOS, 1971:233), firmou sua caracterização como "monumento vivo" e também enfatizou que o jardim é parte integrante do monumento, complementando a definição da Carta de Veneza (1964) neste aspecto. O jardim é reconhecido como uma construção frágil e de restauração complexa, passíveis de ser afetados pela ação do tempo e por outras causas como, o uso em excesso ou inadequado, ou problemas na conservação e manutenção.

A pauta se manteve em diversos encontros e simpósios até a década de 1980, assegurando a preservação dos jardins e sítios históricos enunciados inicialmente na Carta de Veneza (1964), culminando na criação da Carta de Florença (ICOMOS,1982). A pesquisa aprofundada sobre a preservação dessas áreas verdes e a publicação da Carta de Florença em 1981 (ICOMOS/IFLA), fez com que diversos países incluíssem em suas legislações a proteção desses ambientes, reconhecendo sua importância como bem cultural e garantindo sua integridade. A Carta, fruto de longos anos de discussões acerca do tema, traz regras e procedimentos padronizados que guiam as intervenções em jardins históricos, devendo ser seguidas por técnicos, administradores, proprietários e órgãos responsáveis, entre outros atores, comprometidos com sua manutenção e salvaguarda.

Aparece em seus artigos 1 e 2 definições do que podemos considerar um "jardim histórico", caracterizado como um novo termo técnico dentro do grupo que entendemos como bens culturais.

Art.1º- Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal, que do ponto de vista da história ou da arte, apresenta, um interesse público. Como tal é considerado um monumento.

Art.2º- O jardim histórico é uma composição de arquitetura cujo material é principalmente vegetal, vivo, como tal, perceptível e renovável (CARTA DE FLORENÇA, Art. 1 e 2, 1981).

A Carta considera o jardim histórico como um monumento vivo, e ressalta que sua composição não se limita apenas a vegetação, abrange também a topografia do terreno, os elementos hidrográficos, componentes construtivos e decorativos. Por ser um monumento vivo, ele se encontra em constante mudança em seu ciclo evolutivo, por isso, as intervenções devem

ser realizadas com o mais alto rigor e para sua proteção exige-se seus elementos sejam identificados e inventariados (CARTA DE FLORENÇA, 1981).

Dentre as recomendações trazidas pelo documento, podemos enfatizar um ponto que revoluciona a forma de pensar sobre os espaços naturais planejados, onde pela primeira vez sua importância não é mais pautada por suas peculiaridades estilísticas ou dimensões, a partir deste documento, “a denominação jardim histórico aplica-se tanto aos jardins modestos quanto aos parques ordenados ou paisagísticos” (Carta de Florença, Art. 6, 1981) ampliando assim, o leque de possibilidades a se considerar.

Quanto a ideia de restauração e reconstituição/restituição a visão presente na Carta revela que está só poderá ser feita após um estudo consistente e elaboração de projeto que deverá ser submetido à aprovação de colegiados. Indica também que nas intervenções de restauração, nenhuma época poderia prevalecer em detrimento de outra, respeitando seu processo evolutivo. (CARTA DE FLORENÇA, Art. 15 e 16, 1981)

Artigo 15 – Qualquer restauração e, com mais forte razão, qualquer reconstrução de um jardim histórico só serão empreendidas após um estudo aprofundado, que vá desde as escavações até a coleta de todos os documentos referentes ao respectivo jardim e aos jardins análogos, suscetível de assegurar o caráter científico da intervenção. Antes de qualquer execução, esse estudo deverá resultar em um projeto que será submetido a um exame e a uma aprovação de colegiados.

Artigo 16 – A intervenção de restauração deve respeitar a evolução do respectivo jardim. Em princípio, ela não deveria privilegiar uma época à custa de outra, salvo se a degradação ou o definhamento de certas partes puderem, excepcionalmente, dar ensejo a uma reconstituição fundada sobre vestígios ou sobre uma documentação irrecusável. Poderão ser, mais particularmente, objeto de uma reconstituição eventual as partes do jardim mais próximas do edifício, a fim de fazer ressaltar sua coerência” (CARTA DE FLORENÇA, 1981, p. 3).

Para manutenção de sua autenticidade a Carta recomenda que seus elementos sejam identificados e inventariados, garantindo assim uma manutenção com a finalidade de preservar as espécies vegetais originais bem como seu desenho, volume e décor assim como o original (CARTA DE FLORENÇA, 1981, p.2).

Seus possíveis usos são recomendados visando primordialmente a proteção de seus elementos e sua mensagem cultural. Seu acesso deve ser moderado, privilegiando as atividades de estar, contemplação e relaxamento físico e mental. O exacerbado fluxo de pessoas, a realização de atividades recreativas e festividades podem ocasionar a deterioração e destruição do local, eventos dessa natureza só podem ser permitidos em ocasiões excepcionais com o

intuito de “exaltar o espetáculo do jardim e não desnaturá-lo ou degradá-lo”. (CARTA DE FLORENÇA, 1981, p. 3-4).

A manutenção deve ser contínua e específica para cada composição paisagística sendo necessário considerar simultaneamente todos os seus elementos, tal operação requer a atuação de pessoas qualificadas. Serviços de drenagem, poda, rega, controle de pragas e adubação deve ser feito de forma contínua. A efemeridade da vegetação faz com que por vezes seja preciso substituições pontuais, a seleção das espécies a serem substituídas devem levar em consideração as diferentes zonas botânicas e culturais, a produção vegetal deve ser assegurada de forma regular para que não haja lacunas no seu trato.

Artigo 24 – Os jardins históricos constituem um dos elementos do patrimônio cuja sobrevivência, em razão de sua natureza, exige o máximo de cuidados contínuos por parte de pessoas qualificadas. Convém, pois, que uma pedagogia adequada assegure a formação dessas pessoas, quer se trate de historiadores, de arquitetos, de paisagistas, de jardineiros ou de botânicos. Deve-se também assegurar a produção regular de vegetais que entram na composição dos jardins históricos (CARTA DE FLORENÇA, 1981, p. 4).

Por fim, a Carta ressalta a importância da adoção de ações que promovam a valorização desse patrimônio a partir de pesquisa científica, incentivo ao uso adequado desses espaços e divulgação de informação.

Observamos que, a Carta de Florença foi construída após um longo trabalho de incansáveis entusiastas que por meio de um comitê e através da troca de experiências regionais, puderam criar normas e procedimentos padronizados, dando origem a uma série de recomendações que servem como guia para intervenções em jardins históricos, tal medida, elevou definitivamente o jardim histórico à categoria de bem cultural.

2.2.4. Carta de Juiz de Fora (2010) Carta dos jardins Históricos Brasileiros

A Carta dos Jardins Históricos Brasileiros é elaborada em 2010 na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, através de esforços e parceria entre IPHAN, Ministério da Cultura, Museu da Casa Rui Barbosa e Museu Mariano Procópio (MAPRO) durante o I Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos, onde foram pautadas as discussões voltadas especialmente para jardins históricos brasileiros, com a finalidade de garantir diretrizes e critérios adequados para sua defesa e salvaguarda.

Seu texto tem como inspiração os preceitos da Carta de Florença (1981) e traz uma adaptação do contexto patrimonial internacional, para a realidade brasileira. Aborda a

importância dos jardins históricos; questões voltadas a autenticidade e integridade; problemáticas e fatores de degradação; identificação; proteção; preservação; conservação e manutenção; aspectos gerais da gestão e instrumentos de financiamento e fomento.

A Carta revela em sua primeira parte a definição dos espaços que são considerados como jardins históricos, sendo mais específica sobre a diversidade de tipos de ambientes, em relação a Carta de Florença (1981). Na carta nacional os seguintes espaços livres são classificados como jardim histórico:

(...) os sítios e paisagens agenciados pelo homem, como, por exemplo, jardins botânicos, praças, parques, largos, passeios públicos, alamedas, hortos, pomares, quintais e jardins privados, e jardins de tradição familiar. Além desses jardins zoológicos, claustros, pomares, hortas, cultivos rurais, cemitérios, vias arborizadas de centros históricos, espaços verdes circundantes de monumentos ou de centros históricos urbanos, áreas livres e espaços abertos em meio à malha urbana, entre outros. (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010, p. 2 e 3).

O documento é endereçado aos usuários, técnicos, profissionais, órgãos e proprietários da esfera pública ou privada que estejam de alguma forma envolvidos com a proteção desse patrimônio cultural, especificamente os sítios definidos como jardim histórico, bem como seus entornos e ressalta que “cada vez mais ameaçados os jardins, urge que sejam defendidos, sob orientação dos órgãos culturais especializados, segundo condições, normas, diretrizes e critérios específicos” (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010, p. 3).

Seu conteúdo revela a importância em relação a garantia da autenticidade desses monumentos, que mesmo sendo considerados como patrimônio vivo, necessitam assim como qualquer outro bem cultural, levar em conta a originalidade de sua concepção e de seus materiais, respeitando a patina do tempo que recai sobre ele, que constrói marcas importantes para sua valorização. O mesmo vale para sua integridade, entendendo que é de extrema importância zelar pelo equilíbrio entre os diversos elementos componentes, garantindo à qualidade dos materiais, a sua construção, desenho e localização (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010, p. 4).

A autenticidade, a integridade e a valorização são mecanismos que proporcionam a identificação e avaliação desses espaços, tanto a Carta de Florença, quanto a Carta de Juiz de Fora trazem como instrução o inventário do bem, através do qual é elaborado um levantamento histórico, cultural e natural do jardim, registrando suas principais particularidades e características, colaborando para elaboração de um material técnico científico que auxilie na sua proteção, entendendo que a valorização desse bem está diretamente relacionada ao seu significado imaterial e material, estando presente no espírito do lugar e em todos os materiais

empregados, desde a vegetação aos equipamentos, nos elementos que carregam os aspectos históricos culturais e ambientais (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010, p.7).

A respeito da proteção dos jardins históricos o documento apresenta métodos para prevenção de danos, dentre eles, a proteção legal e a proteção efetiva. A proteção legal é feita por meio de instrumentos de acautelamento, como o tombamento, que prevê medidas apropriadas de punição ou compensação em caso de prejuízo ao bem. No caso dos jardins históricos, outra ferramenta importante para minimizar os impactos que ameaçam sua autenticidade é o apoio da legislação ambiental que também exige efeitos sobre os bens culturais naturais. A proteção efetiva que inclui atos de natureza legal e administrativa, podendo gerar ações de proteção mais drásticas como a proteção física e a vigilância da área.

A Carta trata das “Ações de Preservação”, listadas como: Revitalização, Restituição, Restauração e Manutenção. Conformando um conjunto de iniciativas que consideram os usos atuais e futuros e possíveis adaptações que possam a vir a ser aplicados nos jardins históricos. Em suma, a Revitalização trata da reutilização e adaptação do bem cultural a novos usos; a Restituição visa recuperar os aspectos originais do bem, que só é possível após levantamentos que comprovem a autenticidade do que se pretende restituir; a Restauração é dada através de ações que se destinam a recuperar ou reintegrar elementos que compõem o bem cultural, visando “garantir a unidade e a permanência no tempo dos valores que caracterizam o conjunto, por meio de procedimentos ordinários e extraordinários” (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010, p.8); a Manutenção abarca ações de proteção contínua do bem e de seu entorno, garantindo suas condições de uso, mantendo a qualidade de seus elementos sendo eles naturais ou não. (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010, p.8 a 9).

Em sua parte final, há recomendações específicas para a gestão dos jardins históricos, para tal, deve-se levar em consideração aspectos como: a adequada seleção de recursos humanos, ou seja, os profissionais que serão responsáveis por sua preservação; a contratação de serviços de restauração, conservação e manutenção especializados para jardins históricos, salientando o devido cuidado com as contratações empreendidas pela esfera pública, a qual em seu processo licitatório deve considerar a especificidade da complexidade do trato para com o patrimônio em questão, zelando por tais aspectos no desenvolvimento e gestão dos contratos e por fim, prezar pela fiscalização da operações que incidem sobre os jardins históricos, que devem ser pautadas pela legislação vigente e pelas recomendações presentes nas cartas patrimoniais nacionais e internacionais.

Acompanhado das práticas de gestão adequada, deve-se pensar sobre formas de financiamento e fomento para preservação dos jardins históricos. É recomendado a reserva para criação de fundos municipais, estaduais e federais para preservação dos jardins históricos. Os investimentos voltados para gestão e manutenção devem ter em conta as funções sociais. Caso o proprietário não consiga arcar com os custos que envolve a manutenção do bem, este passará a ser de responsabilidade da esfera pública, como estabelece o decreto-lei nº 25/37 (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010, p.12).

A Carta dos Jardins Históricos Brasileiros (2010) trouxe um primeiro olhar para o tema em âmbito nacional, complementado os aparatos legais disponíveis até então, como o decreto-lei nº 25, do ano de 1937 e as demais cartas internacionais que abrangem o tema, porém agora, especificamente voltados para as complexidades que envolvem o patrimônio natural, como é o caso dos jardins históricos. O conjunto desses documentos solidificam cada vez mais as bases de atuação dos gestores públicos e privados, no trato relativo à salvaguarda desses monumentos que possuem dinâmica própria e estão atrelados ao sentimento de pertencimento da população com o local, tendo como objetivo trazer o equilíbrio entre a proteção do bem e a garantia de seu acesso e fruição.

2.3. Linguagens projetuais paisagística no Brasil

Para conhecer a essência dos estilos das praças e jardins brasileiros é necessário visitar o passado a fim de compreender as particularidades que influenciaram a sua formação. Iremos nos ater a evolução das praças e jardins, sem ultrapassar o recorte temporal que compreende o nosso estudo de caso, para esse propósito, abordaremos do período colonial ao período Eclético.

2.3.1. Período Colonial

De um modo geral, as cidades coloniais brasileiras tiveram sua formação a partir de uma área de sesmaria doada a um determinado santo. Para honrar este santo era construída uma capela e instituída uma paróquia em seu louvor. As autoridades religiosas que respondiam pela paróquia tinham o direito de dividir a área doada e conceder a quem solicitasse, porém, o centro era destinado a capela e seu adro, com isso iniciava-se um assentamento urbano (MACEDO e ROBBA, 2010, p. 18 e 19)

Ao redor das capelas foram surgindo edificações que compunham a estrutura urbana daquela época. As primeiras praças brasileiras tiveram seu surgimento no chamado adro, espaço livre localizado em frente ao templo cristão. Este local era destinado ao convívio entre a população e os membros da igreja, caracterizado pela sobreposição de usos. Os adros não

tinham vegetação, eram espaços secos de terra batida, à medida que a cidade ia crescendo a área que configurava o adro ia se modificando, o lugar passa a ter calçamento de pé-de-moleque e posteriormente de pedra aparelhada, e geralmente contava com um chafariz central (MACEDO e ROBBA, 2010, p.19).



Figura 12: Largo Colonial, configurado pelos casarios do entorno.

Fonte: Macedo e Robba, 2003.

Sobre os usos destinados a estes espaços livres nos assentamentos coloniais brasileiros, podemos afirmar que eram muito semelhantes aos das praças medievais europeias, pois a colonização portuguesa trouxe essas tradições urbanísticas para a sua colônia. De acordo com Paul Zucker (1959), as funções das praças medievais europeias são divididas em 5 (cinco) grupos:

- praças de mercado – onde acontecia toda atividade a atividade comercial da cidade, normalmente estabelecida em lugar de grande movimento, às vezes na própria rua principal ou em alargamentos adjacentes a ela;
- praças no portal da cidade – em geral praças triangulares, de onde partiam duas ou três ruas para o centro. Eram áreas de passagem e distribuição de tráfego;
- praças como centro da cidade – praças implantadas no centro do povoado, em comunidades novas;
- adros de igreja (parvis) – espaços em frente às igrejas onde os fiéis se reuniam para as atividades religiosas, procissões missas ao ar livre, e onde ficavam os cristãos-novos, que não podiam entrar na igreja;

(ZUCKER, 1959 apud MACEDO e ROBBA, 2003, p.21 e 22).

Nas praças Coloniais brasileiras todas estas atividades aconteciam concomitantemente em um mesmo espaço, possuindo um grande apelo social. Nesse período, as praças eram locais de convívio e expressão de todas as camadas sociais, onde a igreja aparece como protagonista do surgimento desse espaço, pois possuía o domínio sobre o adro a sua frente no qual se entrelaçavam toda sorte de atividades típicas dos hábitos e costumes da população local.

2.3.2. Período Eclético

No final do século XVIII e início do XIX, surgem os primeiros jardins destinados aos espaços públicos, utilizados como área de contemplação, meditação e passeio. Até o final do século XVIII os espaços ajardinados encontravam-se confinados em propriedades religiosas ou quintais de residências, eram designados a fins utilitários com o predomínio de plantio de árvores frutíferas, hortaliças e plantas medicinais, existiam também, os hortos e jardins botânicos que serviam apenas para fins científicos e comerciais.

Baseada em influências europeias, principalmente da França e Inglaterra, surge o estilo Eclético, aberto a modismos (neoclassicismo), incorporando o exótico. A linguagem eclética do paisagismo introduziu no espaço urbano o uso da vegetação, diferente do largo colonial que tinha um espaço livre e multifuncional, destinado ao comércio, lazer, convivência e passagem, as praças-jardim do período Eclético, tinham seu uso restrito a regras e normas de comportamento social, as atividades desempenhadas nesse novo modelo eram apenas o passeio e a contemplação desempenhada em um belo cenário naturalista para o deleite das camadas privilegiadas da população (MACEDO e ROBBA, 2010, p.54).

O período eclético foi um período repleto de grandes transformações na cena paisagística brasileira, juntamente com as mudanças radicais de função da praça na cidade, sua composição, forma e imagem transformaram-se com igual vigor. Durante esse período, marcado pelo empenho no ordenamento da paisagem, as praças públicas passaram a ser projetadas pelos primeiros paisagistas e jardineiros (MACEDO e ROBBA, 2010, p.55).

O Brasil passa por essa grande mudança na paisagem urbana, espelhada nos moldes europeus e com poucas adaptações a realidade da realidade nacional, com isso as características formais dos jardins Ecléticos passam a ser reproduzidas intensamente. O desenho desses espaços livres ajardinados era dividido em 3 (três) linhas principais: a clássica, a romântica e a clássica-romântica.

2.3.3. Linha Clássica

A linha clássica, estrutura-se aos moldes dos jardins palacianos franceses do século XVI e XVII, com inspiração renascentista, reproduz um traçado rígido e geométrico, nas suas formas e no plantio, sempre em busca da ortogonalidade e centralização. Estão presente nesse estilo os princípios de ordem e simetria a partir da produção de eixos que se cruzam, criando pontos focais sempre demarcados pela inserção de um elemento vertical, como uma fonte, chafariz, coreto ou escultura, tudo isso envolto por um passeio perimetral. Essas características constituem a tríade clássica básica, que compõe a maioria dos projetos nesse estilo (MACEDO e ROBBA, 2010, p. 56).

Na figura 13, temos a síntese das particularidades que constituem a tríade clássica básica, são elas: 1. caminhos em cruz (verdes); 2. estar central (amarelo) com ponto focal (vermelho); 3. passeio perimetral (azul).

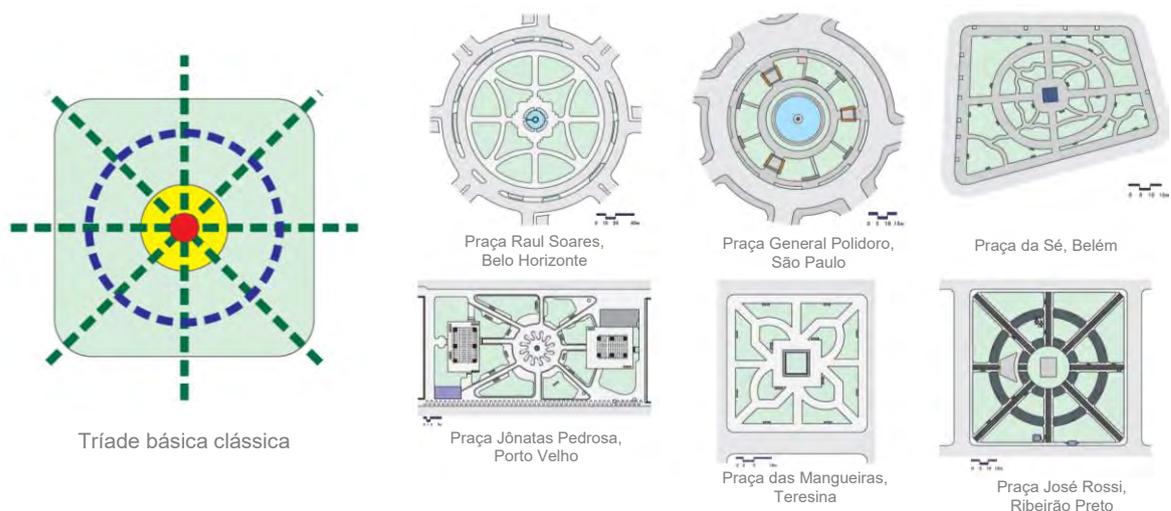


Figura 13: Tríade básica clássica e modelos de praças brasileiras Ecléticas Clássicas.

Fonte: Macedo e Robba, 2010.

Existem muitas outras variações a partir dessa mesma estrutura, até mesmo algumas ligeiramente orgânicas, ou com combinações de vários arranjos e composições geométricas, porém sempre obedecendo a tríade clássica básica (MACEDO e ROBBA, 2010, p. 56). Além dos traçados geometrizados e simétricos, aparecem na composição paisagística das praças brasileiras outros elementos típicos do período Eclético na linha clássica, temos no quadro 3 as principais características e elementos que integram o estilo.

Quadro 3 – Características do período Eclético - Linha Clássica

Período Eclético – Linha Clássica	
Características	<ul style="list-style-type: none">• Traçados em cruz e variações;• Estar central com ponto focal;• passeio perimetral;• canteiros geométricos;• <i>parterres</i>;• simetria;• eixos;• grande quantidade de áreas permeáveis;• elementos Ecléticos pitorescos (coretos, pavilhões, espelhos d'água, estátuas, monumentos, fontes, bustos);• vegetação arbustiva e forrações, dispostas como bordadura dos canteiros e caminhos;• vegetação arbórea plantada ao longo dos caminhos para sombreamento;• grande utilização de espécies exóticas europeias e pequena utilização de espécies nativas;• geometrização e simetria no plantio da vegetação;• gramados;• poda topiaria.
Elementos	<ul style="list-style-type: none">• Coretos;• Pavilhões;• Espelhos d'água;• Estátuas;• Monumentos;• Fontes;• Bustos;

Fonte: Adaptado de Macedo e Robba, 2010.

A expressão clássica do modo de projetar praças e jardins foi muito enfático e difundiu-se rapidamente no contexto nacional, transformando-se em um padrão a ser seguido, sendo replicado até o final do século XX. A forma e os padrões da praça eclética clássica estavam compatibilizados com o programa proposto que consistia no passeio e na contemplação, por isso eram criadas áreas mais permeáveis, sem espaço para variedades de atividades, características que permaneceu nessa e nas demais linhas até o período moderno.

2.3.4. Linha Romântica

O avanço da urbanização decorrente da saída da população do campo para cidade, como reflexo da industrialização no século XIX, trouxe consequências negativas para os núcleos urbanos da época, que não estavam preparados para esse excesso migratório que viria a acontecer, o que tornou a cidade, superlotada, insalubre e mal estruturada. A partir desse

contexto, as características românticas foram trazidas como uma forma de resgatar os prazeres de uma paisagem natural, que havia se perdido devido o avanço da urbanização.

A possibilidade do passeio e a contemplação da natureza em toda sua exuberância que os jardins românticos proporcionavam, serviam como um desafogo da conjuntura urbana precária da época. A linha Romântica do estilo Eclético passa a permitir a presença de linhas orgânicas e sinuosas juntamente com elementos cênicos pitorescos e vegetação abundante, o que contribui para a criação de um ambiente natural ideal (MACEDO e ROBBA, 2003, p.73).

No quadro abaixo, temos as principais características do estilo Eclético Romântico

Quadro 4 – Características do período Eclético - Linha Romântica

Período Eclético – Linha Romântica	
Características	<ul style="list-style-type: none"> • traçados orgânicos e sinuosos (rompimento com escolas clássicas de composição); • estares e recantos contemplativos; • passeios e caminhos que percorrem toda a área; • lagos serpenteantes; • equipamentos ecléticos pitorescos (coretos, pavilhões, espelhos d'água, estátuas, monumentos, fontes, grutas, arcos, templos, malocas, castelos, entre outros); • grande quantidade de áreas permeáveis; • criação de cenários naturalistas; • criação de visuais; • utilização cênica da vegetação; • imitação do ambiente natural, naturalismo; • aplicação de forrações, vegetação arbustiva e arbórea mais exuberante, de forma a criar cenários; • uso de espécies exóticas europeias e de espécies nativas.
Elementos	<ul style="list-style-type: none"> • Coretos; • Pavilhões; • Espelhos d'água; • Estátuas; • Monumentos; • Fontes; • Bustos; • Grutas; • Arcos; • Pontes; • Templos; • Malocas; • Castelos.

Fonte: Adaptado de Macedo e Robba, 2010.

Na figura 14, temos alguns exemplos de projetos que possuem características do estilo Romântico.

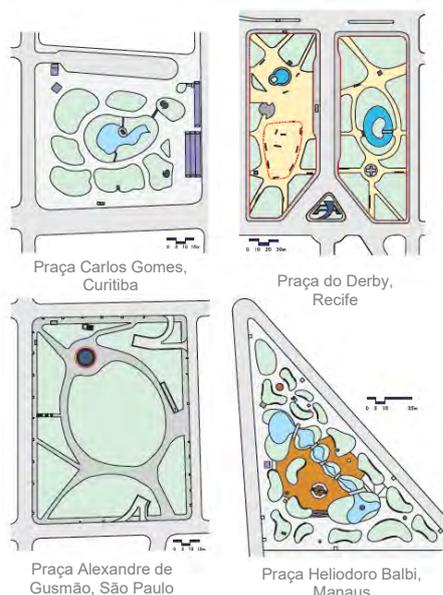


Figura 14: Modelos de praças brasileiras Ecléticas Românticas.

Fonte: Macedo e Robba, 2010.

Os jardins brasileiros pertencentes a linha romântica do período Eclético, inspirados nos grandes Jardins ingleses dos séculos XVII e XVIII criaram belas paisagens com visuais bucólicos e pitorescos, que foram implementadas em toda extensão nacional, no entanto, os exemplos de praças com projetos românticos não são muitos, uma vez que essa linha de projeto se restringiu aos parques e jardins de maior porte.

2.3.5. Linha Clássica-Romântica

Os projetos que seguiam a linha romântica não foram tão difundidos quanto os da linha clássica, por demandarem mais espaço e por terem maior custo na sua execução. Porém o apreço pela linha naturalista e romântica e suas características cênicas, não fez com que o estilo se diluísse, mas sim se incorporasse as características das praças clássicas principalmente a partir do século XX.

Juntamente com o traçado ortogonal e geometrizado e com a forte centralidade típica do estilo Eclético Clássico, eram introduzidos elementos característicos do estilo Romântico (pavilhões, lagos serpenteantes, grutas, cabanas, castelos, estátuas), geralmente encontrados nos espaços centrais das praças. Neste estilo é comum a sobreposição de traçados das duas linhas ecléticas (MACEDO e ROBBA, 2003, p.82). No quadro abaixo, temos as principais características do estilo Eclético Clássico-Romântico

Quadro 5 – Características do período Eclético - Clássico-Romântico

Período Eclético – Linha Clássica-Romântica	
Características	<ul style="list-style-type: none"> • traçados em cruz orgânicos e/ou sinuosos; • Estar central com ponto focal/recantos contemplativos; • passeios e caminhos; • lagos serpenteantes; • canteiros geométricos; • simetria; • eixos; • grande quantidade de áreas permeáveis; • criação de cenários naturalistas; • vegetação arbustiva e forrações, com intenção de cenário; • grande utilização de espécies exóticas europeias, orientais e nativas; • gramados; • poda topiária.
Elementos	<ul style="list-style-type: none"> • Coretos; • Pavilhões; • Espelhos d'água; • Estátuas; • Monumentos; • Fontes; • Bustos; • Grutas; • Arcos; • Pontes; • Templos; • Malocas; • Castelos.

Fonte: Adaptado de Macedo e Robba, 2010.

Na figura 15, temos alguns exemplos de projetos que possuem características de ambos os estilos, com vários elementos pitorescos românticos, como grutas, pavilhões, lagos sinuosos, entre outros, colocado sobre traçados clássicos.

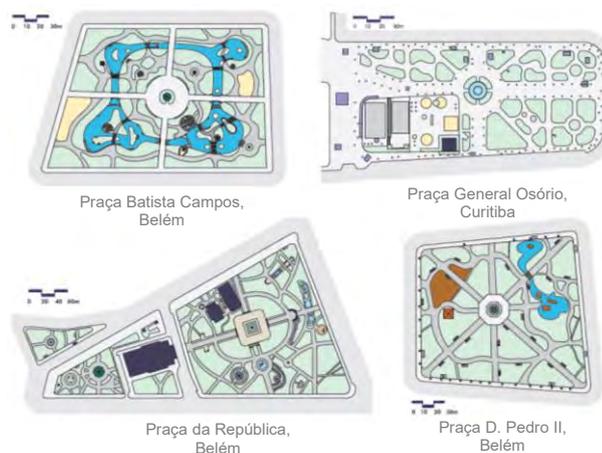


Figura 15: Modelos de praças brasileiras Ecléticas Clássica-Romântica.

Fonte: Macedo e Robba, 2010.

As duas vertentes do estilo Eclético foram se desenvolvendo nas primeiras décadas do século XX, porém algumas mudanças começam a acontecer no decorrer desse período. Em 1930, o paisagista brasileiro Roberto Burle Marx criou o projeto da Praça de Casa Forte, em Recife, com uma linguagem Eclética Clássica, porém a forma de plantio aplicada ao projeto era diferente do que estava sendo reproduzido no Brasil, pois “buscou a criação de espaços temáticos exaltando a vegetação tropical e não a simples reprodução de um trecho de natureza ideal e bucólico como propunha o Romantismo nos anos anteriores” (MACEDO e ROBBA, 2003, p.90). Esse foi o primeiro passo para o rompimento com a linha eclética. A mudança dos programas propostos para as praças e novos traçados seriam decisivos para a transição entre o Ecletismo e o Modernismo.

2.4. Jardins do Rio de Janeiro no século XVIII e XIX

Elaboraremos uma descrição e contextualização da história dos jardins do Rio de Janeiro a partir de exemplares tradicionais, importantes no contexto urbano que servem como referência para o estudo da paisagem carioca. Serão apresentadas as diferentes expressões do paisagismo surgidas entre o final XVIII e principalmente no decorrer do século XIX, através da criação do Passeio Público, Jardim Botânico, Quinta da Boa vista, Campo de Santana que são concebidos segundo os modelos estéticos vigentes na Europa através das mãos de grandes mestres como, Valentim da Fonseca e Silva, Grandjean de Montigny e Auguste François Marie Glaziou. Em seguida, dedicaremos nossa atenção para a conjuntura dos aspectos físicos e sociais que pautaram as transformações que aconteceram na Praça Barão de Campo Belo ao longo do século XIX e início do século XX, por ser fundamental remontar a trajetória de um dos exemplares mais marcantes do interior do Rio de Janeiro, tendo suas características enunciadas na justificativa do tombamento que levou a salvaguarda do sítio paisagístico e urbano vassourense.

2.4.1. Passeio Público (1779-1783) e Reforma do Passeio Público (1862)

Os jardins brasileiros em geral, carregaram traços compositivos dos modelos analisados anteriormente, tendo como referência principal as tendências artísticas dos estilos francês e inglês. Contudo, a forma de concepção desses espaços no Brasil contou com algumas adaptações que atribuíram características próprias para sua ornamentação, possibilitando que a arte da jardinagem fosse bem-sucedida diante das condicionantes culturais, climáticas e geográficas do local.

Antes de nos atermos ao estudo das praças vegetadas e jardins do século XIX é importante retroceder um pouco no tempo, de forma breve, por ser fundamental a contextualização da criação do primeiro espaço ajardinado destinado ao uso público no Rio de Janeiro, que ocorre a partir do oitocentos e tem seu auge marcado no século seguinte, juntamente com uma gama de outros exemplares disseminados após a chegada da Família Real portuguesa no Brasil.

Locais destinados ao cultivo não eram inexistentes nas cidades coloniais brasileiras. Os espaços ajardinados deste período eram reservados aos ambientes privados, com organização sem fins estéticos. Os exemplares comuns no século XVI e XVII, possuíam cercas ou grades que delimitavam o perímetro. Era um lugar aprazível, destinado ao plantio e criação de pequenos animais domésticos para consumo, “desse hábito derivaram as denominações de quintal, sítio e roça, iniciativas também relacionadas ao costume português de associar o jardim à horta e ao pomar” (DELPHIM, 2005, p.14). Alguns elementos como fontes, poços e tanques também poderiam estar presentes na composição. Sobre os jardins encontrados no Brasil durante o período colonial, Silvio Macedo e Fabio Robba (2010) descrevem que:

Raramente encontrados nas cidades coloniais brasileiras, os jardins estavam restritos às propriedades religiosas ou aos quintais das residências, sendo destinados a fins utilitários. Neles predominava o plantio de árvores frutíferas, hortaliças e plantas medicinais. Eram áreas de apoio a cozinhas e quintais, prestando-se para hortas e serviços. Existiam, ainda, alguns hortos e jardins botânicos, que também não eram destinados ao uso público e cumpriam apenas funções de pesquisa e investigação da flora nativa, com fins científicos e comerciais (MACEDO e ROBBA, 2010, p.23).

No final do século XVIII, surge um exemplar notável, diferente dos espaços abertos comuns no urbanismo colonial. O Passeio Público (1779-1783) (figura 16), nasce como o primeiro jardim público no Brasil que se traduz na “criação de um espaço insubordinado na hierarquia colonial, monumento à vegetação, à natureza, monumento a si mesmo” (SEGAWA, 1996, p.16) fugia à regra, pois, não estava a serviço da estrutura portuguesa ou utilizado como moldura para algum edifício religioso.

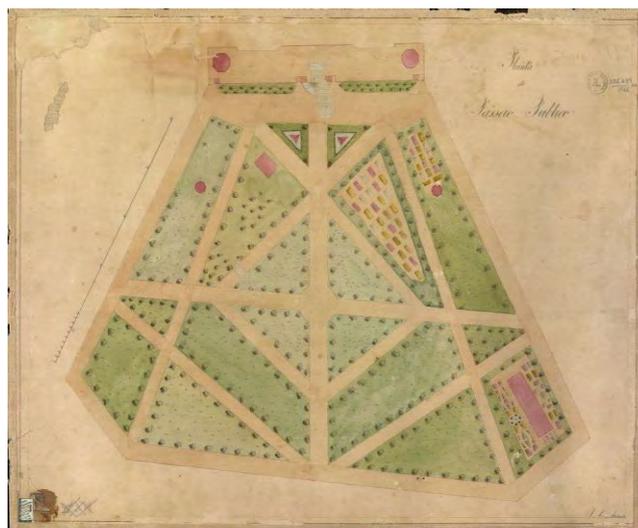


Figura 16: Passeio Público, 1861.

Fonte: J. A. Andrade. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/rio-de-janeiro-450-anos-uma-historia-do-futuro/cidade-imperial-2/>. Acesso em: 09 de julho de 2022.

O inédito recinto ajardinado com inspiração no traçado francês, é construído no Rio de Janeiro, na periferia da cidade. Sua implantação sobre o aterro da lagoa do Boqueirão da Ajuda, com vistas para o mar, foi pensada como uma forma de melhoria urbana da recém transferida capital que passava por complicações inerentes das más condições de higiene urbana. Ainda sobre a escolha do local que abrigaria o Passeio, Hugo Segawa relata que (1996, p.81)

Sua localização certamente decorreu de uma estratégia de tratamento e aproveitamento de áreas alagadas e charnecas, buscando conquistar terreno firme, num sítio carente de horizontes de expansão, tão marcado por elevações e baixadas pantanosas como o do Rio de Janeiro. Alinhar o desenvolvimento da cidade em direção sul deve ter priorizado o esforço de aterrar a lagoa do Boqueirão da Ajuda, estabelecendo a comunicação para os lados dos futuros bairros de Flamengo e Botafogo, bem como de implantar signos de urbanização, mediante o alinhamento de novas ruas (a das Belas Noites — hoje das Marrecas, a do Passeio) e a criação do próprio Passeio Público (SEGAWA, 1996, p.81).

O espaço elaborado a mando do vice-rei D. Luís de Vasconcelos e projetado por Valentim da Fonseca e Silva – mais conhecido como Mestre Valentim – possuía limites que formavam a figura de um hexágono irregular com desenho final semelhante a um trapézio, circundado por muros com aberturas alternadas, enfeitadas com vasos de cantaria. Seu acesso principal é dado por um grande portão de ferro, executado sobre dois pilares de pedra lavrada. O portão é ornamentado com flores, folhas e plumas esculpidas no ferro, por cima dele há um medalhão de bronze dourado com as efigies da Rainha D. Maria I e do seu marido, o Rei D. Pedro III (MAGALHÃES, 2015, p. 97).

Em seu interior, a paginação se dava ao longo de caminhos retilíneos. Uma grande alameda formava o eixo longitudinal, e uma série de caminhos o cortavam. A vegetação era disposta geometricamente, obedecendo as linhas clássicas do traçado. No final do passeio, o

que chamava atenção era o grande terraço (figura 17), que possibilitava aos visitantes a apreciação de uma deslumbrante perspectiva infinita proporcionada pela vista para o mar (DELPHIM, 2005, p. 15). Segawa (1996, p.96) nos apresenta em sua análise o conjunto de significados que são atribuídos a organização do Passeio Público e as sensações despertadas naqueles que se deparavam com suas belezas naturais

A organização espacial que se opera no Passeio Público, no entanto, revela uma extraordinária justaposição de sentidos. A paisagem de árvores, flores e jardins, era o domínio do repouso e da harmonia, espaço edênico mitificado e idealizado pelo ser humano. O mar, ao contrário, era o abismo desconhecido a se desvendar, fascinante paisagem estéril a infundir terror e respeito pelo mistério de seu vazio insondável, o não-domínio do ser humano. O terraço do Passeio Público era a tênue linha das suscetibilidades humanas: ao ser humano se concedia a simultaneidade de se defrontar com duas paisagens antitéticas, desafiando os seus anseios de formular um imaginário capaz de explicar as raízes da existência, o seu relacionamento com a natureza e o mundo (SEGAWA, 1996, p.96).



Figura 17: Terraço do Passeio Público e Pavilhão.

Fonte: Louis-Julien Jaccottet, 1854. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon684435/icon684435.jpg.

Acesso em: 09 de julho de 2022.

O grande jardim foi decorado com diversas esculturas dentre elas, dois obeliscos piramidais em granito contendo, cada um, um medalhão oval em pedra lioz com as inscrições: *Ao amor do Público* (dir.) e *À saudade do Rio* (esq.). Próximo às pirâmides é possível encontrar o chafariz, conhecido como *Fonte dos Amores*, nele há dois jacarés entrelaçados forjados em bronze que vertiam água por suas bocas em uma grande bacia de mármore, encimada por um coqueiro também em bronze pintado de verde com aproximadamente quatro metros de altura, que infelizmente deixou de existir com o tempo, assim como as três garças que também faziam parte do magnífico chafariz escultural.

Subindo em direção ao terraço, é possível encontrar, atrás do chafariz dos jacarés uma fonte com a estátua de um menino, em mármore, que originalmente segurava um cágado, com a inscrição “*sou útil, inda que brincando*”, que lançava água para um barril de granito. Em 1841, a escultura original em mármore foi substituída por outra em bronze. No terraço com pavimentação em pedra, existiam dois pavilhões, um ornado com a estátua de Mercúrio e outro com a estátua de Apolo que são retirados em 1817 durante a reforma ordenada por D. João (MAGALHÃES, 2015, p. 96).

O projeto foi idealizado à maneira dos recintos presentes na Europa, voltados para usufruto dos espaços ao ar livre que servia de palco para a sociabilidade da aristocracia, pequena nobreza e burguesia em ascensão. Contudo, a importação do modelo não obteve o sucesso esperado, segundo Silvio Macedo e Fabio Robba (2010) sua decadência se deve

a inexistência de uma classe burguesa urbana que necessitasse daquele espaço não oficial para suas manifestações, ao lado da multiplicidade de usos que as praças e largos coloniais permitiam, transformou o Passeio Público do Rio de Janeiro em um espaço ermo, vazio, inseguro e, conseqüentemente, pouco atraente para a aplicação de recursos públicos (MACEDO e ROBBA, 2010, p.24).

Quando a Família Real portuguesa desembarca no Rio de Janeiro em 1808, o Passeio Público já não possuía o prestígio popular. Apesar de ter passado por algumas reformas no decorrer do tempo, permaneceu sendo pouco frequentado e posteriormente acaba praticamente abandonado a própria sorte, tornando-se um local de passagem que não era memorável quando comparado a majestosa natureza nata do cenário carioca.

O Passeio Público por muito tempo foi um lugar de deleite e contemplação para a população local, que posteriormente foi assolado por um período de decadência que o levou ao abandono. Em resposta ao clamor popular e grande pressão da imprensa é elaborado pelo tabelião Francisco José Fialho (1814-1885), juntamente com o botânico Glaziou um projeto de reforma para o espaço, que visava adequar o local para a prática de recreio público e a função de horto botânico. Glaziou ficou encarregado da execução da obra, bem como conservá-lo por um período de dez anos, de acordo com contrato firmado em 01 de dezembro de 1860 (SEGAWA, 1996, p. 105.). Macedo e Robba (2010) relatam o cenário da época, onde

A reforma do Passeio Público deu-se contemporaneamente às mudanças que ocorreram na segunda metade do século XIX, com a proliferação dos jardins em residências, a abertura dos jardins botânicos para visitação pública e a arborização de vias e ruas. As áreas ajardinadas passaram a constituir um elemento considerável no conjunto das edificações e dos espaços livres das cidades brasileiras. Tais mudanças criam um novo hábito: o da jardinagem. A população passa a valorizar a utilização da vegetação para embelezamento das ruas e de parte de seus quintais, agora chamados de jardins (MACEDO e ROBBA, 2010, p.25).

O desenho idealizado por Mestre Valentim desaparece com a grande reforma iniciada em 1861, nos restando apenas os registros no papel de sua concepção. Há um verdadeiro remodelamento do espaço, que passa de um jardim à francesa, com suas alamedas retilíneas e elementos organizados de forma regular, para um jardim aos moldes inglês (figura 18). O jardim inglês era o estilo em voga nos países europeus naquele momento, começou a ser difundido no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro a partir de 1850, até as duas primeiras décadas do século XX, por isso, suas características foram incorporadas ao novo projeto (SEGAWA, 1996, p. 88).

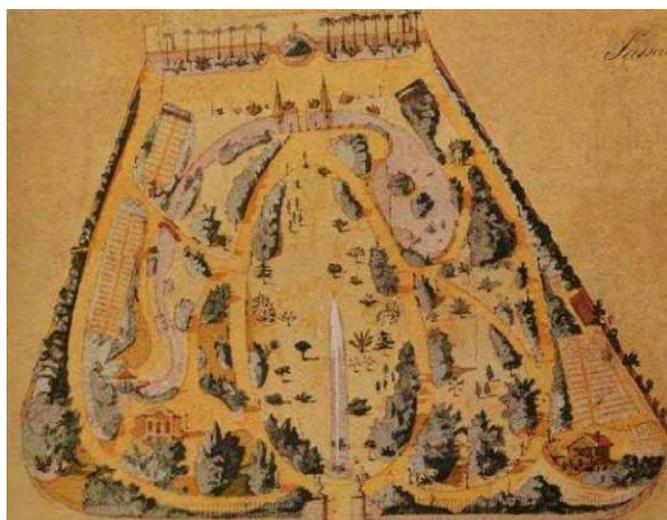


Figura 18: Nova proposta de projeto para o Passeio Público.

Fonte: Auguste Glaziou, 1861. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon309774/icon309774.jpg.

Acesso em: 09 de julho de 2022.

Foram adotados caminhos sinuosos que percorrem toda área, fazendo com que o passeio revele diferentes perspectivas, apresentando aos poucos recantos com utilização da vegetação de forma cênica, remetendo ao estilo Romântico. O grande eixo central do projeto original foi substituído uma *pelouse* oval, com bordas preenchidas por massas arbóreas, arbustos e outras espécies de pequeno porte, que estavam também espalhadas em seu interior. A flora do jardim é reordenada, são introduzidas novas espécies, incluindo árvores exóticas de grande porte, como figueira da Índia e gameleira, além de espécies arbustivas de pequeno porte, como a murta. O espaço é recortado por um grande lago de linhas sinuosas percorrendo as laterais e os fundos do jardim, atribuindo um ar pitoresco a composição, juntamente com elementos como, o pavilhão rústico, um pequeno chalé, pontes, diversas estátuas e esculturas (TERRA, 2013, p.116).

Do projeto original restou apenas portão principal, os dois obeliscos, a fonte com jacarés modelados por Mestre Valentim e a escadaria do antigo terraço à beira-mar. Devido os sucessivos aterros na região, as ondas foram sendo afastadas e a vista original do terraço foi perdida, dando espaço para Avenida Beira-mar. Após a ascensão econômica da cidade, enriquecida pela exportação de café após a segunda metade do século XIX, é difundido o hábito europeu do passeio em jardins e avenidas. Com isso, o Passeio Público passa a ser frequentado pela nova classe burguesa, que necessitava desfilar, exhibir-se, ver e ser vista (TERRA, 2013, p.116).

2.4.2. Linguagem estilística paisagística do Passeio Público

Como vimos anteriormente, o Passeio Público do Rio de Janeiro é um grande exemplo das diferenças entre o estilo Clássico e romântico. Em seu projeto original, de 1783, concebido por Mestre Valentim, os caminhos eram retilíneos e geométricos, a vegetação também obedecia às linhas clássicas do paisagismo. Após a reforma elaborada por Glaziou, em 1862, os caminhos passaram a ser sinuosos, foi incluído um lago serpenteante e a vegetação é utilizada de forma cênica, características oriundas do estilo Romântico (MACEDO e ROBBA, 2010, p. 74)

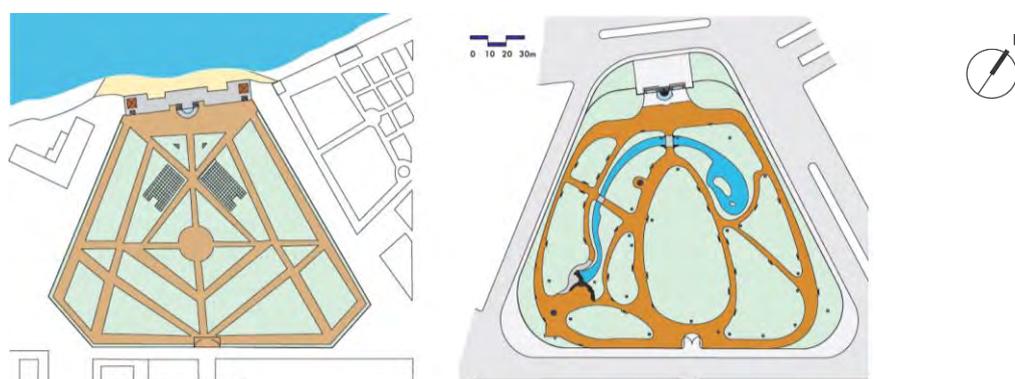


Figura 19: As plantas do Passeio Público do Rio de Janeiro: à direita, o traçado romântico que ainda resiste, e, à esquerda, o desenho Clássico antigo.

Fonte: Macedo e Robba, 2010, p. 74.

A primeira versão do Passeio Público do Rio de Janeiro (1783) pertence ao período Eclético (1783-1932), e segue a linha de estilo Eclético Clássico. O programa comum aos jardins Ecléticos era o passeio e a contemplação da natureza, atividades percebidas como um padrão de qualidade de vida a ser atingido na época.

É possível analisar o primeiro projeto do Passeio Público a partir do esquema da tríade clássica básica, que segundo Macedo e Robba (2010) é caracterizada por “caminhos dispostos em cruz, conduzindo a um estar central marcado por um ponto focal, geralmente um elemento verticalizado (monumento, fonte, chafariz, coreto, obelisco), tudo isso envolto por um passeio

perimetral (MACEDO e ROBBA, 2010, p. 57), a expressão do desenho Clássico do ecletismo foi muito intensa, esse modo de projetar difundiu-se rapidamente pelo Brasil, transformando-se em padrão de desenho para praças.

Para complementar a análise, utilizando os princípios do estudo da forma de Ching (1987), percebemos que o desenho do Passeio Público (1783) possui formato poligonal, semelhante a um trapézio, que parte da forma básica de um quadrado, é atribuído a ele um princípio de ordem simétrico de organização centralizada como já mencionado anteriormente, nas características que marcam o estilo Clássico. Na figura 20 podemos observar uma síntese da análise feita.

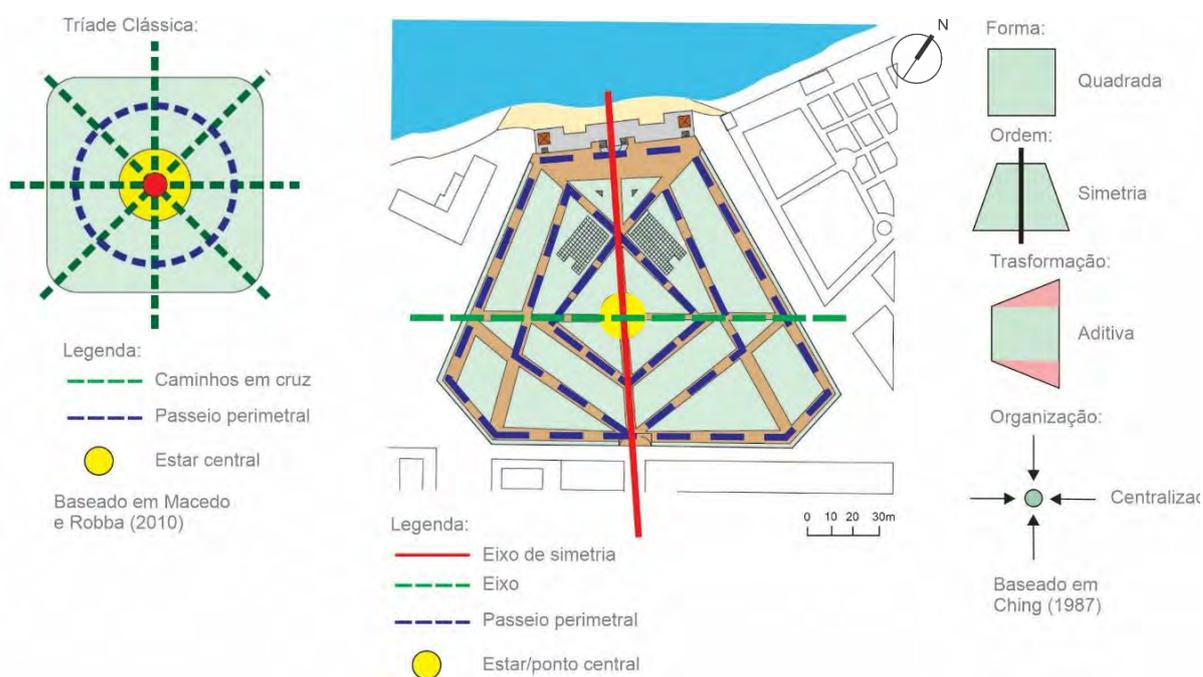


Figura 20: Análise estilística paisagística do Passeio Público do Rio de Janeiro (1783).

Fonte: Adaptado de Macedo e Robba, 2010.

Após sua reforma em 1862, foi atribuído ao seu traçado características da linha de estilo Eclético Romântico. O estilo romântico passa a permitir a presença de linhas orgânicas e sinuosas juntamente com elementos cênicos pitorescos e vegetação exuberante, o que contribui para a criação de um ambiente natural ideal (MACEDO e ROBBA, 2003, p.73).

Na reforma do Passeio Público (1862) pôs-se em prática a cenarização típica do estilo romântico, no espaço são aplicadas as linhas orgânicas, vegetação abundante que simula a aparência de mata original, equipamentos como ponte imitando troncos de árvores, lago que segue o desenho orgânico da composição, fontes e estátuas, a inserção desses elementos busca criar uma atmosfera árcaica, de paisagens pitorescas.

Ao considerar os princípios apresentados por Ching (1987), identificamos que a versão do Passeio Público após a reforma (1862) continua com os limites de seu terreno, com a forma similar a um trapézio, porém agora, com os vértices arredondados. Por pertencer a linha Romântica, não possui compromisso com princípios de ordem como, eixo, simetria, hierarquia, malha ou ritmo, mas podemos classificar sua organização espacial como, aglomerada, por possuir espaços agrupados que possuem uma relação visual. Na figura 21 podemos observar um resumo das características descritas.

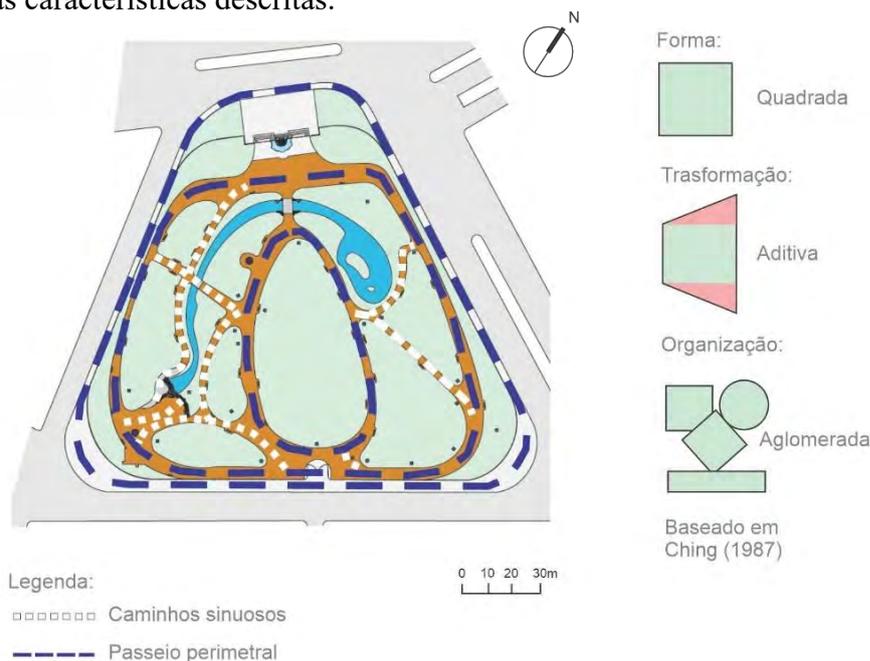


Figura 21: Análise estilística paisagística do Passeio Público do Rio de Janeiro (1862).

Fonte: Adaptado de Macedo e Robba, 2010.

2.4.3. Passeio Público do Campo de Santana

O estabelecimento da corte portuguesa ao Brasil, foi sem dúvidas, um grande marco. Nesse período, foram implementadas diversas diretrizes e decretos em prol do desenvolvimento urbanístico na cidade. Com a Abertura dos Portos às Nações Amigas, por decreto emitido em 1808, são facilitadas as trocas comerciais e a chegada de profissionais das mais diversas áreas de atuação, como engenheiros, arquitetos, carpinteiros, serralheiros, pintores, jardineiros e horticultores europeus que irão colaborar na renovação física e cultural da capital (TERRA, 2013, p.77).

Munidos de mão de obra capacitada e materiais importados, inicia-se o longo período de renovações e expansão urbana, que prepararia a cidade pra acomodar e atender os anseios da recém-chegada comitiva real. O ponto de partida para difusão do jardim projetual se deu logo em 1808 a mando D. João IV, com a criação do Jardim de Aclimação, mais tarde

conhecido como Jardim Botânico. A medida tinha como propósito criar um lugar de passeio e pesquisa, aclimação e cultivo de plantas exóticas e nacionais, tal fato contribuiu substancialmente para a utilização de algumas dessas espécies vegetais nos projetos da época, consolidando o arquétipo de jardins e parques públicos do século XIX. A motivação para criação de jardins botânicos no Brasil é mencionada nos estudos de Delphim (2005) que revela que

Com a perda do monopólio do Oriente, Portugal também quis atribuir às terras brasileiras o papel de zona alternativa na produção de espécies e orientou uma política de criação de jardins botânicos como os de Belém, em 1796, de Salvador em 180, do Rio de Janeiro em 1808, de Olinda em 1811, de Ouro Preto e São Paulo em 1825. A proposta, de caráter científico, agrícola e econômico visava à implementação de hortos botânicos para aclimação de plantas úteis e implementação do comércio de espécies na Europa, bem como da introdução de novas espécies autóctones para competir com os cultivos do Oriente (DELPHIM, 2005, p. 18).

Cresce a preocupação com a organização do espaço exterior, os espaços ajardinados passam então a fazer parte do desejo da elite. Em 1815 começou a ser construído o jardim do Passeio Público do Campo de Santana, planejado pelo Intendente Geral da Polícia, Paulo Fernandes Vianna (1757-1821), titular do cargo por ordem do Príncipe Regente D. João. O passeio ocupava cerca de um terço da área do Campo de Santana, seu jardim foi pensado para ser um local de festejos e lazer, atendia também os militares que precisavam de um campo aberto para suas manobras e treinamentos (SEGAWA, 1996, p. 158). Luís Gonçalves dos Santos, mais conhecido como Padre Perereca descreve o cenário durante o período de sua construção da construção (figura 22)

(...) No espaço do Campo, que medeia entre a Rua do Conde [*refere-se ao Solar do Conde dos Arcos, esquina da atual rua Moncorvo Filho*], e o caminho, que segue da Rua do Alecrim [*hoje rua Buenos Aires*] a entrar na estrada do Areal [*atual rua Frei Caneca*], por ordem do Príncipe Regente Nosso Senhor, o ilustríssimo conselheiro, intendente geral da polícia, deu princípio à fatura de um novo Passeio Público, que por ora se acha cercado com gradeamento de madeira fixo em pilares de tijolo, distantes uns dos outros coisa de duas braças e meia [*cerca de 4,80 m*], e de seis palmos [*cerca de 1,32 m*]. A figura do terreno cercado é quadrangular, e terá cada um dos seus lados 100 braças [*220m*] de extensão; quando este novo Passeio estiver todo plantado de arvoredo, alinhadas as suas ruas, e bordadas de flores, como se projeta, será certamente um jardim muito ameno, e delicioso, digno da frequência do público, e um local assaz próprio para nele se darem festas reais nas ocasiões dos grandes acontecimentos, que interessam à nação, não só por estar situado no centro da cidade, como também pelo desafogo do espaçoso Campo de Santana, que fica na sua frente, e que se estende por mais de 150 braças [*330 m*] em quadro até à igreja de Santana. (SANTOS, 1981, v.1, p. 335 apud SEGAWA, 1996, p.158)



Figura 22: Campo de Santana. Franz Josef Frühbeck -1818.

Fonte: Ferrez, 1960. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Campo-de-Santana-Franz-Josef-Fruehbeck-1818-fonte-FERREZ-1960-s-p_fig1_339461252. Acesso em: 09 de julho de 2022.

O jardim era envolto por grades de madeira e pilares de tijolos, sua vegetação consistia em amoreiras, plantas nativas e exóticas. O traçado era simétrico com caminhos que convergiam em um ponto central. Em 1818 foi construído um pavilhão de madeira, para que a Família Real pudesse assistir aos festejos, que mais tarde seria substituído por um de alvenaria de pedra e cal. Anos depois, em 1821, D. Pedro I ordena a demolição do Passeio do Campo de Santana, tendo como motivo algumas desavenças políticas com então criador do recinto, o intendente Paulo Fernandes Viana. Com a independência do Brasil, o local passa a ser chamado de Campo da Aclamação em homenagem a D. Pedro I (SEGAWA, 1996, p. 160).

A chegada da Missão Artística Francesa em 1816, promoveu um conjunto de medidas que favoreceram as mudanças das características culturais do país a partir do olhar e influência de artífices franceses, trazendo a ruptura com o passado luso-colonial e com as características culturais brasileira. A criação de instituições como Academia de Belas Artes (1816), fruto da missão francesa no Brasil, e mais tarde a fundação do Museu Real (1818), vieram a transformar a arquitetura e a forma de execução de jardins, bem como incentivar o conhecimento sobre a fauna, a flora e a geologia. Em virtude do incentivo à pesquisa e as expedições científicas por D. João IV, o aprofundamento no campo das ciências naturais, a catalogação e divulgação da vegetação brasileira passam a incrementar os estudos botânicos e agrícolas elaborados por diversos naturalistas estrangeiros.

Todos os fatores elencados até aqui, fazem com que o repertório eurocêntrico seja expresso na narrativa projetual urbana do Brasil. Concepções paisagísticas passam ser mais constantes no tecido urbano, seguindo modelos semelhantes aos *boulevards* e *squares*, trazidos para o Rio de Janeiro pelos imigrantes europeus, assim como, os materiais, mobiliários e

artefatos artísticos utilizados na ornamentação de jardins, praças e espaços ao ar livre no Brasil. As residências, chácaras e fazendas serão concebidas aos moldes palacianos europeus com tratamento paisagístico no entorno da edificação e com uso de uma variedade e espécies vegetais, sendo algumas delas exóticas. (MAGALHÃES, 2015, p.102).

A composição dos jardins apresenta-se de forma mais complexa, com espaços cada vez maiores dedicados ao paisagismo, constituído com uma gama variada de espécies vegetais. O uso de ferro fundido e liga metálica importados da França e Bélgica, além de peças de cerâmica vindas do Porto, são elementos que adornam a composição, inspiradas nas concepções da reforma urbana empreendida por Haussmann em Paris e nos parques ingleses (TERRA, 2013, p.87).

A influência inglesa e francesa prevalece nas soluções de organização dos jardins no Rio de Janeiro. Além do já citado Mestre Valentim, artista brasileiro autor do primeiro projeto do Passeio Público e de icônicas obras de arte que ornamentam os jardins e espaços públicos cariocas, devemos mencionar também Grandjean de Montigny (1776-1850) e Auguste François Glaziou (1833-1906) que fizeram importantes contribuições para arquitetura, urbanismo e paisagismo no Brasil.

Grandjean de Montigny veio para o Brasil como membro da Missão Francesa. Foi o principal responsável pela urbanização e inserção do neoclassicismo como arte oficial no Rio de Janeiro, atuou como arquiteto oficial da Corte e atribuiu o estilo aos edifícios públicos e posteriormente as residências e palácios das classes dominantes, foi fundador e professor titular da Academia Imperial de Belas Artes do Rio. Além disso, projetou praças, alguns monumentos, estátuas e chafarizes que foram introduzidos no contexto urbano e privado (DELPHIM, 2005, p. 19).

A Glaziou foi incumbida a arte dos jardins, sendo sua figura de grande importância para o desenvolvimento do paisagismo brasileiro no século XIX. Ocupou o cargo de Diretor geral de Matas e Jardins (1858) a convite de D. Pedro II e, mais tarde, é nomeado como Diretor de Parques e Jardins da Casa Imperial (1869). Dentre muitas obras a ele atribuídas, podemos destacar a Reforma do Passeio Público (1862), as obras do Parque da Quinta da Boa vista e (1876) e do Campo de Santana (1880).

2.4.4. Quinta da Boa Vista e a reformulação do Campo de Santana

O talento de Glaziou ganhou visibilidade após seu desempenho na reforma do Passeio Público que se revelou como grande contribuição para o início do paisagismo brasileiro, ele então, é chamado para realizar outros projetos em locais públicos e privados do Rio de Janeiro. Após ser nomeado como Diretor de Parques e Jardins da Casa Imperial é encarregado da realização da reforma da Quinta da Boa Vista (figura 23), então residência da Família Imperial brasileira.

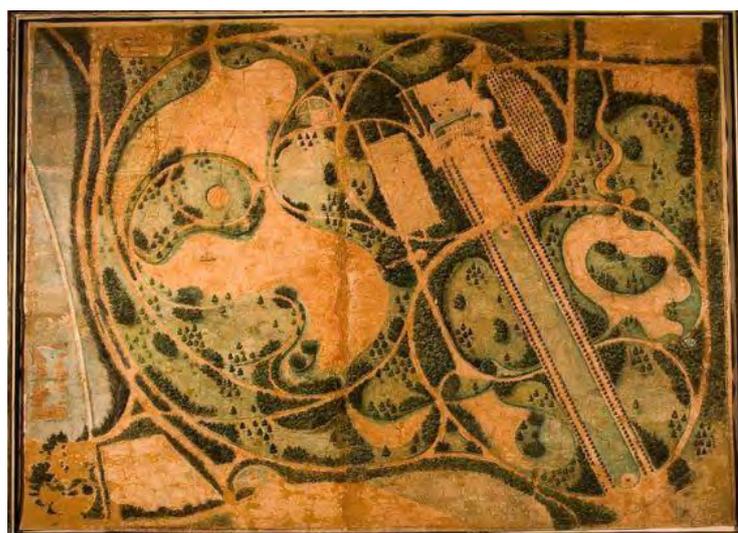


Figura 23: Projeto para Quinta da Boa Vista. Fonte: Auguste Glaziou, 1870.

Disponível em: <https://i.pinimg.com/originals/cc/e4/8e/cce48ea5a998d92cc181bbfe52a777b1.jpg>.

Acesso em: 09 de julho de 2022.

O projeto de ordenamento dos jardins da Quinta da Boa Vista foi apresentado ao Imperador D. Pedro II em 1868, e posto em prática a partir de 1872. Em frente ao palácio é aberta uma suntuosa alameda em linha reta, delimitada por Sapucaias enfileiradas de ambos os lados, estabelecendo uma perspectiva que chama a atenção de todos que visitam o local. Dois lagos foram previstos no projeto, um com dimensões maiores situado a esquerda da composição e um de menor tamanho situado à direita. O parque conta com características românticas típicas das composições de Glaziou, possuindo traçados orgânicos que imitam a natureza e o uso de diferentes espécies vegetais, contam também com a presença de elementos pitorescos como, grutas, rochedos um pavilhão no estilo Neoclássico, além de pontes que imitam troncos de árvore (TERRA, 2013, p.128).

Glaziou se une com Francisco José Fialho mais uma vez, e elaboram uma proposta para a reformulação do Campo de Santana, que é apresentada à Câmara Municipal em 1871 e aprovada em 1872. Contudo, é válido lembrar que houve outras propostas que antecederam a

da dupla. Muitas foram rejeitadas, entre elas uma apresentada por Grandjean de Montigny em 1827 que previa uma área que preservava a urbanização em detrimento do ajardinamento do espaço.

Por fim, Glaziou acaba assumindo sozinho a execução do projeto aprovado e imprime mais uma vez sua marca com uma proposta com características paisagísticas bem típicas de suas composições, o tratamento da natureza é pensado em termos e dimensões urbanas. O Campo de Santana é um dos espaços livres mais tradicionais do Rio de Janeiro, no decorrer do tempo passou por muitas mudanças e serviu aos interesses, religiosos, militares e de lazer da realeza. O objetivo da reforma empreendida por Glaziou daria novos rumos ao local, o transformando em um oásis natural dedicado ao deleite da população,

Ao Campo de Santana, foi atribuído um traçado sinuoso, com gradis com portões de ferro delimitando seus limites. Um dado notável é que cerca de 86.587,95m² de sua área total eram ocupadas por uma infinidade diversa de espécies vegetais, dentre elas, uma grande maioria pertencia a flora fluminense. Completava o restante da área uma estrutura típica dos jardins ingleses, com córregos atravessados por pontes, cascatas, fontes e elementos decorativos, tais como: grutas, pérgulas, monumentos arquitetônicos e esculturas. Carlos Terra (2013) traça um breve comparativo entre os projetos previstos para Passeio Público e o Campo de Santana.

Analisando os projetos de Glaziou do Passeio Público e do Campo de Santana, percebemos que este último é bem mais complexo, possivelmente em virtude de sua grande dimensão. O jogo dos volumes criados pelas diversas elevações faz o diferencial entre os dois projetos, além disso devemos levar em conta que o Passeio Público foi uma adaptação de um espaço já existente, enquanto no Campo de Santana, o paisagista partiu do nada, propondo, criando e executando um jardim mais elaborado, dentro da concepção inglesa em voga na época, e que ele soube adaptar bem à topografia e ao clima brasileiros (TERRA, 2013, p.122)

Podemos observar que no final do século XVIII, haverá uma ruptura com a concepção nos padrões colônias. Os núcleos urbanos e residências nobres passam a ter um cuidado paisagístico. A grande motivação para esse novo tratamento é a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, os espaços deveriam ser adaptados em consonância com o trato europeu. Ocorrerá a valorização dos espaços ajardinados, principalmente na esfera pública, com a criação de jardins, parque e passeios. A implementação desses projetos, visavam embelezar o espaço, além de proporcionar uma dinâmica social diferente que contribuiu para uma renovação física e cultural da paisagem do Rio de Janeiro.

2.5. Praças do Médio Vale do Paraíba do século XIX.

2.5.1. Praça XV de Novembro (Jardim de Baixo) – Valença

A formação do tecido urbano de Valença teve seu início em 1803, e assim como Vassouras o marco de sua fundação se deu a partir da criação de uma capela, a atual Matriz de Nossa Senhora da Glória, seu desenvolvimento foi pautado pelas riquezas trazidas através do ápice da produção cafeeira na região, durante o século XIX (OLIVEIRA, T. N. K, 2013, p.15).

Enquanto vila, ainda em 1828, Valença possuía traçados de ruas e distribuição de casas sendo ordenadas sem rigor, característica comum para as povoações que tiveram suas origens em rotas que atendiam as demandas do ciclo do ouro (IÓRIO, 1952, p.68). Em 1836 é elaborada a primeira planta da vila, o responsável pelo levantamento era o engenheiro militar Francisco Carneiro de Campos, que propôs a retificação dos caminhos e ruas existentes, além de arruamentos em malha com traçado ortogonal (IÓRIO, 1952, p.75-77).

O plano para da Vila de Valença é atualizado pelo engenheiro Major Cezar Cadolino em 1846 (figura 24), quando foi produzida uma planta que serviu de orientação para a construção de ruas, praças, canalização de água e construção de chafariz (NOVAES, 2003, p.18), nela é possível notar que a área destinada a Praça XV de Novembro já tinha sua área considerada, antes o local era chamado Praça do Comércio com a Matriz de Nossa Senhora da Glória. Assim como Vassouras, a ocupação foi determinada pela topografia, que ditou o local das Igrejas e consequentemente das praças.



Figura 24: Planta da Vila de Valença elaborada por Cezar Cadolino em 1846.

Fonte: Prefeitura Municipal de Valença. Disponível em: <https://www.valenca.rj.gov.br/plano-diretor-participativo-de-valenca-pdpv/>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023

Valença é elevada à categoria de cidade em 1857, nesse período foram erguidas suas principais edificações públicas e particulares, dentre elas o chafariz (figura 25) que marca a Praça D. Pedro II (atual Praça XV de Novembro) (IÓRIO, 1956, p.105). A partir de 1860, ainda frente a prosperidade oriunda do café, foi dado início a avanços que visavam a modernização do tecido urbano, houve então, um investimento na melhoria da iluminação pública e abastecimento de água, além do calçamento e nivelamento de ruas e implementação de arborização urbana (OLIVEIRA, T. N. K, 2013, p.29).



Figura 25: Praça XV de Novembro, chafariz em cantaria de 1851.

Fonte: Portal Vale do Café. Disponível em: <https://www.portalvaledocafe.com.br/valenca.asp>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.

Em 1868 são efetuados esforços em prol do embelezamento da cidade, nesse período as praças XV de Novembro e Visconde do Rio Preto passam por uma remodelação e seus espaços são arborizados (OLIVEIRA, T. N. K, 2013, p.30). No ano de 1884 foi realizado o ajardinamento da praça, para isso, foi contratado o arquiteto e paisagista francês August François Marie Glaziou, autor de grandes projetos no Rio de Janeiro (NOVAES, 2003, p.19).

A Praça XV de Novembro faz parte do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Valença, tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), por meio do processo E-18/001.004/2004. Ao redor da praça, compondo esse conjunto, temos em um lado da praça a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Glória e no outro a Câmara Municipal.

2.5.1.1. Linguagem estilística paisagística, Praça XV de Novembro (Jardim de Baixo) – Valença

Segundo Carlos Terra (1993), é possível afirmar com relativa segurança a existência da proposta de Glaziou para a Praça XV de Novembro, pois existem documentos que mencionam

a sua autoria (TERRA, 1993, p.90). A praça é cercada por grades e possui grandes dimensões, tem como características o traçado com linhas orgânicas e sinuosas, sua composição conta com árvores exuberantes e centenárias, dispostas de forma cênica, onde estão dispostas espécies como, figueiras, acácias e palmeiras, além de árvores frutíferas e fauna diversa.



Figura 26: Praça XV de Novembro - Monumento.
Fonte: Portal Vale do Café. Disponível em: <https://www.odiariodeumaviajante.com.br/o-que-fazer-em-valenca-rj>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.



Figura 27: Praça XV de Novembro - Traçado sinuoso e vegetação exuberante.
Fonte: Portal Vale do Café. Disponível em: <https://www.portalvaledocafe.com.br/valenca.asp>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.



Figura 28: Praça XV de Novembro, - Divã em cantaria.
Fonte: Prefeitura Municipal de Valença. Disponível em: <https://www.valenca.rj.gov.br/praca-xv-de-novembro-jardim-de-baixo-continua-a-revitalizacao/>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.



Figura 29: Praça XV de Novembro - Ponte de travessia.
Fonte: Prefeitura Municipal de Valença. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/341007003008952540/>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.

Estares e recantos contemplativos com a presença de componentes pitorescos completam o quadro bucólico. Estão também inseridos na praça elementos como, chafariz, divã em cantaria, lago serpenteante com ponte para travessia, bustos e estátuas. Ao examinar o traçado, a vegetação e os elementos naturais e artificiais inseridos na composição e levando em conta a autoria do projeto atribuída a Glaziou, podemos inferir que a praça foi elaborada aos moldes do Eclético Romântico.

2.5.2. Praça da Bandeira (Jardim da Preguiça/Parque Centenário) – Barra mansa

O início da formação urbana da região de Barra Mansa se deu por volta de 1832 a partir de sua elevação a categoria de vila. Como símbolo do estabelecimento da ocupação no local, a exemplo de outras vilas da região, foi edificada uma capela (1839), a atual Igreja Matriz São Sebastião. A vila é alçada a categoria de cidade em 1857, nos anos seguintes, uma série de medidas em prol da consolidação e crescimento urbano de seu território passaram a ser tomadas. A antiga capela é ampliada se tornando a Igreja Matriz São Sebastião (1839-1859), seguida da criação da Câmara Municipal (1861), elaboração da primeira planta da área urbana, o calçamento das ruas principais e a criação do serviço de abastecimento de água, com a implantação de diversos chafarizes (MOREIRA, 2002, p.16).

Assim como as cidades da região, Barra Mansa também teve participação de destaque dentro do ciclo do café, o que contribuiu para seu crescimento urbano. Com isso, a criação de um cenário com importantes edifícios com inspirações no estilo Neoclássico, juntamente com a construção do trecho ferroviário da Estrada de Ferro Dom Pedro II (1871) e da Praça da Bandeira (1874), conhecida atualmente como Jardim da Preguiça e Parque Centenário, fazem parte do auge do crescimento de um centro urbano opulento, aos moldes em voga na época (MOREIRA, 2002, p.19).

A área destinada a Praça da Bandeira em 1844 era erma e alagadiça, terreno que ficava em frente à Câmara Municipal era considerado inadequado e insalubre (ATHAYDE, 1960, p.139). Como solução, o então presidente da Câmara Municipal enviou um ofício ao Imperador solicitando a vinda de um botânico para projetar o Jardim Municipal, planejado em 1874. Para isso, o paisagista do Império August François Marie Glazou⁹, foi incumbido de elaborar o projeto que ocuparia o terreno (ALMEIDA, 1932, p.23). Sua obra teria incorporado a tradição dos jardins que eram tendência na época, em uma mistura dos cânones românticos, típicos da obra de Glazou e a tropicalidade da vegetação local para concepção desse espaço público.

⁹ Não foram encontrados, até o momento, registros documentais que comprovem a autoria de Glazou na elaboração do projeto da Praça da Bandeira (Jardim da Preguiça /Parque Centenário), porém, relatos de historiadores como Ferreira de Almeida (1932) apontam a passagem de Glazou por Barra Mansa, tal fato é reiterado no Cadastro Arquitetônico e Urbanístico do INEPAC que reconhece que o desenho da praça é de autoria de Glazou (MOREIRA, 2002).

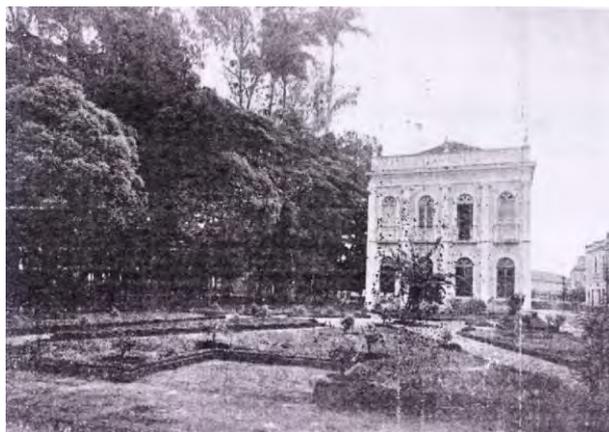


Figura 30: Câmara e Jardim Municipal (Praça da Bandeira).
Fonte: Jornal *A SEMANA*, 1938 apud MOREIRA, 2002, p.41

Partes da vegetação e do traçado original, que supostamente seria de Glaziou, foi sendo perdido em diversas reformas que ocorreram com o passar do tempo. A primeira reforma ocorreu em 1911, onde os antigos bancos de madeira foram retirados e substituídos por bancos de pedra, os gradis da praça foram reparados e receberam nova pintura, outros elementos como caramanchões e caçadas também passaram por reforma. Posteriormente, no fim da década, os caramanchões e gradis foram retirados e foi construído um coreto para apresentações musicais (Jornal *A Voz da Cidade*, 16 de julho de 2018, p.5)

Em 1932, data do centenário de emancipação político-administrativa da cidade de Barra Mansa, o monumento é composto por uma águia em mármore carrara sobre pedestal de granito, a autoria da obra é de Benevenuto Berna que cria o monumento que figura a tradição e a força da cidade (MOREIRA, 2002, p.42). Em 1949, a praça foi novamente remodelada, tendo como principal marco a construção dos icônicos pórticos de entrada (figura 31)



Figura 31: Parque Centenário (Praça da Bandeira), ao fundo Palácio Barão de Guapy (Antiga Câmara Municipal).

Fonte: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=449578&view=detalhes>, s/d. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.

O arquiteto e paisagista Roberto Burle Marx, dirigiu uma nova revitalização da praça, que aconteceu em 1991, a atuação de Burle Marx garantiu a qualidade da intervenção e atendeu o anseio da população local que lutavam pela preservação desse espaço público, importante para a história da cidade. Foram mantidas as palmeiras imperiais e figueiras, típicas dos jardins de Glaziou, espécies presentes em diversas outras praças do Médio Vale do Paraíba.

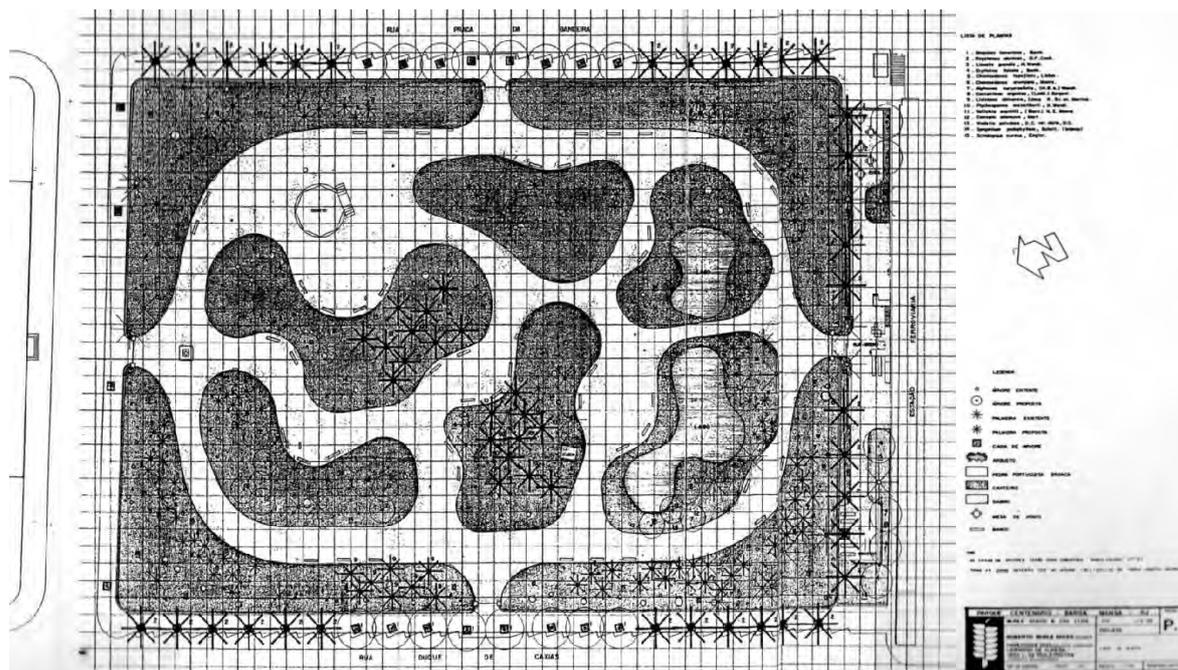


Figura 32: Cópia do projeto de intervenção paisagística na Praça da Bandeira, feita por Roberto Burle Marx.

Fonte: Escritório Burle Marx apud MOREIRA, 2002.

2.5.2.1. Linguagem estilística paisagística, Praça da Bandeira (Jardim da Preguiça/Parque Centenário) – Barra Mansa

A Praça da Bandeira (Jardim da Preguiça), passou por diversas reformas, onde o traçado e os elementos que a constituem foram sendo modificados ou perdidos no decorrer do tempo. Atualmente o espaço conta com 10 (dez) canteiros com formas orgânicas, forrados por espécies como a jiboia (*Scindapsus Aureus*), onde estão as mais variadas árvores exóticas e nativas, das mais variadas regiões do Brasil, dois espelhos d'água, um coreto e monumentos também fazem parte da composição. Uma fauna variada habita a grande praça arborizada, entre elas o bicho preguiça, originando um dos nomes pelo qual o local é conhecido, “Jardim da preguiça”.



Figura 33: Praça da Bandeira (Jardim da Preguiça) - Canteiros com forração composta por jiboias.

Fonte: Prefeitura Municipal de Barra Mansa.
Disponível em:
<https://barramansa.rj.gov.br/parque-centenario-de-barra-mansa-e-reaberto-ao-publico/>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.



Figura 34: Praça da Bandeira (Jardim da Preguiça) - Coreto e vegetação.

Fonte: Federação das Associações de Moradores de Barra Mansa-RJa. Disponível em:
<http://fanbamoficial.blogspot.com/2016/09/parque-centenario-de-barra-mansa-rj.html>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.

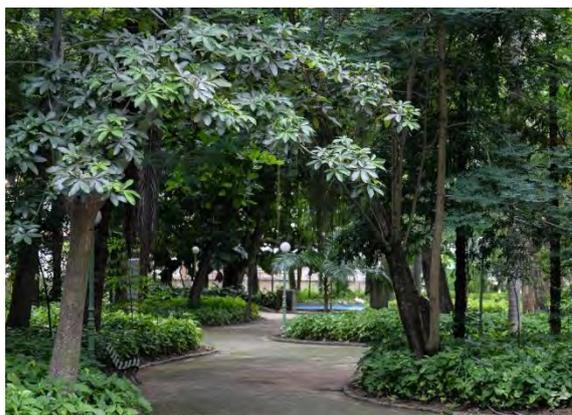


Figura 35: Praça da Bandeira (Jardim da Preguiça) - Canteiros sinuosos.

Fonte: Prefeitura Municipal de Barra Mansa.
Disponível em:
<https://barramansa.rj.gov.br/parque-centenario-de-barra-mansa-e-reaberto-ao-publico/>
Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.



Figura 36: Praça da Bandeira (Jardim da Preguiça) - Espelho d'água.

Fonte: Disponível em: <https://nicelocal.br.com/barra-mansa/entertainment/type/parks/> Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.

É sabido que os projetos de praças e jardins pertencentes ao estilo Eclético Clássico e Romântico foram reproduzidas até as primeiras décadas do século XX (MACEDO E ROBBA, 2010, p. 90), é possível perceber que apesar do projeto ter sido revitalizado por Burle Marx, seus aspectos formais típicos do período Eclético Romântico foram de alguma forma mantidos, seja pela permanência de sua vegetação centenária abundante, com destaque para as palmeiras imperiais, pela manutenção de um traçado orgânico, e preservação de seu uso com áreas destinadas predominantemente para o estar e a contemplação, não possuindo setorização de atividades sendo esta característica comum no rompimento com o estilo eclético.

A formação das cidades e das parças que analisamos são bem semelhantes a formação de Vassouras e da Praça Barão de Campo Belo. Tanto a Praça XV de Novembro (Jardim de Baixo) quanto a Praça da Bandeira (Jardim da Preguiça/Parque Centenário) apresentam características formais oriundas do estilo Eclético Romântico, por suas dimensões, traçado orgânico, elementos pitorescos e o uso de vegetação de forma abundante oriundo de um período onde a preocupação com embelezamento da paisagem estava em voga, ditados pelas tendências europeias.

3. PRAÇA BARÃO DE CAMPO BELO, VASSOURAS/RJ

Neste capítulo busca-se contextualizar historicamente a Praça Barão de Campo Belo, estudo de caso com o intuito de descrever sua evolução compositiva com o passar do tempo. Para isso, será utilizado o recorte temporal que vai do seu surgimento até seu tombamento. Posteriormente será feita uma análise dos elementos antrópicos físicos e biológicos que fazem parte da praça, a fim de compreender as complexidades carências e potencialidades que envolvem essas relações para que seja possível alicerçar ações que vise a valorização, a promoção e a salvaguarda da integridade e autenticidade deste jardim histórico e da paisagem cultural.

3.1. Localização geográfica, Praça Barão de Campo Belo

A cidade de Vassouras está situada na região sudeste do Brasil, no Estado do Rio de Janeiro, integra o Vale do Paraíba, localizada na região centro-sul fluminense. O Médio Vale do Paraíba faz fronteira ao sul com o Estado de São Paulo e a Leste com o Estado de Minas Gerais.



Figura 37: Localização Vassouras, Centro Histórico.

Fonte: Autor, 2023.

O município de Vassouras tem seus limites junto aos municípios de Rio das Flores, Paraíba do Sul e Valença na direção norte, Engenheiro Paulo de Frontin e Miguel Pereira ao sul, Barra do Piraí a leste e Paty do Alferes a oeste. A área urbana central de Vassouras possui cerca de 10 km², onde está inserido seu Centro Histórico com aproximadamente 1km² (MIRANDA, 2017, p. 74).

Localizada no coração do Centro Histórico de Vassouras, temos a Praça Barão de Campo Belo, com uma área que corresponde cerca de 8289,41m², situada em frente à Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.

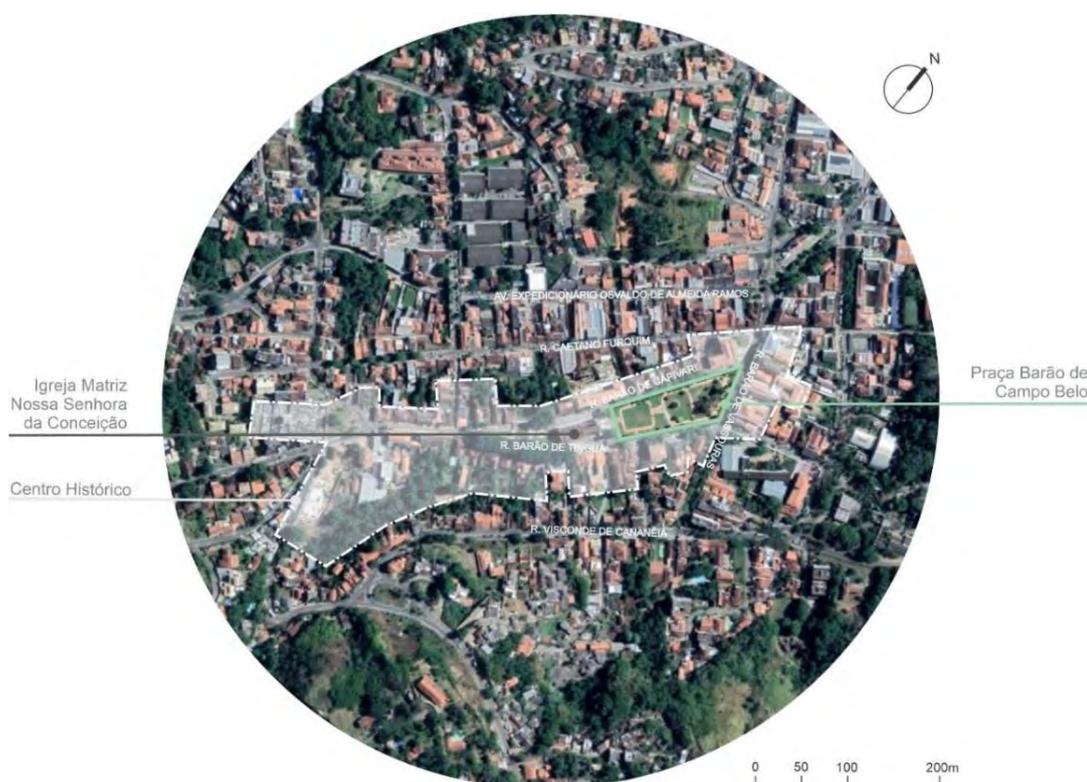


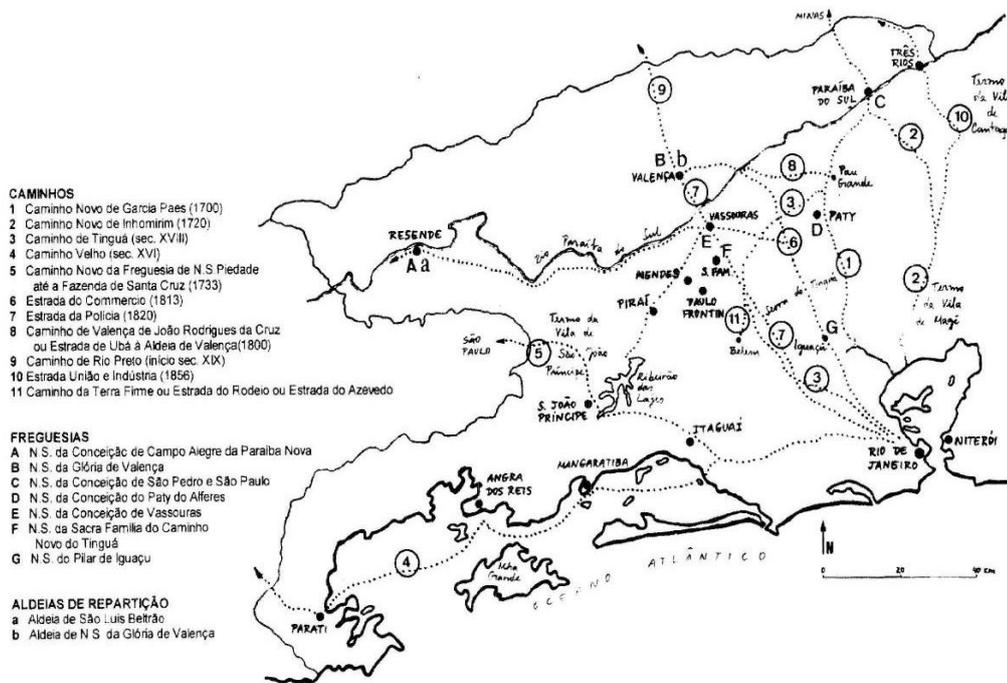
Figura 38: Centro Histórico de Vassouras e Praça Barão de Campo Belo.
Fonte: Adaptado de Google Maps, 2023.

3.2. A formação do município de Vassouras e a construção da Praça Barão de Campo Belo

A ocupação do local tem início durante o século XVIII, com a abertura do Caminho Novo (1720) que ligava o litoral a Minas Gerais, tendo como finalidade a condução da produção de ouro através dos portos do Rio de Janeiro. Após o Caminho Novo, outras estradas começaram a ser abertas na região e ao longo delas, se estabeleceram os primeiros povoadores, as primeiras propriedades e vilas. Neste período, a mineração foi a atividade responsável pelo início do processo de urbanização no Brasil colônia e pela ocupação do interior do território (MUNIZ, 1979).

A crise da mineração impulsionou a diversificação das manufaturas, vemos então, o crescimento da produção de açúcar, mantimentos e criação de gado para o mercado interno que se desenvolveu pela necessidade de prover produtos para atender as áreas que eram destinadas a mineração. Outro fator que impulsionou a produção foi a chegada da Família Real no Rio de Janeiro (1808) e com ela, o aumento substancial da população, fez crescer a demanda por gêneros de consumo de primeira necessidade. Para atender a carência da recente sede do Império Português, são propostas novas estradas que ligam a zona produtora de mantimentos do sul de Minas Gerais à nova Corte (MARQUESE e TOMICH, 2009, p.35).

Dentre os novos caminhos, se destacam a estrada do Comércio (1813) e da Polícia (1820) (figura 39). Criadas com intuito de regularizar o escoamento das mercadorias entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, sendo estas, primordiais para a prosperidade da cafeicultura no Médio Vale do Paraíba (STEIN, 1990, p. 34). Segundo Isabel Rocha (2011) “não se tem, até o momento, documento comprobatório de um projeto, ou risco, para a definição prévia do traçado Vassouras” (ROCHA, 2011, p.39), este é criado por uma perpendicular a partir da estrada, para dar acesso à pequena capela construída em 1828 no alto de uma pedreira. As margens da Estrada da Polícia, estava erguida a Capela de Nossa Senhora da Conceição, em torno da qual se desenvolveu um pequeno conjunto urbano elevado à categoria de vila em 1833 e à cidade em 1857.



Fontes: Mapa do Engadeiro Marechal Joaquim do Couto Reis (1767); Lamego (1963); Pondé (1971); Sanches (1990)

Figura 39: Caminhos, freguesias e aldeias na região de Vassouras.
Fonte: Macedo, 2008.

O povoamento das atuais sedes distritais em geral, foi sendo desenvolvido devido a necessidade de um local de pouso para os viajantes e tropeiros que acompanhados de suas comitivas, passavam pela região. Aliado a esse fato, havia a necessidade do culto católico, que era possível ser feito em capelas construídas ao longo das estradas principais. Com isso, os possuidores de terras da vila, doavam parte de seu patrimônio para a construção de uma capela, com adro e um rossio fronteiro, as áreas ao redor do rossio eram aforadas e nesses terrenos se construíam pequenas casas de comércio e residências. Vassouras é criada seguindo essa lógica.

De acordo com Silva Telles a Vila de Vassouras surge as margens da estrada da Polícia, por uma vontade se senhores locais, algumas partes das terras são doadas para igreja e Irmandade para construção da capela em homenagem à Nossa Senhora da Conceição, ao redor dela juntam-se os primeiros moradores que executam as primeiras construções (TELLES, 1968, p.25-26).

Até 1833, Paty do Alferes, junto à Estrada Real para Vila Rica, mantinha a primazia entre freguesias mais importantes da região. [...]

Um acordo entre o grupo político, vitoriosos na disputa contra Paty e detentores da riqueza, e a Irmandade, proprietária da terra, permitiu a divisão da área em terrenos foreiros cuja cessão obrigava à ocupação e construção em apenas um ano, sob o risco de a Câmara transferir o lote para outro, e a conseqüente perda do investimento realizado. Além disso, do interessado era exigida a obtenção do “alvará de arruado”, só emitido depois de criadas as adequadas condições de trânsito na área fronteira ao seu imóvel. Tais obrigações comprovam a intenção de se criar em ritmo acelerado uma cidade digna da emergente nobiliarquia imperial, tanto que seu primeiro Código de Postura foi editado ainda em 1834 (ROCHA, 2011, p.40).

O traçado urbano da cidade se conformou a partir da distribuição de terras pertencentes a Irmandade que era detentora de toda área em entorno da capela, feita sob a administração da Câmara de Vassouras. Tal fato ditou a forma e os limites dos lotes, bem como a disposição dos arruamentos.

Três arruamentos surgiram, inicialmente nos vales; dois, à margem da estrada que, vindo do Paraíba na direção NS – Rua do Comércio, hoje Barão de Vassouras – quebra para o poente-Rua das Flores, hoje Visconde de Cananéa – e o terceiro, acompanhando o córrego, também na direção EO –Rua Bonita, hoje Caetano Furquim, ligação com o caminho para o Rio Bonito, Mendes e Rodeio – formando, portanto, com os dois primeiros uma ferradura. No centro da qual, a colina com a capela na sua parte mais alta, apresenta um talude de pequena inclinação para leste, pelo qual sobe o quarto arruamento – Praça Matriz e Rua Direita, hoje Praça Barão de Campo Belo, Praça Sebastião de Lacerda e Rua Barão de Massambará – o qual, circundando essa capela, prossegue pelo espigão (TELLES, 1968, p.29).

Vassouras seguiu crescendo rapidamente, tendo como alicerce a bem sucedida produção cafeeira do período. Sua ocupação acompanhou o leito dos rios e seguiu contornando a

topografia caracterizada por morros de meias laranjas, a natureza selvagem foi sendo desbravada abrindo espaço para a espontânea malha urbana, iniciada de fato, sem um projeto prévio (figura 40).

Nas plantas do século XIX, pode-se perceber que a ocupação acompanhou o leito dos rios e córregos, e, sempre que possível, contornando a topografia. (ROCHA, 2011, p.39)



Figura 40: Planta da Vila de Vassouras, 1836. Estrada da polícia nº 1-2-3 e Capela N.S.ª da Conceição nº 4. Fonte: Silva Telles, 1968, p. 21.

Em um talude de pequena inclinação e de extensões amplas no centro da vila, está localizada a praça Barão de Campo Belo, antes conhecida como Praça Matriz, do Comércio, da Concórdia e Aquidaban situada bem em frente à igreja matriz Nossa Senhora da Conceição, oriunda da antiga capela que foi ampliada até 1872.

Registros nos revelam que no local que hoje abriga a praça, havia uma grande pedra, de onde foram extraídos materiais para as primeiras construções na região. Os regimentos ditados pela irmandade e a pedra garantiram a manutenção de um vasto espaço aberto à frente da matriz, sendo disponibilizados terrenos para construções apenas em seu entorno. Posteriormente a pedra precisou ser aterrada e nivelada para uma melhor disposição do traçado.

O extenso largo neste talude, - Praça da Matriz, do Comércio, da concórdia, Aquidabã, hoje Barão de Campo Belo – em frente a Matriz, que até hoje impressiona pela sua amplidão, teve sua formação provocada por uma pedra que havia no local, a qual só foi totalmente eliminada, quando da construção do adro da Matriz, isto depois de

1849, pois que no relatório do Vereador Teixeira Leite, ainda há referência à “enorme pedreira, que obstrui a mesma Praça” (TELLES, 1968, p.30).

A área que seria destinada a praça já despertava interesse, mesmo antes de ter seu terreno nivelado. Ignácio Raposo (1978), relata que em 16 de janeiro de 1835, Laureano Corrêa Castro, que seria titulado posteriormente como Barão de Campo Belo, apresenta à Câmara uma primeira proposta para o local. Era solicitado que fosse levado à Assembleia Legislativa da Província a concessão do terreno localizado no centro da vila para confecção de uma praça. Nos termos da proposta do Barão de Campo Belo consta

Que se levasse ao conhecimento da assembleia legislativa provincial, que achando-se esta câmara sem uma braça de terreno dentro da vila de Vassouras, tendo o centro dela um espaço, que a nossa câmara pode aproveitar para formar praças e logradouros públicos, e pertencendo o dito terreno ao patrimônio da igreja de Nossa Senhora da Conceição, ereta na mesma vila, seja por medida legislativa concedida à câmara para o mencionado fim, desapropriando-se a irmandade dele, e sendo-lhe pago segundo merecimento de seu valor, atenda a utilidade pública (RAPOSO, 1978, p.55).

O espaço foi concedido à Câmara de Vassouras, mediante indenização necessária. É a partir desse momento que se iniciam as primeiras ações para confecção da praça que foi se conformando pouco a pouco, firmando-se como um emblemático elemento presente na paisagem de Vassouras.

A partir de 1840 são empreendidas obras a fim de proporcionar o alinhamento e nivelamento das ruas, bem como a construção de calçadas e iluminação pública. A figura 41 mostra a litogravura elaborada por Ludwig & Briggs e publicada no periódico *Ostensor Brasileiro: jornal literário e pictorial*, que representava a Vila de Vassouras, provavelmente com base um desenho realizado entre 1844 e 1845. Ao compararmos a litogravura com a planta de 1836, percebemos que há um aumento no número de edificações demonstrando o contínuo e acelerado crescimento da vila. Em 1845 é executado o desaterro da praça da Matriz durante a gestão de Joaquim José Teixeira Leite (MARTINS, 1993, p.25). O desenvolvimento da urbanização da vila é descrito em seu relatório da administração municipal – Sessão ordinária de posse em 7 de janeiro de 1849.

Nos últimos seis anos tem a vila de Vassouras prosperado mais, contando hoje perto de cem casas, entre as quais alguns bons prédios: a Matriz, quase concluída; um Cemitério, em grande adiantamento; 3 chafarizes; 22 lâmpões para iluminação; 18 casas de negócio; 8 oficinas; uma botica; 3 médicos e 3 advogados, além de alguns procuradores de causas. (BRAGA, 1975, p.120)

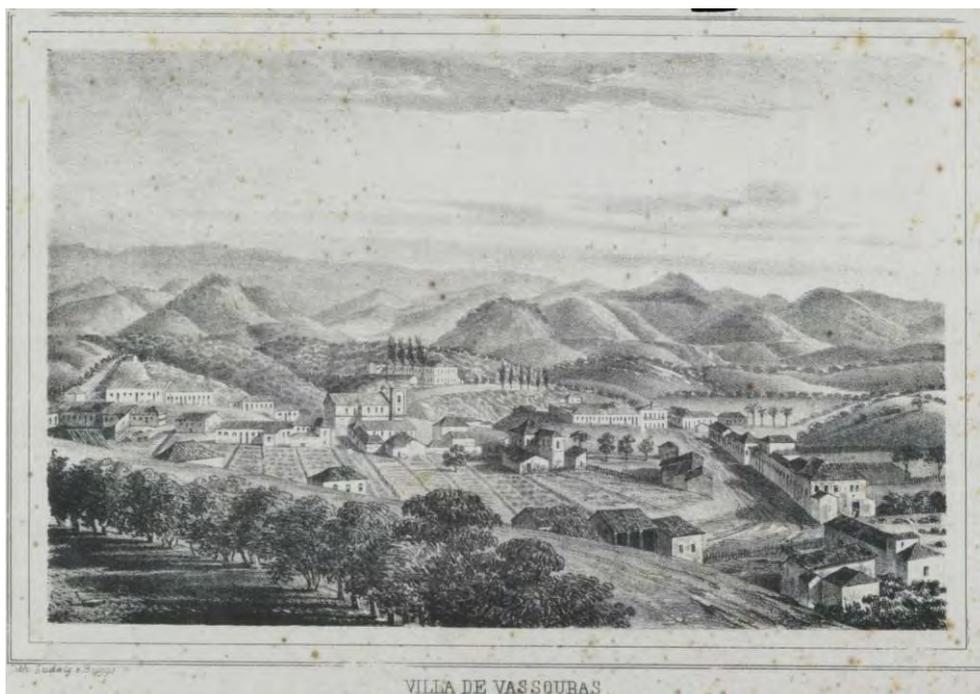


Figura 41: Vila de Vassouras. Fonte: Ludwig & Briggs.

Fonte: *Jornal Ostonensor Brasileiro*, 1845. Disponível em:

<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/268689>. Acesso em: 09 de julho de 2022.

Um pouco antes estar consolidado o avanço no traçado urbano na região com o alinhamento e nivelamento das ruas, construção de calçadas e iluminação pública e o estabelecimento da própria praça em questão, começa a ser idealizado o que viria a ser um monumento emblemático que compõem a Praça Barão de Campo Belo.

Com desenvolvimento do centro urbano e o crescimento da população local, surgem os problemas de infraestrutura urbana, principalmente os relacionados ao abastecimento de água. Em 1837 é nomeada uma comissão para investigação e resolução desse problema, a solução encontrada é a criação de um chafariz para servir os habitantes locais.

Buscou-se então, autorização junto à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro para construção de uma fonte pública. A autorização foi concedida, firmou-se então o contrato para abastecimento de água e foi dado o início na obra que tinha caráter de urgência. Pouco tempo após sua conclusão, percebe-se a ineficiência do abastecimento, dado o aumento populacional que acontecia ano após ano (RAPOSO, 1978, p. 52).

Em 1844, a Câmara de Vassouras mais uma vez buscou recursos para construção de um novo chafariz, que seria erguido no mesmo lugar do anterior. Foi feita outra solicitação à Assembleia Legislativa para o envio de recursos provenientes da Loteria de Niterói. O recurso é liberado, mas a quantia ainda era insuficiente para o porte do trabalho que se pretendia fazer,

foi necessário a abertura de uma subscrição popular para completar o valor necessário para obra (RAPOSO, 1978, p. 54).

Após coletados os recursos, o chafariz monumental começa a ser construído em 1845, segundo o projeto de Joaquim de Soto Garcia de La Veja, espanhol, morador de Valença (RJ), arquiteto e engenheiro. (TELLES, 1968, p. 49). Contudo, alguns problemas em sua execução atrasaram o prazo de conclusão da obra. Em 1846 é reunida pela Câmara uma comissão para avaliar todos os detalhes do monumento em execução, é detectado que o pedestal não possui espessura adequada estando em desacordo com o plano proposto (RAPOSO, 1978, p. 54). Outros problemas são apontados durante a vistoria, para corrigi-los a comissão propõe que:

Fica tido o encanamento será desfeito e repostado com as condições do contrato à custa do empresário.

Que não havendo certeza se está bem soldado o cano que passa pelo [ilegível] da construção, será este desmanchado e o cano por outro cujo solda seja conhecida e segura.

Que o tanque do chafariz, em vez de 30 palmos de vão, terá 34, por corrigir assim a alteração, que sofresse o risco, na substituição das torneiras pelas paredes de pedra colocadas dentro do dito tanque. (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS, 23 de abril de 1846, fl. 88).

Raposo (1978), informa que não há documentos oficiais que comprovem de fato a execução de tais reparos, mas comenta que certamente foram feitos e em seguida o chafariz foi entregue a população. O comendador José Correia e Castro doa por meio de testamento, uma importância para a construção do chafariz, porém o valor só é disponibilizado para Câmara em 1847, quando a obra já havia sido concluída. O dinheiro é então investido no melhoramento da Praça Matriz, na limpeza e calçamento ao redor do chafariz para que fosse garantida sua estabilidade contra qualquer sedimentação do terreno (RAPOSO, 1978, p. 55).

O chafariz monumental datado de 1846 fica localizado no terço do declive da praça, conta com um tanque octogonal circundado por uma escadaria, em seu centro há um fuste que suporta uma bacia, que por sua vez, possui um novo fuste, de menor altura que suspende um cálice em cujo centro, mais acima, há uma peça em formato de pera (RAPOSO, 1978, p. 55). Sua estrutura principal é em cantaria, mas alguns elementos de detalhe, como as bicas são de metal. A altura total do monumento é cerca de 10,8 metros, a água começa a ser vertida em seu topo, fluindo da pera metálica e correndo como se fosse uma cascata que cai primeiramente no cálice e depois na bacia, finalizando seu curso no grande tanque. Era possível fazer a coleta da água por meio de quatro “frades” com bicas localizados na parede do tanque (figura 42).



Figura 42: Chafariz Monumental.

Fonte: Autor, 2023.

A construção de chafarizes além de atender uma demanda elementar da população, possuía um apelo simbólico e estético como conquista civilizatória sobre o território, mostrando o alinhamento com as tendências europeias. A preocupação crescente com embelezamento da cidade não se encerrou na confecção deste monumento. As construções seguiam em sua maioria a influência da arquitetura Mineira, o presidente Câmara Joaquim José Teixeira Leite nos anos de 1845 a 1848, demonstra no relatório final de seu mandato, em 1849, a vontade de entrar em sintonia estética com o padrão arquitetônico Neoclássico em voga na Corte, para isso, sugere que na próxima administração seja levado em consideração as tendências da Academia de Belas Artes do Brasil (BRAGA, 1975, p.121-122). Silva Telles (1968), em seu inventário, descreve os estilos arquitetônicos que compõem a paisagem urbana do centro de Vassouras.

Vassouras, fundada no início do século XIX, conforme já vimos, (a capela começa a ser construída em 1828, e a vila é criada em 1833) desenvolver-se-á, justamente, nesta fase de transição, por que passa nossa arquitetura, assim como todos os demais aspectos culturais do Brasil: do barroco e rococó (colonial), de influência lusa, para o Neoclássico, de influência principalmente francesa. (TELLES, 1968, p.82)

A Vila de Vassouras, considerada uma das mais avançadas da antiga província, por sua importância agrícola e influência dos membros de prestígio da sociedade, foi elevada à categoria de cidade pela Lei Provincial nº 961, de 29 de setembro de 1857 (BRAGA, 1975,

p.20). A transformação da paisagem urbana de Vassouras foi vertiginosa nos anos que se seguiram, como podemos ver na planta de levantamento elaborada entre os anos de 1858 e 1861(figura 43), onde a malha urbana aparece cada vez mais preenchida e organizada.

A pedreira que ocupava o espaço central foi aterrada e nivelada em 1857 durante a gestão de Caetano Furquim de Almeida, dando origem à Praça da Concórdia. A igreja matriz já é representada com as duas torres frontais separadas do restante do conjunto. Seguiam as obras do teatro e da Câmara e cadeia, e se multiplicaram os médicos, advogados e arquitetos da região.

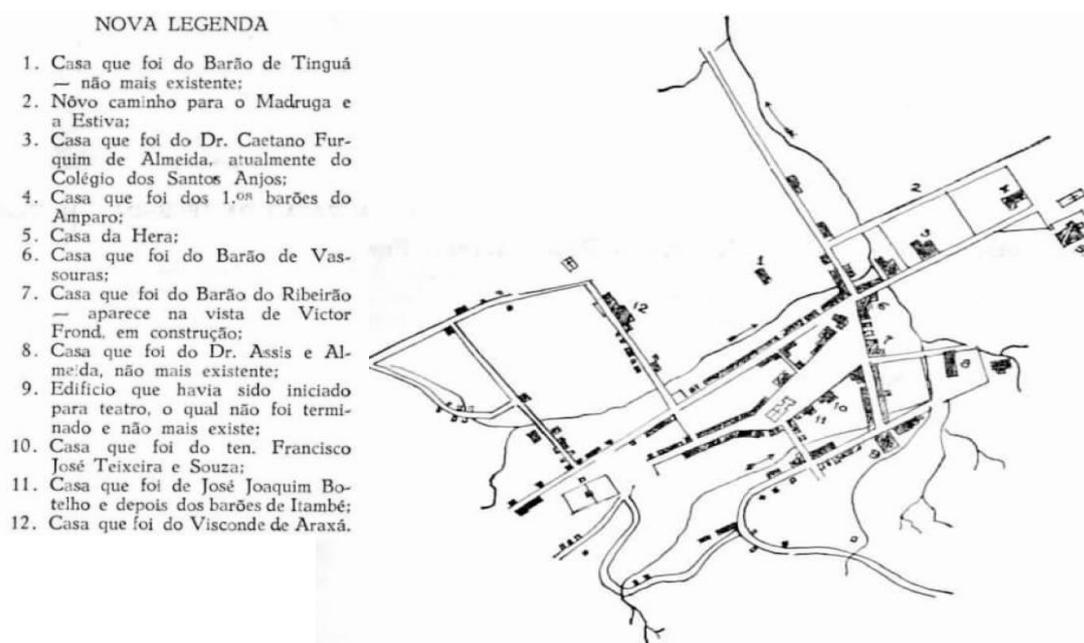


Figura 43: Planta da cidade de Vassouras, 1858/1861.

Fonte: Silva Telles, 1968.

O registro feito por Victor Frond em 1859 para a livro-álbum sobre o Brasil, com o título de *Brazil Pitoresco* (figura 44) complementa a planta acima e permite uma compreensão mais precisa onde é possível observar a ênfase no contraste entre a paisagem natural e a racionalidade urbana, regida por um grupo hegemônico de cafeicultores. No centro da imagem podemos ver a Igreja e Praça Matriz, conhecida posteriormente como Praça Barão de Campo Belo, com limites definidos em um primeiro traçado.

[...] uma visão da real vontade desse grupo foi registrada pela lente de Victor Frond, em 1859 e expôs o acelerado processo de implantação do novo espaço urbano, ou seja, em apenas 26 anos de fundação, Vassouras já contava com imponentes edificações. (ROCHA, 2011, p. 4).



Figura 44: Vassouras Litogravura (colorida) de Victor Frond. 1859.
Fonte: Brazil Pitoresco Album, 1861.

A valorização do espaço público que ia acontecendo no decorrer do tempo incentivou uma vida social e cultural mais intensa na cidade, percebemos um olhar mais atento para o embelezamento das ruas e praças por meio do uso da vegetação durante o mandato de Caetano Furquim de Almeida frente à presidência da Câmara Municipal durante os anos de 1857 a 1860. Sua preocupação com espaços públicos vegetados fica evidente em seu apelo posto no relatório da administração municipal – 6ª Sessão em 9 de fevereiro de 1861.

Muitos outros melhoramentos poderíamos indicar-vos, mas não queremos abusar de vossa paciência. O que porém não queremos deixar em esquecimento é a necessidade, que sente a nossa Cidade, de um lugar de recreio, para sua população. Um passeio é uma necessidade tão palpável, que não demanda ser demonstrada. Em todas as cidades da Europa, por pequenas que sejam, existem passeios ou jardins públicos, ou pelo menos possuem elas uma praça plantada de árvores, onde a população vai ter para gozar de um ar mais puro, ou passar algumas horas vagas, que lhes deixam suas ocupações. Esta necessidade que é ali tão reconhecida, torna-se aqui muito mais sensível, visto como o nosso clima é muito mais ardente, e nossas povoações não oferecem ao público aqueles divertimentos que são comuns em quase todas as cidades da Europa. Além disso, logo, que vier aqui tocar a estrada de ferro de Pedro II, e por ela nos vier uma grande massa de visitantes do Rio de Janeiro, como é muito natural, nem uma distração teremos a oferecer-lhes a não ser um jardim público. Se puderdes levar a efeito esta ideia muito tereis feito em prol de nossa cidade (BRAGA, 1975, p.133).

Seu discurso revela o anseio de trazer para Vassouras as tendências vindas da Europa, que consideravam as áreas verdes como parte importante de suas preocupações urbanísticas. Por isso, ainda no primeiro ano de sua administração (1857), a Praça Barão de Campo Belo

recebeu as palmeiras imperiais que a cercam e um belo ajardinamento (FERNANDES, 2019, p. 29). Exemplos de palmeiras imperiais já eram cultivadas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro desde 1808, serviam como símbolo da monarquia. Seu uso anuncia um ar de nobreza que marca o aspecto formal dos jardins do período, a ornamentação da praça central da cidade com tal espécie, se torna possível devido ao apogeu econômico que a região passava.

Mudanças nesse sentido já estavam sendo iniciadas no Rio de Janeiro através das criações de Mestre Valentim e das reformas iniciadas por Glaziou. Com o ajardinamento do espaço público e a arborização urbana, seria possível proporcionar ao povo vassourense e seus visitantes um espaço belo e convidativo, destinado ao passeio e lazer.

Durante o mandato de Alexandre Rodrigues Silva Chaves, que ocupou a cadeira de presidente entre os anos de 1869 a 1872, a Praça de Aquidaban foi delimitada por cercas em seu primeiro ano de mandato (1869), segundo Martins (1993) a finalidade da contenção era preservar a praça contra a ação de vândalos que danificavam as árvores do local. Nas atas da sessão da Câmara do dia 10 de outubro de 1870 há uma proposta de mudança de nome de algumas praças da cidade. A Praça da Concórdia passa então a ser chamada de Praça de Aquidaban. Na sessão de 11 de outubro do mesmo ano, é sugerida uma nova organização paisagística do espaço público, materializada na proposta de um novo ajardinamento para praça Aquidaban, que dependeria do ajardinamento do entorno da Igreja Matriz.

Tendo esta Câmara de ajardinar a Praça de Aquidaban, e como a Mesa administrativa da Irmandade de N. S. da Conceição desta Cidade resolveo que se ajardinasse em volta da Matriz: a Matriz esta colocada justamente no Cume da Praça, de modo que o jardim da Praça deve combinar em simetria e feio com o jardim em volta da Matriz para resultar um todo harmônico e bello, por isto proponho que se officie ao Administrador do Patrimônio da Irmandade, fazendo lhe ver a resolução desta Câmara quanto ao ajardinamto da Praça que fica dependente do jardim da Matriz, e que espero do zelo e solitudine do mesmo Administrador que se dê princípio ao jardim (Ata da Câmara Municipal de Vassouras, 11 de outubro de 1870, fl. 157).

Na figura 45 vemos as palmeiras imperiais da Praça Barão de Campo Belo (Aquidaban) plantadas no ano de 1857. Na imagem, as palmeiras aparecem ainda em estágio de crescimento, tendo em vista a elevada altura que a espécie pode atingir. É possível observar também, um jardim onde prevalecia variedades de espécies vegetais, não sendo possível detectar a presença de mobiliário urbano como bancos, por exemplo.



Figura 45: Praça Barão de Campo Belo, 1897.

Fonte: Escritório Técnico do Médio Vale Paraíba/IPHAN-RJ, acervo digital, 1897.

Sobre o projeto de ajardinamento, pouco se sabe. Até então não foram encontradas plantas urbanas ou desenhos que revelam a formalidade e proposta de estilo pensada em sua concepção e em possíveis remodelações surgidas no decorrer do tempo. Do seu primeiro ajardinamento até as mudanças iniciadas no governo de Mauricio de Lacerda, não foram encontradas informações históricas sobre o traçado que conforma composição paisagística da Praça Barão de Campo Belo, durante o empreendimento dessa pesquisa.

Na gestão de Mauricio de Lacerda frente à Câmara de vereadores, se iniciou o empreendimento da jornada de modernização da cidade, em 1915. Uma de suas primeiras iniciativas foi a retirada das cercas que contornavam a praça em frente à Igreja Matriz, de acordo com o jornal *O Vassourense* as cercas tinham aparência “velhas e antiestéticas”. Há também um empenho no embelezamento das ruas que começavam a ser limpas e conservadas (*O Vassourense*, 14 janeiro de 1915, p.2).

Moço ainda, inteligente e de boa vontade, o dr. Mauricio de Lacerda promete uma administração brilhante. Já, em companhia de funcionários municipais, ele, com interesse louvável, percorre as nossas ruas, os nossos arravaldes, procurando saber o que se torna preciso para o bem estar de todos e esforçando-se para o melhoramento e embelezamento de nossa terra, que também é sua terra. Foram já arrancadas as velhas e anti estheticas grades do jardim público e convenientemente limpas as nossas ruas, que ainda merecem um reparo, o qual seja o conserto de calçamento de algumas. (*O Vassourense*, 14 de janeiro de 1915).

No mês seguinte, em fevereiro de 1915, uma matéria do jornal *O Município*, tece críticas a retirada das cercas do jardim e ao trato do seu paisagismo. Há na nota publicada uma

indignação sobre a falta de manutenção do jardim da Praça Barão de Campo Belo, onde a vegetação crescia descontroladamente, havia roubo das flores que adornavam o jardim e a invasão de animais.

Está em completo abandono o nosso jardim. Nós de há muito tempo vinhamos pedindo a supressão da grade velha e podre, que o cercava e ella foi suprimida e só... O guarda do jardim foi dispensado; o matto cresce a vontade por todo lado; as ruas estão sujas; as flores são arrancadas pelos moleques e até mesmo pelas aristocráticas mãosinhas de gentis senhoritas. As decantadas pedras, lá estão pelo meio das ruas. Ultimamente, (coisa inacreditável!) andam animaes a pastar dentro do jardim e já tem sido vistas pessoas passeando a cavalo, provando o seu pouco caso por esta terra, pois vêm que aqui tudo se faz (O Municipio, 11 de fevereiro de 1915, p. 2)

Frequentemente o jardim da Praça Barão de Campo Belo era retratado em artigos de periódicos como ponto preferido para diversão em espaço público, com isso, pretendia-se investir fortemente em melhorias para esse espaço. Em resposta a nota emitida no jornal *O Municipio*, a edição de 18 de fevereiro de 1915 do *O Vassourense*, se refere à crítica como um ato de oposição ao presidente da Câmara Municipal e revela as próximas iniciativas de Mauricio de Lacerda em relação à praça, que se compromete com sua remodelação em estilo moderno que ficará a cargo de um renomado jardineiro.

O jardineiro que fará a completa remodelação do jardim, há já alguns dias aqui está. Podemos garantir que o sr. Dr. Mauricio não mandou atacar os serviços, logo que foram arrancadas as grades, por estar muito próximo ao carnaval. E assim pensou bem, por que não havia tempo para dalo prompto, sabendo que é o nosso jardim o ponto preferível para as nossas diversões públicas. A sua remodelação vae ser em estylo moderno, bastando dizer-se que quem está encarregado desse serviço é o habilissimo jardineiro que remodelou os jardins de Theresópolis e Bello Horizonte. (O Vassourense, 18 de fevereiro de 1915, p.2).

Nas figuras 46 e 47 que compõe o Álbum Iconográfico elaborado pela prefeitura municipal de Vassouras em 1934, tendo como intuito registrar as obras de remodelação da cidade durante o mandato do prefeito Maurício de Lacerda com fotografias originais do período de 1911 a 1934, onde é possível observar o início dessas transformações.

Nos registros, datados de 1915, observamos o renque de palmeiras imperiais (*Roystonea Oleracea*) que contornam os limites da praça, uma gama de árvores de médio e pequeno porte como, palmeira de saia (*Washingtonia Robusta*) e palmeira-sagu (*Cycas Revoluta*) no interior do jardim, além de uma série de arbustos e vegetação rasteira. Na parte baixa era localizado o antigo coreto com cobertura cônica e ao longo da praça, alguns pontos de iluminação. É importante ressaltar que através dos registros fotográficos é possível comparar a composição

paisagística de 1897 e 1915, onde percebemos uma redução do número de espécies vegetais na composição de 1915.



Figura 46: Jardim público (Novo traço) 1915, início das obras (letra de Maurício de Lacerda).
Fonte: Acervo do Museu Histórico Nacional – Álbum Iconográfico elaborado pela Prefeitura Municipal de Vassouras, 1934.



Figura 47: Jardim público traçados remodelado em 1915.
Fonte: Acervo do Museu Histórico Nacional – Álbum Iconográfico elaborado pela Prefeitura Municipal de Vassouras, 1934.

Em 1932, é elaborada uma atualização da planta de levantamento cadastral da cidade de Vassouras, onde são demonstrados os terrenos pertencentes a Irmandade Nossa Senhora da Conceição. Nessa planta, é possível observar a configuração da área, hoje protegida pelo governo federal e seu entorno imediato, damos destaque para Praça Barão de Campo Belo. Nesse período, seu traçado está disposto de forma muito similar ao que aparece na praça atualmente. Na figura 49, estão marcados em vermelho alguns caminhos que não estão presentes na composição atual.

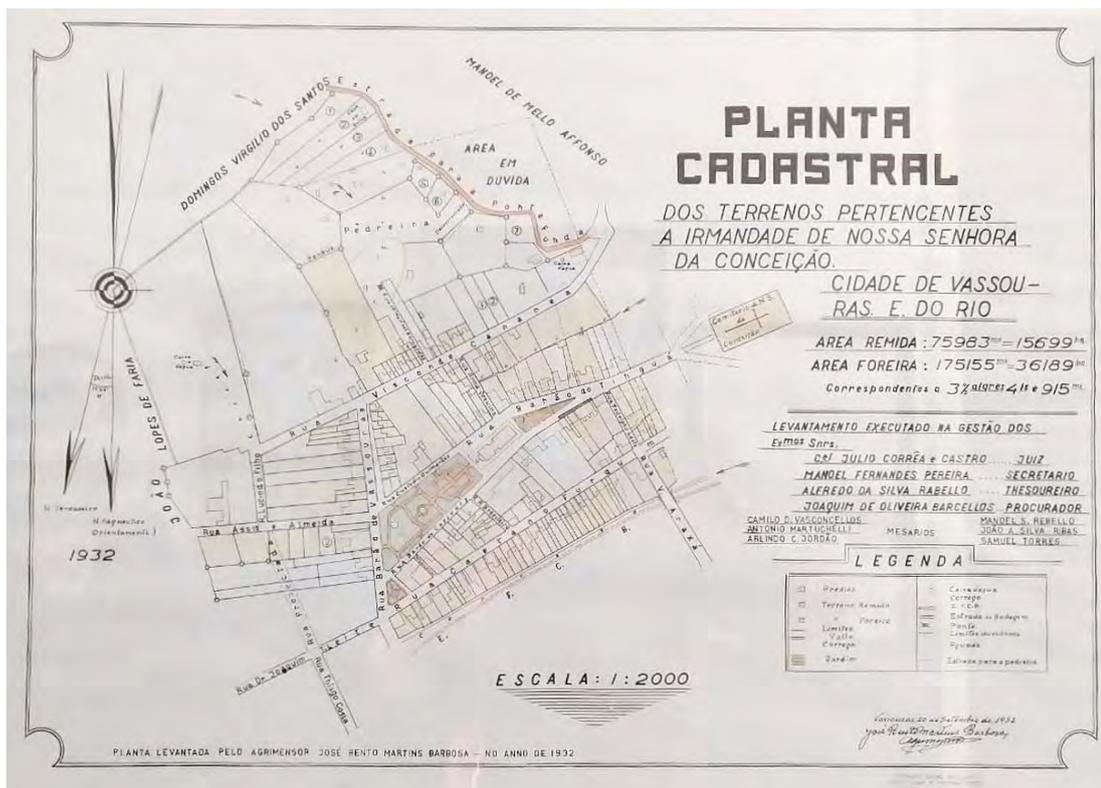


Figura 48: Planta cadastral Centro Urbano de Vassouras, com lotes e ocupação urbana 1932. Fonte: Irmandade N.S. da Conceição, 1932.



Figura 49: Ampliação Planta cadastral Centro Urbano de Vassouras (1932). Em destaque, traçado da Praça Barão de Campo Belo que não aparece na composição atual (em vermelho). Fonte Adaptado de Irmandade N. S.^a da Conceição, 1932.



Figura 50: Traçado atual da Praça Barão de Campo Belo. Desenho sobre Planta cadastral Centro Urbano de Vassouras (1932). Fonte: Adaptado de Irmandade N. S.^a da Conceição, 1932.

Dentre as diferenças com traçado atual, temos na parte superior da praça, próximo a Igreja Matriz dois caminhos que se cruzam um deles é concordante com eixo igreja/chafariz e outro conecta as ruas laterais a praça, na região central da praça vemos um eixo longitudinal

que leva ao chafariz, e por fim, um coreto com linhas mais geométricas, bem diferente do que encontramos atualmente na praça como consta na figura 51.



Figura 51: Coreto da Praça Barão de Campo Belo, início século XX.
Fonte: Silva Telles, 1968.

Caminhando para a metade do século XX, registros fotográficos do período de 1941 a 1947 encontrados no acervo do Escritório Técnico do Médio Vale Paraíba/IPHAN-RJ remontam as “lembranças do dia da árvore”, ocorrido todo dia 21 de setembro de cada ano. Através da iconografia analisada é possível constatar que a data era comemorada anualmente com o plantio de uma espécie vegetal no interior da Praça Barão de Campo Belo em um grande evento das escolas da região. Tal iniciativa colaborou com as modificações da morfologia do local no decorrer do tempo.



Figura 52: Dia da árvore, plantio na Praça Barão de Campo Belo em 1941.
Fonte: Escritório Técnico do Médio Vale Paraíba/IPHAN-RJ, 1941.



Figura 53: Comemoração dia da árvore na Praça Barão de Campo Belo em 1941.
Fonte: Escritório Técnico do Médio Vale Paraíba/IPHAN-RJ, 1941.

Não foram encontradas informações precisas sobre o ano de início e de término do costume relativo as comemorações do dia da árvore, mas o ato pode ter contribuído como uma das formas de apropriação do local, tendo cultura do plantio na praça como um ato de “cuidado”, que se estende em menor escala, até os dias de hoje.



Figura 54: Dia da árvore, plantio na Praça Barão de Campo Belo em 1947.
Fonte: Escritório Técnico do Médio Vale Paraíba/IPHAN-RJ, 1947.

Nas imagens datadas da década de 1950, observamos o traçado que permanece atualmente. A imagem (figura 55), nos apresenta o jardim com uma considerável redução das espécies vegetais, é possível notar um ordenamento em seu arranjo, acompanhando os limites dos canteiros, principalmente nas disposições de arbustos. Dentre as espécies vegetais presentes no registro temos as palmeiras imperiais (*Roystonea Oleracea*), palmeira de saia (*Washingtonia Robusta*), palmeira-sagu (*Cycas Circinalis*), figueira asiática (*Ficus Microcarpa*), os pequenos

cedrinhos trabalhados com topiaria para dar seu formato esférico (*Cupressus Lusitanica*) e um grande exemplar de pinheiro-bravo (*Pinus Pinaster*), além de flores e pequenos arbustos espalhados em algumas covas retangulares.



Figura 55: Cartão postal da Praça Barão de Campo Belo Jardim de Vassouras, 1950.
Fonte: Acervo do Museu Histórico Nacional, 1950.

As fotografias de Augusto Silva Telles feitas em 1957 (figuras 56 e 57), fizeram parte do inventário para a instrução de tombamento do conjunto histórico de Vassouras e posteriormente para a elaboração de sua tese de livre docência em arquitetura, em 1962 (SILVA TELLES apud THOMPSON, 2010). As imagens capturadas são o retrato do que se pretendeu preservar na época de seu tombamento, em 1958. Nesse período, sua conformação era a mesma descrita na figura 55.



Figura 56: Praça Barão de Campo Belo, vista para o Chafariz Monumental e Igreja Matriz, 1957.
Fonte: Silva Telles, 1968.



Figura 57: Praça Barão de Campo Belo, vista para o Paço Municipal e Chafariz Monumental, 1957.
Fonte: Silva Telles, 1968.

Desde 1835 o talude de pequena inclinação e de extensões amplas no centro da vila, tem como proposta a criação de uma praça. Somente dez anos após a proposta, deu-se início as ações para transformação do local, o primeiro passo foi o desaterro, em 1845. Antes mesmo de possuir a definição de um traçado ou paisagismo, é construído o Chafariz Monumental em 1846, para atender à necessidade por abastecimento de água na região.

Em 1857 é executado o nivelamento do terreno, para que pudesse ser construído um local ajardinado, que atendesse as necessidades de passeio e lazer da população, nesse ano foram plantadas as imponentes palmeiras imperiais. Em 1869 a praça é cercada para que seus elementos vegetais não fossem vandalizados, no ano seguinte, em 1870, é idealizada uma nova proposta para o ajardinamento do local.

A preocupação com o embelezamento da cidade emerge no início do século XX, por isso, a partir de 1915 algumas ações são tomadas em prol da ornamentação do espaço como, a retirada das cercas, juntamente com um novo projeto de remodelação e ajardinamento da praça. Não foram encontrados registros do traçado original e nem de intervenções anteriores, a planta mais antiga encontrada durante a execução dessa pesquisa, foi um levantamento cadastral de 1932, onde é possível observar a Praça Barão de Campo Belo com um traçado muito similar ao que vemos hoje.

Já na década de 1950, surge um projeto para inserção de uma rodoviária, na praça Eufrásia Teixeira Leite, localizada ao lado da Praça Barão de Campo Belo, fato que aprofundaremos no próximo tópico. É importante ressaltar que o grande fluxo de pessoas e ônibus que a construção rodoviária provocaria poderia acarretar um grande prejuízo ao conjunto

histórico oriundo do século XIX, bem como, da maior praça ajardinada da cidade. Foi a partir do tombamento do Centro Histórico de Vassouras e o enaltecimento de seu valor histórico e social que intervenções que poderiam descaracterizar a homogeneidade do conjunto foram impedidas.

É importante salientar que a escassez de informações e de registros iconográficos sobre a trajetória evolutiva da Praça Barão de Campo Belo, pode ter ocasionado lacunas no histórico descrito aqui. Na figura 58 será apresentada uma linha do tempo que compila as informações históricas encontradas.

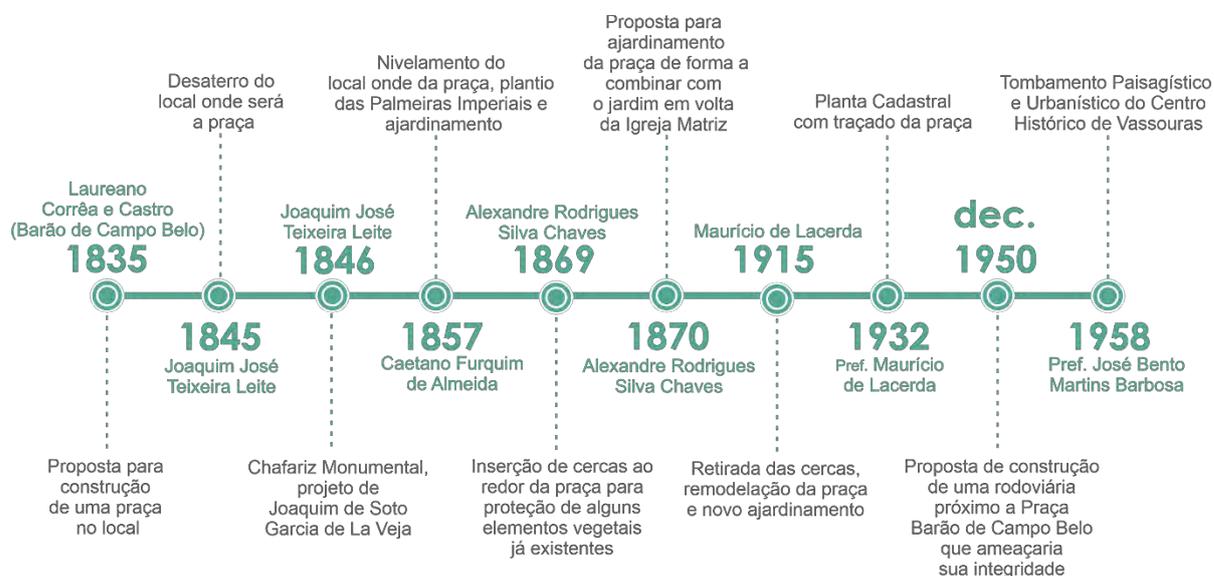


Figura 58: Linha do tempo Praça Barão de Campo Belo e gestores do município de Vassouras.

Fonte: Autor, 2023.

3.3.O Tombamento do Conjunto Paisagístico e Urbanístico da Cidade de Vassouras

Para compreender os valores e discursos enunciados na justificativa do tombamento realizado em 1958, (Processo nº 566-T-57), é preciso contextualizar os fatos que corroboram para elevação do Conjunto Histórico de Vassouras a patrimônio nacional. Para isso nos apoiaremos nos estudos feitos por Ana Carolina Neves Miranda (2012) onde são apontadas as percepções sobre o tombamento do Centro Histórico de Vassouras e os motivos de sua concretização.

Ana Carolina Neves Miranda (2012) descreve que um dos principais que levaram a criação do processo de tombamento, foi o projeto para a construção de uma estação rodoviária no centro da cidade, na Praça Eufrásia Texeira Leite, que fica bem ao lado da Praça Barão de

Campo Belo e em frente à Casa do Barão de Vassouras, como demonstrado na figura 59 (MIRANDA, A. C. N., 2012, p. 82). Vale ressaltar que a Casa do Barão de Vassouras era pertencente à família de Augusto Silva Telles, responsável pela proposta de tombamento e grande interessado na preservação da preservação desse bem (MIRANDA, A. C. N., 2012, p. 85).

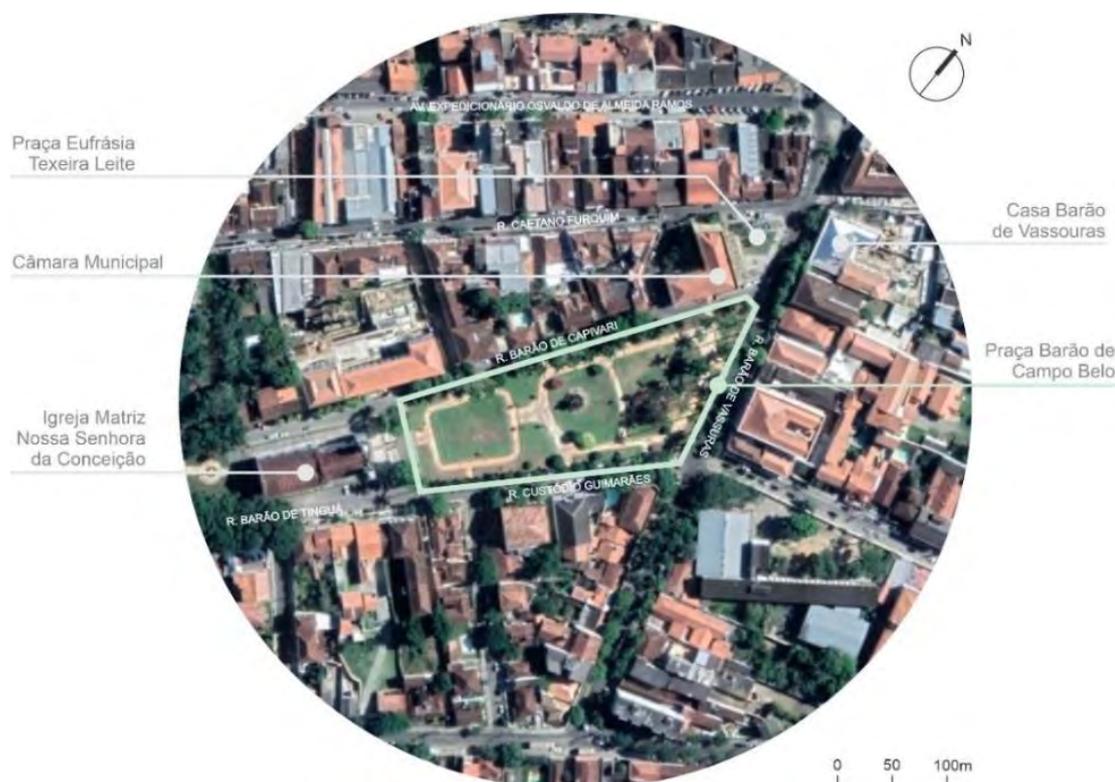


Figura 59: Vista aérea cento da cidade de Vassouras.

Fonte: Adaptado de Google Maps, 2023.

A nova rodoviária, traria prejuízo aos bens originários do século XIX, ameaçando a homogeneidade do conjunto. A decisão do tombamento poderia ter sido um meio de conter a ameaça de descaracterização dos bens arquitetônicos e urbanísticos, em meio às pressões desenvolvimentistas da década de 1950. Em relação a isso, cabe citar um trecho do jornal Correio de Vassouras de 1952 que descreve o fato.

[...] um modesto vassourense, [...] lembrou a necessidade de ser construída uma estação Rodoviária em uma de nossas praças, sugerindo, na mesma ocasião, que a estação poderia ser erguida na praça Eufrásia Teixeira Leite, em frente a Prefeitura Municipal, no local ocupado por um Jardim. Disse que não haveria nenhum inconveniente no desaparecimento da referida praça, uma vez que existe outra e mais importante nas proximidades (Correio de Vassouras, 22 de junho de 1952 apud. MIRANDA, A. C. N., 2012, p. 82).

A construção da rodoviária foi apoiada e endossada pela população local, as discussões sobre as propostas para sua construção se deram durante toda década de 1950. Porém, foi após

o tombamento do centro histórico da cidade, que se passou a considerar locais para implantação do projeto fora da área protegida (MIRANDA, A. C. N., 2012, p. 83-84). Com isso, o tombamento foi um instrumento de grande importância para reprimir a ameaça de descaracterização do local e principalmente prevenir danos causados pela poluição e intensificação do tráfego de transportes públicos próximo à Praça Barão de Campo Belo, monumento de destaque no discurso de preservação da área central.

Augusto Carlos da Silva Telles, foi responsável por instruir o processo de tombamento que levaria o Centro Histórico de Vassouras a ser reconhecido como bem cultural protegido pelo IPHAN. A afinidade de Silva Telles com a região se dá principalmente por seus laços familiares com Francisco José Teixeira Leite (1804-1884), intitulado como Barão de Vassouras, sua descendência com o aristocrata faz com que Telles se torne herdeiro da Casa Barão de Vassouras, imóvel suntuoso localizado no centro da cidade (MIRANDA, A. C. N., 2012, p. 77).

Seu interesse por Vassouras, fez com que realizasse algumas pesquisas sobre a região, sendo a mais importante, sua tese de livre docência em arquitetura. Em entrevista, Silva Telles revela que as fotografias da cidade retiradas para o inventário de sua tese, foram o primeiro passo para o processo de tombamento. Isso se deu porque Alcides Rocha Miranda se maravilhou com as fotos tiradas por Silva Telles e recomendou que levasse para Rodrigo Mello, que surpreendido pela beleza do local, o incentivou a montar uma proposta para o tombamento do núcleo histórico de Vassouras, o que fez com que o conjunto fosse o primeiro do século XIX a ser protegido (SILVA TELLES apud THOMPSON, 2010, p 82). É importante ressaltar que tanto Alcides Rocha Miranda quanto Rodrigo Mello eram servidores do SPHAN, por isso, tinham a sensibilidade aguçada para identificar a cidade com possível patrimônio nacional.

O tombamento foi alicerçado na peculiaridade da conformação urbanística do sítio, buscando trazer à tona sua importância cultural, por meio de registros de sua formação e ação de seus fundadores (MIRANDA, A. C. N., 2012, p. 77). Silva Telles no processo descreve que:

[...] possui a cidade de Vassouras um dos conjuntos mais interessantes e bem conservados de urbanismo e arquitetura do século XIX. As novas construções e as reformas existentes, não foram suficientes para modificar o caráter nobre e grandioso do conjunto, que ainda é dominado pela Igreja Matriz, pelo Chafariz, pela fila de figueiras religiosas, pelo Cemitério, e pelas nobres e sóbrias mansões dos Senhores do Café (Processo nº 566-T-57, fl. 1).

O parecer dos técnicos revela que o conjunto era merecedor de ser preservado por sua “beleza, pureza, homogeneidade e magnífica arborização” (Processo nº 566-T-57, fl. 9). Damos destaque para a importância dos elementos vegetais para o tombamento, fazendo que sua

denominação incluisse a relevância paisagística do local, sendo assim, o Conjunto Paisagístico e Urbanístico da Cidade de Vassouras foi tombado pelo Processo 566-T-57 inscrições nº 18, fls. 4, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico datado de 26/06/1958. Fica decidido que:

Praça Barão de Campo Belo com o chafariz monumental, e as ruas e praças marginais [...] compreende o tombamento deliberado, não só das construções públicas e particulares situadas nos referidos logradouros, mas também as peculiaridades destes, e, particularmente, sua arborização (Processo nº 566-T-57, fl. 17).

O tombamento de Vassouras deixa claro o predomínio do valor estético da cidade em relação aos demais, porém quanto ao seu valor histórico, menciona o traçado que conformou a malha urbana, semelhante aos das cidades coloniais que se organizavam em torno de uma igreja matriz. A área tombada compreende a praça central e as casas limítrofes a esse logradouro, cenário que demonstra as características de uma sociedade enriquecida pelo ciclo do café, que empreendeu grandes obras, com casarões de notória arquitetura. Em contraponto, são tombadas também a área atrás da matriz, compostas por casarões modestos, térreos e em grande parte geminados, pertencentes aos mais humildes, os profissionais liberais e aos assalariados (MIRANDA, A. C. N., 2012, p. 80).

Sobre a dicotomia de cenários abarcados pelo tombamento, Miranda (2012) relata que apesar do discurso presente no documento de tombamento enaltecer apenas a nobreza cafeeira, ao incluir a área atrás da igreja matriz, contemplaria a outra parcela da sociedade composta pelos mais humildes.

Nesse sentido, pode-se considerar que outra parcela da sociedade cafeeira esteve representada no tombamento. Mesmo que o discurso preconizado pela instituição fizesse somente referência à nobreza, mantinha-se, mesmo que não de forma expressa, o tombamento da área atrás da Igreja Matriz (MIRANDA, A. C. N., 2012, p. 81).

Ainda sobre a delimitação da área tombada podemos destacar a menção da Praça Barão de Campo Belo e Chafariz Monumental, juntamente com as demais praças marginais, deixando claro que devem ser mantidas suas funções de criar vazios de observação e perspectiva que enriquecem a paisagem. Segundo trecho que se encontra na Certidão de Tombamento, de 09/04/1987, lavrada na página 169 do processo:

Praça Barão de Campo Belo com o Chafariz Monumental, e as ruas e praças marginais; Praça Eufrásia Teixeira Leite, trecho da Rua Barão de Vassouras, Rua Barão de Capivari e Rua Custódio Guimarães, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e ruas marginais: Rua Barão do Tinguá e Rua Guilherme Werneck; Praça Sebastião Lacerda com o chafariz de Dom Pedro II; Rua Barão de Massabará; Praça Cristóvão Corrêa e Castro e Cemitério de Nossa Senhora da Conceição, compreendendo o tombamento deliberado não só as construções públicas e

particulares situadas nos referidos logradouros, mas também as peculiaridades destes e, particularmente, sua arborização.

As quatro praças que integram o conjunto mantêm suas funções de criar vazios de observação e perspectiva – Barão de Campo Belo com o chafariz monumental, a frente da Igreja; Eufrásia Teixeira Leite em frente à Casa de Câmara e Cadeia; a Cristóvão Corrêa e Castro, antes do imponente portão do Cemitério e Sebastião Lacerda, aos fundos da Igreja. As árvores: palmeiras imperiais, magnólias, figueiras e oitis completam a paisagem, enriquecida pelos chafarizes de abastecimento de água (Processo nº 566-T-57, fl. 169).

Incluir a arborização no tombamento de Vassouras evidencia uma preocupação com o conjunto urbano que vai além do arquitetônico. Para manutenção dos elementos arbóreos e das áreas verdes da cidade, que ganharam destaque no documento de tombamento é necessário o estudo e o inventário dessas áreas, aliados aos processos de manutenção, conservação e preservação, tópicos esses que queremos dar luz neste trabalho.

3.4. Análise do espaço urbano (entorno imediato)

Neste tópico iremos analisar os elementos que compõem o espaço urbano, essa análise visa identificar as relações entre a massa construída e os vazios urbanos, abordando aspectos como: proporções (forma de ocupação das edificações no lote, escala, hierarquia espacial, distâncias), a relação entre os domínios, públicos, semipúblicos e privados, a relação a respeito dos elementos naturais, questões referentes à acessibilidade, entre outros. Esse estudo consiste em dividir o meio urbano em partes e entender a relação de cada parte entre si e como um todo.

Um dos recursos para essa análise é a proposta desenvolvida por Roger Trancik (1986) onde, são utilizadas 3 (três) teorias complementares do espaço urbano, na qual a integração entre elas define os cheios e vazios urbanos, organizando as conexões entre as diferentes partes da cidade. Estas teorias são:

[...] a figura e fundo (figure-ground), a das conexões (linkage theory) e a do lugar (place theory), numa “proposta de enfoque integrado através de princípios de desenho”, tais como “interligação de movimento sequencial” e “fechamento lateral e continuidades de limites” (DEL RIO, 1990 apud VASCONCELLOS, 2006).

A Teoria da “figura e fundo” demonstra que origem dos vazios urbanos está relacionada à configuração dos elementos construídos no seu entorno, por meio de uma associação entre a proporção dos componentes verticais construídos e a superfície horizontal não construída. A Teoria das conexões aborda a organização das diferentes partes da cidade e a disposição dos dados espaciais que relacionam as edificações ao espaço. Por fim, a Teoria do lugar busca a compreensão dos aspectos culturais e humanos ligados ao espaço físico (VASCONCELLOS et al, 2005, p. 2)

De acordo com Trancik (1986) os “blocos” urbanos, ou seja, as edificações direcionam e orientam o movimento das pessoas na forma da cidade tradicional e os espaços vazios se tornam um lugar a partir do momento que adquire significado. Estes espaços podem ser intencionais ou não, com ou sem potencial de conexão entre as diferentes partes da cidade.

Por meio da aplicação das teorias de Trancik (1986) é possível estudar 4 (quatro) elementos básicos da configuração urbana, quais sejam: “o traçado ou malha urbana, o quarteirão, o lote e a ocupação das edificações no lote” (TRANCIK, 1986 in VASCONCELLOS, 2006, p. 21), sempre procurando entender as formas de integração entre eles. A partir do estudo do espaço urbano de será possível identificar: a forma da malha urbana; os principais eixos de circulação e a concentração de fluxos nas vias; ocupação do solo; usos do solo e gabaritos e a relação desses elementos com a Praça Barão de Campo Belo.

3.4.1. Malha urbana

A malha urbana em que a Praça Barão de Campo Belo está situada, possui um traçado irregular, oriundo de uma ocupação sem definição prévia que teve seu início no século XIX. Nos lotes da área central, temos grandes sobrados predominantemente de estilo neocolonial, as edificações são coladas na testada frontal e, na maioria das vezes, também nas laterais.



Figura 60: Ocupação e forma do quarteirão.
Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Vassouras, 2023.

O terreno ocupado pela praça possui grandes dimensões, com formato predominantemente retangular com a adição de um triângulo retângulo na parte inferior de seu declive. Sua topografia conta com uma declividade de 17m, onde o ponto mais alto está localizado em frente à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e o ponto mais baixo, em direção à rua Barão de Vassouras.



Figura 61: Curvas de nível Praça Barão de Campo Belo.

Fonte: Adaptado de Escritório Técnico do Médio Vale Paraíba/IPHAN-RJ, 2023.

A topografia da área tombada é levemente acidentada, com desnível 20 metros entre a Igreja Matriz, ponto mais alto, até a área mais baixa do Centro Histórico, nas proximidades das ruas Barão de Vassouras e Nilo Peçanha. O *skyline* (figura 62) visto a partir do terreno da praça demonstra os baixos gabaritos das edificações ao seu redor, que possuem alturas que variam de 8,5m a 16m, sendo a Igreja Matriz o edifício mais alto, com aproximadamente 21,96m de altura. É relevante mencionar que, nos arredores que emolduram a ambiência do centro, temos o Morro

da Vaca na direção sul da cidade, que está em um nível com cerca de 200m acima da área tombada.



Figura 62: Skyline e topografia da Praça Barão de Campo Belo.
Fonte: Adaptado de Escritório Técnico do Médio Vale Paraíba/IPHAN-RJ,2023.

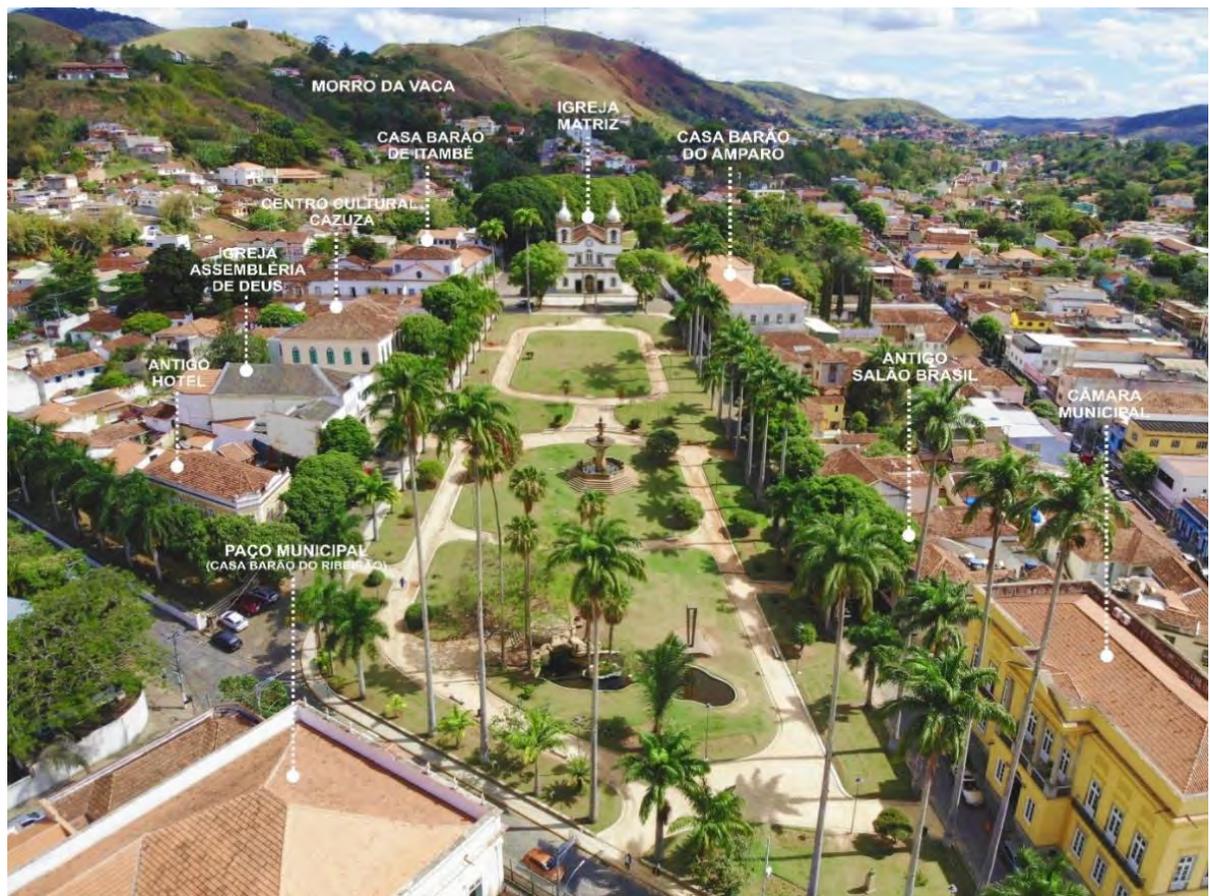


Figura 63: Praça Barão de Campo Belo e edificações limítrofes.
Fonte: Adaptado de Willian Brito, 2020.



Figura 64: Casa Barão de Itambé.

Fonte: Casa Senhorial. Disponível em: <https://acasasenhorial.org/acs/casas-senhoriais/pesquisa-lista/536-casa-do-barao-de-itambe>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.



Figura 65: Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Autor, 2023.



Figura 66: Casa Barão do Amparo.

Fonte: TV Rio Sul. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/120utorizacao-de-venda-de-casarao-historico-e-bem-recebida-em-vassouras-rj.ghtml>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.



Figura 67: Centro Cultural Cazuza.

Fonte: Autor, 2023.



Figura 68: Igreja Universal do Reino de Deus.

Fonte: Autor, 2023.



Figura 69: Antigo Salão Brasil.

Fonte: Autor, 2023.



Figura 70: Antigo Hotel.

Fonte: Prefeitura Municipal de Vassouras, s/d.



Figura 71: Câmara Municipal.

Fonte: Prefeitura Municipal de Vassouras, 2022.



Figura 72: Paço Municipal (Antiga Casa Barão do Ribeirão).

Fonte: Prefeitura Municipal de Vassouras, s/d.

3.4.2. Circulação viária

A Praça Barão de Campo Belo tem em seu topo a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e está cercada pelas ruas Barão de Vassouras, Barão de Capivari e Custódio Guimarães. A rua Barão de Vassouras, faz a ligação entre a Rodovia Lúcia Meira (BR 393) e Rodovia RJ-121, além de ser um importante via da cidade. O tráfego de veículos pesados, é vetado desde 1999 pelo Decreto Municipal nº 1829, pois esse tipo de transporte gera vibrações que podem vir a desestabilizar e causar danos na estrutura de madeira e barro existente em diversas edificações da área tombada.

Um dos problemas do sistema viário de Vassouras, muito comum em outras cidades do mesmo porte, é o tráfego de passagem na Região Central. As principais vias da cidade cruzam esta área, que coincide com o Centro Histórico. Ao mesmo tempo, por se tratar também do centro comercial, há uma demanda elevada por vagas de estacionamento e de carga e descarga, que contribuem ainda mais para o aumento da impedância nas vias e levando aos inevitáveis congestionamentos. (PLANOS INTEGRADOS DE VASSOURAS – PLANO DE MOBILIDADE, 2022, p.16)

As ruas no entorno, como a Caetano Furquim e Expedicionário Oswaldo de Almeida Ramos são caracterizadas pela atividade comercial, onde o fluxo viário se torna mais intenso. Nas ruas que estão compreendidas no Centro Histórico há um aumento do fluxo principalmente durante a entrada e saída dos alunos nas escolas, em outros horários o tráfego é leve.



Figura 73: Rua Caetano Furquim.
Fonte: Google Maps, 2023.



Figura 74: Oswaldo de Almeida Ramos.
Fonte: Google Maps, 2023.

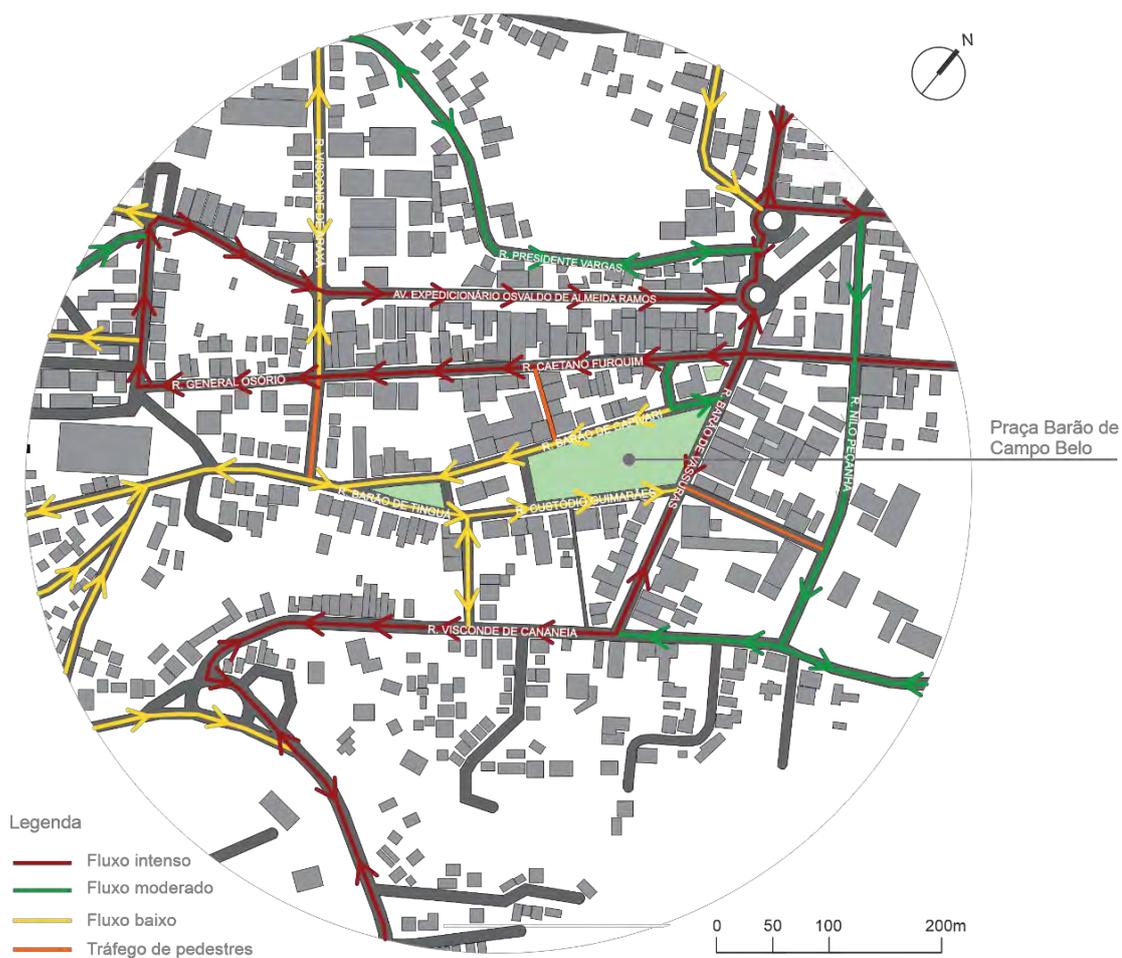


Figura 75: Análise circulação viária.
Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Vassouras, 2023.

3.4.3. Ocupação do solo

Podemos perceber que em termos que a área é bem densa em termos de ocupação do solo, principalmente na região central, onde a maioria das edificações não possuem afastamento frontal e lateral em relação os limites de seus respectivos lotes. No recorte analisado, temos a maior área permeável com massa vegetal na Praça Barão de Campo Belo, destacamos também a Praça Sebastião Lacerda, localizada atrás da Igreja Matriz e a Praça Eufrásia Teixeira Leite, inserida na lateral da Câmara Municipal.



Figura 76: Praça Sebastião Lacerda e sequência de figueiras da rua Barão de Tinguá.
Fonte: Autor, 2023.

A vegetação está inserida na paisagem cultural de Vassouras como principal condição para a sua valoração, bem como para sua preservação, por isso, a arborização ainda é abundante na área tombada, principalmente nas ruas e no interior dos lotes. Enfatizamos a arborização da rua Barão de Tinguá, com a sua sequência de figueiras que a torna única, e também as vias marginais a Praça Barão de Campo Belo como, as ruas Barão de Vassouras, Barão de Capivari e Custódio Guimarães. No entorno, encontramos a arborização mais escassa, principalmente nas áreas comerciais, onde a vegetação foi retirada para dar espaço a marquises.

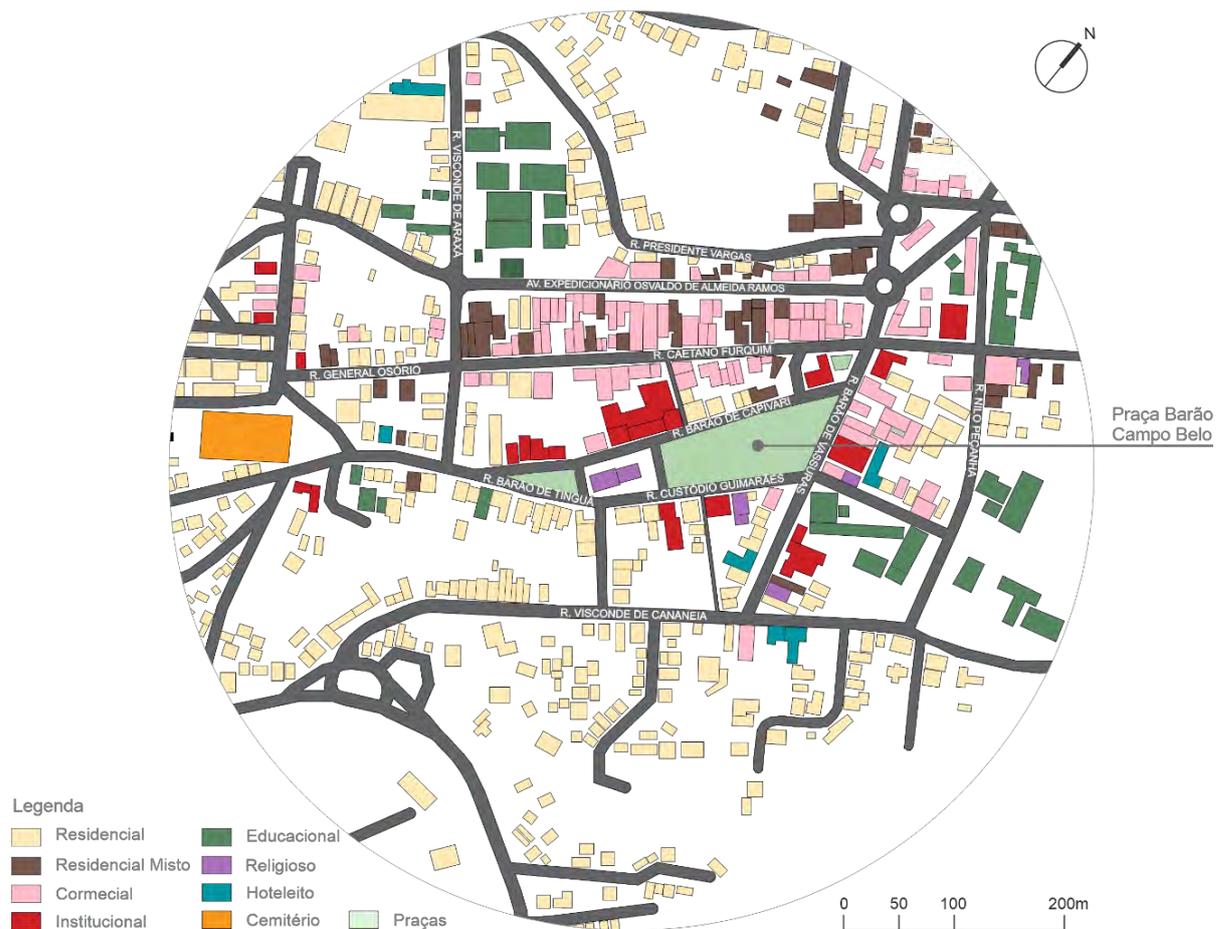


Figura 78: Análise usos do solo.

Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Vassouras, 2023.

3.4.5. Gabarito

Na área tombada temos, predominância de edificações térreas e edificações que possuem no máximo dois pavimentos, são sobrados da metade do século XIX e início do século XX. Dentro da área tombada, em torno da Praça Barão de Campo Belo, é possível observar edificações de grandes dimensões e requinte, ao nos afastarmos da praça, indo em direção ao Cemitério, vemos um conjunto de casa menores, térreas e modestas, porém, com uma unidade de estilo.

Situadas na área central, nobre, em torno da praça e da igreja, algumas mesclavam soluções oriundas de um modo de viver e fazer ainda mineiro, revelados, por exemplo, pela adoção de avarandado na fachada de fundos. [...] desembocando em amplo largo diante do monumental portão do Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora. Essa rua, atendendo ao cortejo fúnebre, passou a abrigar as casas mais simples, geminadas, típicas de nossas cidades interioranas (ROCHA, 2011, p.41).

No entorno imediato, podemos observar a Caetano Furquim e Expedicionário Oswaldo de Almeida Ramos com gabaritos de até três pavimentos. Os gabaritos na área de entorno, em geral, não são muito altos atingindo em média 8,5m de altura.

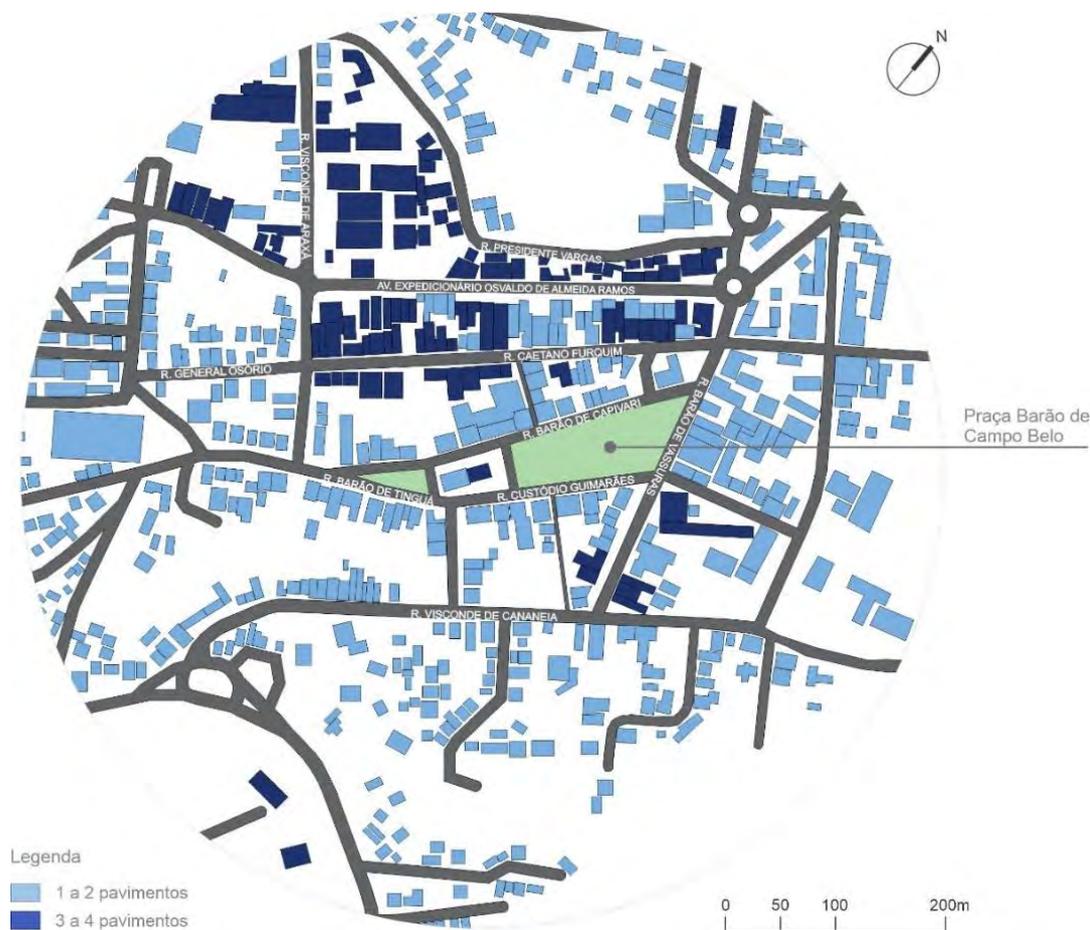


Figura 79: Análise gabaritos.

Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Vassouras, 2023.

3.5. Linguagem estilística paisagística da Praça Barão de Campo Belo

Como mencionado anteriormente, não foi possível identificar o autor do projeto da Praça Barão de Campo Belo nem suas intenções estilísticas originais. Com base na análise da sua forma atual, nos apoiaremos nos estudos de Macedo e Robba (2010) e Ching (1987) para identificar sua linguagem estilística paisagística.

A praça está centrada em alguns dogmas geométricos clássicos. Possui duas áreas de passeio perimetral, a primeira na parte superior do terreno, próximo a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, e a segunda na parte inferior, envolvendo o Chafariz Monumental, o coreto e o lago artificial. Podemos identificar também, combinações de vários eixos ortogonais que estruturam o traçado, cinco transversais e um longitudinal, porém não é possível identificar

eixo de simetria na composição. Completando a tríade Clássica, temos no centro da praça, uma área de estar com ponto focal caracterizado pelo Chafariz Monumental. Podemos perceber que além do traçado, estão presentes alguns padrões clássicos de plantio, identificados pela existência de uma extensa área permeável com a intencionalidade de geometrização e simetria na disposição da vegetação, além do uso de árvores e arbustos bem podados (MACEDO E ROBBA, 2010, p. 82).



Figura 80: Análise estilística paisagística da Praça Barão de Campo Belo.
 Fonte: Adaptado de Escritório Técnico do Médio Vale Paraíba/IPHAN-RJ, 2023.

Apesar da organização de seu traçado remeter a ordem clássica, a praça possui caminhos com traçado que se aproxima de formas orgânicas canteiros com arestas arredondadas, características que remetem a linha Romântica. Os elementos ornamentais inseridos na composição também são tipicamente românticos, dentre eles temos: a utilização de espécies vegetais como as palmeiras imperiais, na tentativa de recriar uma paisagem circundante; o coreto que possui sua base revestida com pedra e guarda-corpo com troncos retorcidos; banco redondo estruturado por troncos retorcidos; pequeno lago com linhas sinuosas, com repuxo e queda d'água que percolam por pedras artificiais e um grande chafariz circundado por uma escadaria, que possui um tanque octogonal de onde erige um fuste central que suspende uma bacia e um cálice em cantaria (MACEDO E ROBBA, 2010, p. 82).

Baseado nos princípios da forma, espaço e ordem estudados por Ching (1987), podemos perceber que a Praça Barão de Campo Belo possui formato predominantemente retangular, com uma transformação através da adição de um triângulo retângulo em um dos seus lados, sua

organização é conformada como uma malha, caracterizada por um conjunto de retas paralelas perpendiculares que se cruzam.

Ao analisar o traçado da Praça Barão de Campo Belo observamos a tendências oriundas da linha Clássica-Romântica, isso se dá pela presença da tríade Clássica juntamente inserção de elementos pictóricos que criam cenários típicos da linha Romântica (MACEDO E ROBBIA, 2010, p. 82).



Figura 81: Planta baixa – Praça Barão de Campo Belo.

Fonte: Adaptado de Escritório Técnico do Médio Vale Paraíba/IPHAN-RJ, 2023.



Figura 82: Cortes – Praça Barão de Campo Belo.

Fonte: Adaptado de Escritório Técnico do Médio Vale Paraíba/IPHAN-RJ, 2023.

Partindo para uma análise relacionada aos usos que são destinados a praça, podemos perceber a predominância de áreas de passeio, estar e contemplação, típicos dos estilos Clássico e Romântico. Na parte da manhã é possível ver moradores fazendo caminhadas no local ou aproveitando ócio matinal, junto com um animal de estimação. No meio do dia, é comum a área ser usada como local de descanso após o almoço por trabalhadores locais e estudantes que usam o intervalo para repousar e até mesmo dormir no gramado. No final da tarde a praça se torna ponto de encontro e socialização, principalmente de adolescentes após a saída da escola. A noite o fluxo é menor, exceto em dias destinados a eventos.

Apesar do espaço não possuir mobiliários designados ao lazer, muitas pessoas, principalmente crianças e adolescentes, vão até o local para brincar e praticar jogos com bola, isso se dá pela grande extensão de áreas gramadas livres. Por ser um local de referência da cidade, a Praça Barão de Campo Belo é palco de festivais e apresentações musicais, além de servir como local de encontro para as manifestações da cultura imaterial, podemos citar como exemplo as apresentações de Jongo, Caninha Verde, Capoeira e Folia de Reis, dentre outros.



Figura 83: Análise dos usos – Praça Barão de Campo Belo.

Fonte: Adaptado de Escritório Técnico do Médio Vale Paraíba/IPHAN-RJ, 2023.

3.5.1. Espécies vegetais

Salviati (1993) disserta sobre a importância do conhecimento das espécies vegetais para correta utilização em um projeto paisagístico, o autor nos revela que a morfologia das plantas

desempenha um papel arquitetônico importante na composição de um jardim, onde a escolha da vegetação pode que influenciar ou definir a concepção ou os limites de um espaço, ao definir caminhos, permitir a passagem de luz ou sombrear um local, controlar a passagem de vento, definir enquadramentos ou bloquear a visão, dentre outras intencionalidades.

As características das espécies vegetais podem ser agrupadas em dois conjuntos. O primeiro se refere ao seu aspecto visual, ou seja, estão relacionados a forma como a vegetação se desenvolve no espaço. São levados em consideração aspectos como: estrutura, folhagem, textura e cores. O segundo conjunto é relativo aos aspectos biológicos, onde a planta é vista como um ser vivo integrado a um ambiente, que poderá cooperar ou não com a sua manutenção e desenvolvimento, onde o conhecimento acerca do tipo de solo, umidade, iluminação, crescimento, florescimento e frutificação, suscetibilidade ou resistência a doenças e pragas são indispensáveis para concepção e manutenção de um projeto paisagístico (SALVIATI, 1993, p.9).

Para elaboração de um projeto de paisagismo é comum, inicialmente, levar em consideração apenas as características do primeiro conjunto, o que facilita a idealização de uma estruturação plástica e ordenamento da paisagem. Os aspectos naturais são deixados para um segundo momento, onde se leva em consideração a adaptação da vegetação no local, tornando-se imprescindível a análise do tipo de solo e as variações de umidade e iluminação, fatores que irão influenciar na escolha definitiva das espécies (SALVIATI, 1993, p.10). De acordo com Penteado (2020)

Didaticamente, em particular, é mais eficiente tratar o plano de massas em termos mais gerais e utilizando tipos vegetais, em vez de espécies. É uma evolução do partido arquitetônico, momento em que se decide a composição arquitetônica e que se determina a opção geométrica adotada no projeto. O estudo preliminar que o sucede é uma evolução do plano de massas, quando se refina o desenho dos espaços, dos conjuntos e implantação de indivíduos vegetais e se associam espécies aos volumes vegetais anteriormente definidos, além dos materiais e outros elementos que compõem o projeto. (PENTEADO, 2020, p. 4)

Para Salviati (1993), Macedo (1989) e Abbud (2006) o plano de massas é classificado como o estudo preliminar da paisagem, etapa em que se inicia o plano de massas vegetais, com a especificação das principais plantas e o detalhamento de suas características “em termos de cores, época de floração, aromas, texturas de folhagem, tipo de caule, etc” (ABBUD, 2006, apud PENTEADO, 2020, p. 4). Como estamos analisando um projeto já concebido, iremos nos ater ao estudo das massas vegetais, ou seja, as características do primeiro conjunto citado por Salviati (1993), aqueles relacionados principalmente à morfologia dos elementos vegetativos.

Uma das formas mais comuns de se classificar as espécies vegetais segundo a análise de seu caule. As árvores podem ser identificadas por ter caule resistente e lenhoso, com ramificações que surgem a uma certa altura do solo. Os arbustos possuem caule lenhoso que se ramificam desde a base. Os subarbustos possuem caule parcialmente lenhoso com prolongamento herbáceo. Salviati (1993) afirma que a classificação baseada apenas na identificação das características do caule, são insuficientes quando se trata de paisagismo, sendo necessário levar outros aspectos em conta, tais com forma, porte, estrutura, além de outros detalhes relativos às diferentes partes vegetais (SALVIATI, 1993, p.10).

Quadro 6 - Classificação morfológica das plantas segundo, considerando os estratos vegetais.

Plantas arbóreas Plantas com altura normalmente a cima de 5 metros, caule autoportante, único na base, repartindo-se acima do nível do solo.	1. Árvores	Plantas arbóreas, com estrutura ramificada em diferentes formas, caule único, ramos providos de folhas laminares, com formas e tamanhos variados.
	2. Arvoretas	Plantas de porte, até no máximo 5 ou 6 metros de altura, são menores que as espécies classificadas como árvores, mas por não possuírem um caule subdividido na base não podem ser classificadas como arbustos.
	3. Palmeiras	Plantas de caule único, provido de folhas alongadas, caracteristicamente pinadas, inseridas em rosetas na extremidade superior do caule.
	4. Coníferas	Plantas arbóreas, em geral de grande porte, estrutura monopodial (caule vertical com ramificações laterais), copa frequentemente cônica, folha em forma de acículas, lâminas estreitas ou escamas.
Trepadeiras Plantas de caule não autoportante, que crescem apoiadas em outras estruturas	5. Trepadeira	
Plantas arbustivas Plantas até a altura de 5 ou 6 metros, caule em geral subdividido junto ao nível do solo, resistente ao menos parcialmente.	6. Arbusto	
Plantas herbáceas Plantas de caule não resistente, herbáceo (não	7. Herbácea	Plantas esguias, geralmente até 1 (um) metro de altura, excepcionalmente podendo atingir a altura de um arbusto, com o caule completamente herbáceo.
	8. Forrações	Plantas herbáceas, rasteiras, geralmente em comunidades densamente enraizada, com

lenhoso), com altura raramente acima de 1 metro.		altura até 30cm, aproximadamente, que não admitem pisoteio.
	9. Pisos Vegetais	Plantas herbáceas, rasteiras, normalmente providas de rizomas ou estolões, fortemente enraizadas e muito resistentes ao pisoteio, admitindo poda rente ao solo.

Fonte: Adaptado de Salviati, 1993.

Para compreendermos os aspectos espaciais do projeto paisagístico da Praça Barão de Campo Belo definidos pelos elementos vegetais, relacionaremos os estratos vegetais demonstrados no quadro 6 com os encontrados em nosso estudo de caso.

3.5.1.1. Árvores

As espécies arbóreas representam o ápice da natureza no mundo vegetal, são utilizadas como abrigo e como elementos de ordenamento e definição de espaços abertos, sua inserção na composição paisagística pode se dar por seu valor simbólico ou como elemento de marcação do espaço. Para fins de estudo paisagístico. Salviati (1993) define uma distinção entre árvores, coníferas e palmeiras por considerar que elas desempenham diferentes funções na paisagem. O autor considera a árvore como um teto vegetal de suporte único, o que permite uma clara visualização do entorno para o observador que estiver localizado próximo a sua copa (SALVIATI, 1993, p.11).

As árvores podem ser qualificadas por seu porte, quanto a este aspecto, é comum adotar uma graduação em três valores: árvore de grande, médio ou pequeno porte. Uma árvore pode ser considerada de grande porte por sua altura ou pelo diâmetro de sua copa. A tabela abaixo sugere parâmetros para qualificação das árvores quanto ao porte.

Tabela 1 – Classificação das árvores quanto ao porte

Árvore - Qualificação quanto ao porte			
Porte	Pequeno	Médio	Grande
Altura	até 8m	8 a 15m	+ de 15m
Elementos	até 6m	6 a 12m	+ de 12m

Fonte: Salviati, 1993, p. 13.

Podemos ainda chamar de arvoreta as plantas que possuem até no máximo 5 ou 6 metros de altura, que pode se assemelhar a um arbusto, não podendo ser identificadas como tal, por não possuir caule subdividido da base. A forma das árvores pode variar entre indivíduos da

mesma espécie, devido a variabilidade genética comum entre os vegetais, porém as condições ambientais, principalmente a iluminação, podem influenciar na sua forma e porte (SALVIATI, 1993, p.13).

A estrutura arbórea é relativa ao modo como os sistemas responsáveis pelo crescimento da planta (meristemas) se desenvolvem. A tipologia conformada durante o processo de crescimento, pode dá origem a árvores muito verticalizadas, marcadas por um único tronco que não se divide, apenas dispõem seus ramos lateralmente (estrutura monoaxial), ou pode gerar uma estrutura melhor distribuída no espaço, onde o caule se subdivide uma ou mais vezes (estrutura poliaxial) (SALVIATI, 1993, p.14). Na figura 84 temos alguns exemplos de estruturas monoaxial (1) e poliaxial (2).

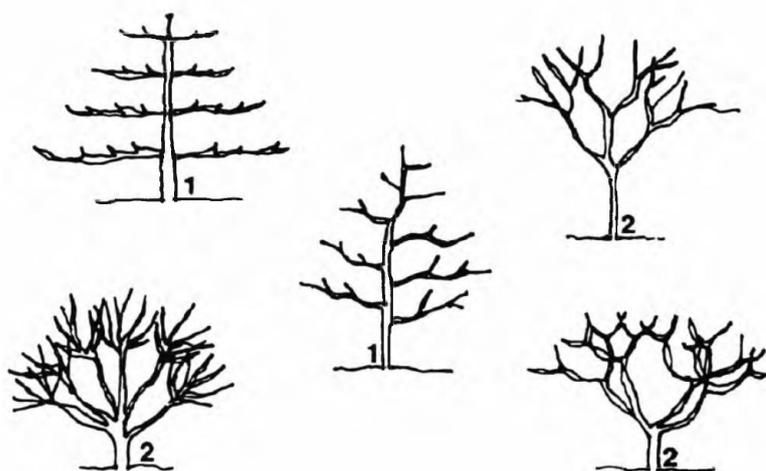


Figura 84: Estrutura monoaxial e poliaxial.

Fonte: Salviati, 1993.

As copas das árvores são responsáveis pela definição do plano superior dos jardins. Sua morfologia varia conforme a densidade de folhas e galhos, que definirão os diferentes modos de sombreamento e insolação dos espaços sob essa estrutura. Árvores com copas densas, não permitem que o sol atravesse suas folhagens, não permitindo o desenvolvimento de forrações e gramas em sua base. Copas de árvores com densidade média, são favoráveis para o crescimento de plantas umbrófilas, sendo ainda considerável a proteção proporcionada pelo sombreamento que produz. As copas com pouca densidade não obstruem o panorama aéreo da composição paisagística sendo útil para não comprometer a visualização de pontos de interesse, em contraponto, possuem um sombreamento pouco eficiente (SALVIATI, 1993, p.13).

Quadro 7- Árvore da Praça Barão de Campo Belo

Árvores da Praça Barão de Campo Belo			
Imagem Praça Barão de Campo Belo	Nome científico	Nome popular	Características
	<i>Caesalpinia Leiostachya</i>	Pau-ferro	Árvore de grande porte com estrutura poliaxial e copa com projeção de sombra média. Folhas compostas bipinadas, na cor verde e flores amarelas.
	<i>Cassia Fistula</i>	Acácia Imperial	Árvore de porte médio, estrutura poliaxial e copa com projeção de sombra média. Folhas na cor verde e cachos de flores amarelas.
	<i>Ficus Microcarpa</i>	Figueira Asiática	Árvore de porte pequeno, estrutura poliaxial e copa densa. Folhas pequenas, na cor verde vibrante.
	<i>Callistemon Viminalis</i>	Escova de Garrafa	Árvore de porte pequeno, estrutura poliaxial e pouca projeção de sombra. Folhas lineares, pequenas, na cor verde e flor vermelha.

Fonte: Autor, 2023.

3.5.1.2. Palmeiras

As palmeiras se destacam na paisagem de forma singular, possui caule esguio, vertical ou inclinado, coroado por uma roseta de folhas grandes em forma de pena ou leque, por essas características, são excelentes elementos de referência e marcação do espaço. As palmeiras podem possuir estruturas variadas que fogem da forma da palmeira “típica”, elas podem tronco robusto, ter porte médio ou pequeno, aparecer como touceiras ou se comportar como trepadeiras. São originárias das regiões tropicais, historicamente possuem enorme importância na flora brasileira e se apresentam como um estimável recurso ornamental para o paisagismo (SALVIATI, 1993, p.24).

O caule é o principal elemento que define o porte das palmeiras, possui comprimento variável de acordo com a espécie, pode ser perfeitamente vertical, encurvado ou múltiplo, podem ainda apresentar diâmetros diferentes ao longo de seu comprimento, tendo uma base mais larga e a parte superior mais delgada. Quanto a textura do caule, esta pode ser lisa, com anéis, com rachaduras no sentido vertical ou com espinhos (SALVIATI, 1993, p.26).

A respeito do porte, podemos considerar quatro tipos: palmeiras desprovidas de caule aéreo, cuja folhas nascem do nível do chão; palmeiras de porte baixo, tendo caule com até 2m de altura, palmeiras de porte médio, com caules que chegam até 10m de altura e palmeiras de grande porte, que ultrapassam os 10m. Normalmente as palmeiras atingem por volta de 30m de altura, mas em alguns casos podem chegar a ter até 60m (SALVIATI, 1993, p.26).

A copa das palmeiras pode ter características diferentes dependendo da estrutura de suas folhas. Com folhas de eixo flexível a copa fica bem distribuída no espaço, conformando um formato globular. Folhas com eixo menos flexível faz com que a copa assuma um formato de leque erguido. As folhas podem ser distintas a partir do tipo de disposição dos folíolos, que podem dar o formato de pena (folha pinada) ou de leque. Os tipos de folhas mais comuns são as pinadas, elas possuem folíolos estreitos, que mesmo agrupadas formando uma copa possuem leveza estética. A folhas com os folíolos mais largos, tendem a trazer mais volume para o arranjo, trazendo uma aparência mais elegante para composição.

Quadro 8 - Palmeiras da Praça Barão de Campo Belo

Árvores da Praça Barão de Campo Belo			
Imagem Praça Barão de Campo Belo	Nome científico	Nome popular	Características
	<i>Roystonea Oleracea</i>	Palmeira Imperial	Palmeira de grande porte, com caule vertical com base mais larga marcada por anéis e a parte superior mais delgada (forma de garrafa). Possui folhas pinadas.
	<i>Whashingtonia Robusta</i>	Palmeira de Saia	Palmeira de grande porte, com caule vertical com superfície composta por resquício de folhas antigas. Possui folhas em forma de leque.
	<i>Raphia Farinifera</i>	Palmeira-Ráfia	Palmeira de grande porte, com caule vertical com superfície composta por resquício de folhas antigas. Possui copa em leque e folhas pinadas.

Fonte: Autor, 2023.

3.5.1.3. Coníferas

As coníferas possuem morfologia externa bem definida, são reconhecidas por características inerentes a esse grupo que as diferenciam notoriamente das demais plantas. A maioria das coníferas podem ser consideradas arbóreas, são características das regiões de baixas temperaturas, sendo extremamente resistentes e pouco sujeitas a pragas e patologias. Sua estrutura principal se dá por um tronco único, retilíneo e elevado, que dão origem a ramos laterais distribuídos de forma homogênea por todo seu comprimento, formando uma copa densa, em formato cônica. As folhas das coníferas são estreitas e alongadas, podem também ter aspecto de escamas, sua forma é adaptada para resistir aos invernos rigorosos. (SALVIATI, 1993, p.20).

As cores, as texturas e a densidade características do grupo das coníferas fazem com que elas estejam presentes em muitas composições paisagísticas, sendo utilizadas comumente em pátios e jardins. As coníferas são espécies comuns no Hemisfério Norte e em regiões temperadas, porém foram introduzidas nos jardins brasileiros que tinham como inspiração no estilo paisagístico clássico europeu. Por terem sido introduzidas nos mais variados habitats, seu porte e sua forma são variados, com isso, é possível encontrar coníferas como pequenos arbustos ou assumindo formas arbóreas que ultrapassam 100m de altura (SALVIATI, 1993, p.21).

Podemos separar as coníferas de acordo com sua altura em cinco grupos diferentes: existem variedades de porte anão que chegam até 1,5m de altura, considerada como arbustivas; as de porte pequeno atingem de 1,5m até 5m; as coníferas médias possuem altura entorno de 5m a 15m; as mais abundantes são de porte alto, bem comuns no Brasil, chegam a ter de 15m a 25m de altura; por fim, temos as coníferas de porte muito alto, que compreendem aquelas que possuem acima de 25m, sendo encontradas em áreas livres muito extensas (SALVIATI, 1993, p.22).

As copas das coníferas são comumente regulares e simétricas, dentre as quais temos as de formato cônico, colunar ou em forma de morro, mas também existem as de copa ampla e irregular. São encontradas basicamente três tipos de folhas entre as coníferas: as acículas, lâminas alongadas nos eixos ou escamas. As folhas possuem grande variedade de tons, além da gama de verdes, podemos encontrar tonalidades de azul, conta, ferrugem, douradas e prateadas. (SALVIATI, 1993, p.23).

Quadro 9 - Coníferas da Praça Barão de Campo Belo

Coníferas da Praça Barão de Campo Belo			
Imagem Praça Barão de Campo Belo	Nome científico	Nome popular	Características
	<i>Cupressus Lusitanica</i>	Cedrinho	Vegetação que pode atingir grande porte, possui copa densa, de crescimento cônico e folhas com textura de escama.

Fonte: Autor, 2023.

3.5.1.4. Arbustos

Os arbustos podem se assemelhar muito com as árvores, porém possuem porte menor de até 6m de altura e caule repartido ao nível do solo. São muito resistentes e duradouros, suas folhas são semelhantes aos das árvores e trepadeiras, sendo comuns as do tipo variegadas, em diversas cores e tonalidades, podendo ainda ter uma grande variação de manchas em sua superfície (SALVIATI, 1993, p.30).

Seu formato oriundo de caules que crescem junto ao solo, dá origem a conjuntos vegetais uniformes, que são comumente usados na organização do espaço como barreiras vegetais. Quanto ao seu porte podemos dividir em dois grupos: os de pote baixo com altura até 1m e os de porte alto que atingem altura acima do limite de 1m. A forma dos arbustos varia conforme seu tipo de caule, que pode ser inteiramente ou parcialmente lenhoso com prolongamento herbáceo. Os arbustos típicos possuem caule inteiramente lenhoso, voltado para cima, com ramos que se espalham regularmente no espaço, alguns podem ter forma de leque, ou colunar, podemos também encontrar caules que se desenvolver mais horizontalmente ou possuem ramificações nesse sentido. Arbustos com parte do caule herbáceo podem assumir forma escandente ou até mesmo pendente, com apelo estético bem atrativo (SALVIATI, 1993, p.32).

Existem variedades de copas arbustivas, suas características são muito semelhantes aos das espécies arbóreas. Assim como as árvores podem ter copa densa, que obstruem o campo visual ou podem ter copa mais esparsa, permeável visualmente. É possível estabelecer uma

gradação quanto a textura das folhas dos arbustos, temos as de textura fina que em geral não ultrapassam os 4cm, as de textura média com dimensões entre 4cm e 12cm e as de textura grossa que ultrapassam o tamanho de 12cm (SALVIATI, 1993, p.33).

Quadro 10 - Arbustos da Praça Barão de Campo Belo

Arbustos da Praça Barão de Campo Belo			
Imagem Praça Barão de Campo Belo	Nome científico	Nome popular	Características
	<i>Hibiscus Rosa-Sinensis</i>	Hibisco	Arbusto com múltiplos caules que voltam-se para cima, espalhando-se e desenvolvendo seus ramos mais ou menos regularmente no espaço. Possui flores na cor vermelha.
	<i>Rhododendron Indicum</i>	Azaleia	Arbusto volumoso, de porte baixo com ramos distribuídos de forma homogênea. Possui folhas pequenas e flores na cor rosa.
	<i>Coffea Arabica</i>	Café	Arbusto alto com caule voltado para cima com crescimento colunar. Possui folhas largas, pequenas flores bancas e frutos vermelhos.

Fonte: Autor, 2023.

3.5.1.5. Plantas herbáceas

As herbáceas possuem caule totalmente desprovido de lenho, porém não é somente esta característica que define esse grupo. Podemos dividir as herbáceas em três grupos distintos: as

herbáceas ou herbáceas erguidas, as forrações e os pisos vegetais. Em geral as herbáceas são plantas que chegam até 1m de altura, se diferenciando dos arbustos por não possuírem caule lenhoso e por ter florações mais abundantes. Em algumas espécies as folhas podem ser exuberantes e ter variadas formas, desenhos e colorações. As forrações são plantas rasteiras com altura máxima de 30cm, que conformam tapetes vegetais que cobrem extensas áreas, porém não constituem uma massa vegetal. Os pisos vegetais são compostos por ervas cespitosas que crescem de forma horizontal no terreno, são resistentes ao pisoteio e a podas severas, sua maior parte pertence à família das gramíneas (SALVIATI, 1993, p.33).

Quadro 11 - Herbáceas da Praça Barão de Campo Belo

Herbáceas da Praça Barão de Campo Belo			
Imagem Praça Barão de Campo Belo	Nome científico	Nome popular	Características
	<i>Tradescantia Pallida</i>	Trapoeraba-Roxa	Forração com hastes que crescem para cima e depois se inclinam, criando um efeito em cascata. Possui folhagem na cor púrpura.
	<i>Iris Tectorum</i>	Lírio	Herbácea com folhas longas e flexíveis na cor verde vibrante e flores brancas.
	<i>Zoysia Japonica</i>	Grama Esmeralda	Piso vegetal com crescimento rasteiro, textura fina com folhas na cor verde.

	<p><i>Leucanthemum Vulgare</i></p>	<p>Margarida</p>	<p>Herbácea com folhas flexíveis na cor verde e flores brancas.</p>
---	--	------------------	---

Fonte: Autor, 2023.

3.5.1.6. Plantas atípicas

Algumas espécies de vegetais podem mesclar dois ou mais tipos de características dos grupos citados anteriormente, esse é o caso das plantas atípicas ou grupos especiais. Dentre elas temos: Bambus, gramíneas altas, bromélias, dracenas, agaves, yuccas, suculentas, cactáceas, samambaias, cycas, bananeiras, helicônias, filedendros, monstera, aquáticas e epífitas. Para fins de estudo vamos nos ater nas existentes na Praça Barão de Campo Belo.

- Bambus e gramíneas altas: os bambus fazem parte da família das gramíneas, apesar disso, podem atingir alturas similares as das árvores de grande porte. Eles possuem muitos caules subdivididos abaixo da superfície do solo, por essas características podem ser considerados como grandes arbustos. Seus caules são ocos, marcados por uma sequência de nós regulares, suas folhas se espalham ao longo do caule, são muito leves e oscilam com facilidade (SALVIATI, 1993, p.40).
- Bromélias, dracenas, agaves e yuccas: as bromélias, dracenas, agaves e yuccas, pertencem a diferentes famílias, mas compartilham similaridades estruturalmente e visualmente. Possuem folhas alongadas distribuídas de forma regular em torno do caule, podem formar rosetas perfeitas ou com aspecto mais alongado. É comum encontrar dracenas e yuccas sendo usadas como arbustos, arvoretas e árvores por sua variação de porte, já as agaves e bromélias são de menor porte, podendo ser empregadas como plantas arbustivas ou herbáceas (SALVIATI, 1993, p.40).
- Samambaias-açu e cycas: as samambaias-açu são pteridófitas, se diferenciam dos demais tipos de samambaia por possuir tronco fibroso e resistente, seu porte pode atingir a de uma arvoreta ou de uma árvore, suas folhas são grandes e leves. As cycas fazem parte da família das coníferas, mas podem ser consideradas como palmeiras, por suas características físicas.

Quadro 12 - Plantas atípicas da Praça Barão de Campo Belo

Plantas atípicas da Praça Barão de Campo Belo			
Imagem Praça Barão de Campo Belo	Nome científico	Nome popular	Características
	<i>Cycas Revoluta</i>	Sagu de Jardim	Cyca: possui porte de uma árvoreta, possui aspecto estrutural semelhante a uma palmeira, tronco fibroso e folhas leves.
	<i>Yucca Gloriosa</i>	Círio-de-Nossa-Senhora	Yucca: possui folhas alongadas, distribuídas de forma regular, empregada como uma planta arbustiva
	<i>Indocalamus Tessellatus</i>	Bambu Indocalamus	Bambu: muitos caules com folhas leves, empregado como uma planta arbustiva.

Fonte: Autor, 2023.

O conhecimento sobre a categorização dos tipos vegetais presentes atualmente na Praça Barão de Campo Belo permitiu o estudo dos elementos vegetais que fazem parte desse projeto, abordamos aspectos como forma, volume e a especificação dos grupos vegetais presente na praça. Para além de um inventário das plantas existentes, procuramos explorar os aspectos morfológicos da vegetação, determinantes para percepção e identificação do espaço.

3.5.2. Mobiliário e elementos ornamentais

A Praça Barão de Campo Belo possui uma série de mobiliários e equipamentos essenciais para o programa contemplativo do logradouro, que se soma ao caráter cênico dos elementos ornamentais com inspiração romântica.



Figura 85: Mobiliário e elementos ornamentais.

Fonte: Adaptado de Escritório Técnico do Médio Vale Paraíba/IPHAN-RJ, 2023.

Encontram-se distribuídos pela praça treze bancos de estrutura de ferro fundido pintado de preto, com acento e encosto em pranchas de madeira pintadas na cor branca e seis lixeiras com estrutura de ferro pintado de preto e ripa de madeira envernizada (figura 86).



Figura 86: Banco e lixeira.

Fonte: Autor, 2023.

No ano de 2019 a praça teve sua iluminação renovada, onde os antigos postes de ferro com luminárias esféricas deram lugar vinte e cinco postes de 5,5m na cor grafite, do modelo Tecnowatt – Bora LED de alumínio, possuindo luminária com difusor em acrílico transparente, com 48 LEDs de alta potência (1,4 W/LED a 450mA) (figura 87).



Figura 87: Poste e luminária pública.
Fonte: Autor, 2023.



Figura 88: Poste, banco e chafariz.
Fonte: Autor, 2023.

O Chafariz Monumental original do ano de 1846, feito em cantaria, surge como elemento de referência na praça, marcando o centro da composição (figura 89). Próximo ao chafariz temos um pequeno platô onde está uma figueira asiática de pequeno porte e ao seu redor um banco circular elaborado com troncos retorcidos (figura 90).



Figura 89: Chafariz Monumental.
Fonte: Autor, 2023.



Figura 90: Banco de troncos.
Fonte: Autor, 2023.

Alguns monumentos que compõem o jardim da Praça Barão de Campo Belo, representam momentos e figuras importantes para a história da cidade. Em 1952 é erigido uma escultura em homenagem ao Chanceler Raul Fernandes (figura 91), situado do lado direito de quem sobe a praça. Do lado esquerdo, sob pedestal de pedra, ao lado do coreto, está o busto do Dr. Mauricio de Lacerda (figura 92), responsável pela remodelação da praça. Em 1957, foi instalado na parte baixa da praça um monumento em homenagem ao centenário de elevação de Vassouras à

categoria de cidade (1857-1957) (figura 93), construído no governo de José Bento Martins Barbosa.



Figura 91: Busto Raul Fernandes.
Fonte: Autor, 2023.



Figura 92: Busto Maurício de Lacerda.
Fonte: Autor, 2023.



Figura 93: Monumento centenário de elevação de Vassouras à categoria de cidade (1857-1957).
Fonte: Autor, 2023.

Na parte baixa da praça temos o lago artificial com formato sinuoso com repuxo no centro, uma pequena ilha com pedras artificiais e vegetação (figuras 94 e 95), e uma queda d'água que percola pelas pedras artificiais que ficam junto ao coreto (figura 96). O coreto tem a base revestida por pedra e guarda corpo com troncos retorcidos (figura 97).



Figura 94: Lago artificial.
Fonte: Autor, 2023.



Figura 95: Lago artificial e pequena ilha.
Fonte: Autor, 2023.



Figura 96: Pedras artificiais com queda d'água.

Fonte: Autor, 2023.



Figura 97: Coreto.

Fonte: Autor, 2023.

3.5.2.1. Análise comparativa

Neste tópico faremos uma breve análise das mudanças da organização das massas vegetais, dos mobiliários e elementos ornamentais da Praça Barão de Campo Belo no decorrer do tempo. Para isso, identificaremos os grupos vegetais e demais elementos que faziam parte da composição da praça em alguns recortes temporais de que temos registro fotográfico, iniciando em 1897 até a atualidade.

Na imagem datada de 1897 (figura 98), vemos um jardim com muitas camadas vegetais que não aparentam ser organizadas seguindo os dogmas dos estilos paisagísticos europeus. Nessa época o jardim contava com piso vegetal de crescimento rasteiro e textura fina, provavelmente composto por gramíneas. Existia também uma variedade de espécies arbustivas, com volume e texturas diferentes, juntamente com uma diversidade de herbáceas, fazendo com que o peso da composição esteja na parte inferior da paisagem.

A composição não tinha uma variedade de espécies arbóreas, sendo possível detectar apenas a presença das palmeiras imperiais que marcam a paisagem e delimitam o logradouro, no período desse registro as palmeiras ainda estavam em processo de crescimento. Seguindo para análise dos mobiliários e elementos decorativos, vemos somente o Chafariz Monumental construído antes da concepção da praça, não sendo possível detectar a presença de outros mobiliários.



Figura 98: Análise - Praça Barão de Campo Belo, 1897.

Fonte: Escritório Técnico do Médio Vale Paraíba/IPHAN-RJ, acervo digital, 1897.

Podemos observar nas imagens do início do século XX (figuras 99 e 100), uma composição um pouco menos volumosa, isso se dá pela diminuição da quantidade de espécies arbustivas e herbáceas, vemos também a presença de uma variedade maior de árvores e palmeiras dando um pouco mais de equilíbrio volumétrico para composição. Nas imagens é possível perceber a presença de um traçado, mas não é possível constatar sua intenção formal, a área próxima à Igreja Matriz, na parte alta da praça possui um volume maior de vegetação, enquanto a parte baixa, próximo à rua Barão de Vassouras, vemos predominar as forrações e as palmeiras.

Observamos a presença de elementos como: postes de iluminação, coreto e um pequeno lago, que não existiam anteriormente. A estrutura do coreto possuía uma linguagem projetual bem diferente da atual, podemos reparar a presença de uma cobertura cônica, pilares e guarda-corpo com barras que se cruzam. Sobre a presença de bancos, o Ofício nº 008/ETMP-IPHAN de 2013, disponibilizado pelo Escritório Técnico do Médio Paraíba, cita que desde 1920 já existiam bancos dispostos na praça, porém de modelo diferente dos que vemos atualmente, apesar disso, durante a pesquisa, não encontramos fotografias em que seja possível identificar a localização ou modelo desses bancos.



Figura 99: Análise – Praça Barão de Campo Belo 1915.

Fonte: Acervo do Museu Histórico Nacional – Álbum Iconográfico elaborado pela Prefeitura Municipal de Vassouras, 1934.



Figura 100: Análise - Praça Barão de Campo Belo, início século XX.

Fonte: Silva Telles, 1968.

Prosseguindo a análise, através das fotografias da década de 1950 (figuras 101 e 102), vemos o jardim com uma proposta formal bem diferente das anteriores, agora é possível observar a intenção projetual inspirada na linguagem paisagística Clássica-Romântica. Percebemos um esmero maior com a poda da vegetação, com o piso vegetal mais rente ao solo e algumas árvores e arbustos com a poda topiaria. O volume da massa vegetal é ainda menor do que no período analisado anteriormente, vemos arbustos enfileirados nas bordas dos canteiros e herbáceas com flores em algumas cavidades de pequenas profundidades e formato retangular, dentro do gramado. Além de árvores e arbustos vemos exemplares de cycas, que pertencem ao grupo de plantas atípicas, também se destacam na paisagem duas espécies de coníferas de grande porte, na parte baixa do jardim, acreditamos se tratar de dois pinheiros-bravos (*Pinus Pinaster*).

O coreto passou por uma reformulação na qual é atribuída características estilísticas Românticas através do uso de pedras artificiais e guarda-corpo de tronco, o mesmo aconteceu com o com o banco que fica no entorno da pequena figueira, também estruturado com troncos artificiais. Vemos o uso de postes de forma decorativa, com menor altura do que os usados anteriormente, eles têm corpo de ferro esculpido pintado na cor branca encimado por uma luminária protegida por um difusor esférico. Segundo o ofício de 2013 do Escritório Técnico do Médio Paraíba citado anteriormente, nesse período a praça já possuía o mesmo tipo e quantidade de bancos que vemos atualmente.



Figura 101: Análise - Praça Barão de Campo Belo, 1957.

Fonte: Silva Telles, 1968.



Figura 102: Análise - Praça Barão de Campo Belo Jardim de Vassouras, década de 1950.

Fonte: Acervo do Museu Histórico Nacional, 1950.

Nas imagens que acreditamos ser datadas da década de 1970/1980 (figuras 103 e 104) vemos a vegetação disposta como anteriormente, porém podemos notar o crescimento das espécies, o fato é nítido ao observarmos o aumento do porte dos cedrinhos (*Cupressus Lusitanica*) e arbustos. Nesse período, vemos os postes de iluminação pintados na cor preta. De acordo com o Escritório Técnico do Médio Paraíba entre os anos de 1985 e 1990 a praça contava com nove unidades de bancos, número menor do que na década de 1940 e 1950.



Figura 103: Análise - Praça Barão de Campo Belo, s/d.

Disponível em:

<https://pt.foursquare.com>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.



Figura 104: Análise - Praça Barão de Campo Belo, s/d.

Disponível em: <https://pt.foursquare.com>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.

Nos anos seguintes, praça continuou passando por mudanças, os exemplares de pinheiro-bravo foram retirados, assim como alguns arbustos, herbáceas e até mesmo alguns exemplares de palmeiras imperiais. A retirada ou degradação dessa vegetação, por vezes se deu pelo dano causado por intempéries, doenças e pragas, ou até mesmo por vontade de agentes do poder público e população. Alguns exemplares foram replantados como as palmeiras imperiais, já outros não, como por exemplo os pinheiros-bravos.

Em 2022, um cedrinho (*Cupressus Lusitanica*) foi arrancado pela força dos ventos e das chuvas que assolaram a região (figura 105), alguns meses depois o mesmo exemplar foi replantado (figura 106), mas aparentemente não sobreviveu (figura 107), mesmo assim, ainda é mantido na praça. Frequentemente as pequenas cavidades preparadas para o plantio de flores (figura 108 e 109), existentes desde a década de 1940, se encontram cobertas apenas por grama, por vezes são deixadas sem vegetação ou tem uma diversificação dos tipos de herbáceas, plantadas pelos jardineiros e até mesmo são introduzidos ou subtraídos exemplares pela população. Esses fatos, demonstram os problemas com manejo das espécies vegetais que a praça vem passando no decorrer do tempo.



Figura 105: Cedrinho arrancado em maio de 2022.

Fonte: Autor, 2023.



Figura 106: Cedrinho replantado em julho de 2022.

Fonte: Autor, 2023.



Figura 107: Cedrinho replantado em abril de 2023.

Fonte: Autor, 2023.



Figura 108: Cavidades para o plantio de herbáceas sem vegetação.

Fonte: Autor, 2023.



Figura 109: Cavidades para o plantio de flores sem vegetação.

Fonte: Autor, 2023.

Recentemente foram iniciadas as obras de iluminação subterrânea, que em prol da ambiência do Centro Histórico, embutirá toda a fiação elétrica que atrapalha a leitura dessa paisagem (figura 110). O trajeto que a rede fará será pelo interior da Praça Barão de Campo Belo, com o compromisso firmado de recomposição dos trechos afetados pela obra. A obra é fruto de um projeto cultural, por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, e em parceria com a Prefeitura de Vassouras. Vale salientar que a execução não se trata de obra realizada pelo Município, mas sim por pessoa jurídica privada de direito público, a qual é responsável pelo projeto cultural a ser realizado. A obra será executada em duas etapas, na qual a primeira foi aprovada pelo IPHAN, com recomendações quanto ao zelo da integridade dos elementos vegetais, dentre outras orientações que visam a proteção do bem de valor histórico.



Figura 110: Obra para execução de rede de iluminação subterrânea.

Fonte: Autor, 2023

Sobre o mobiliário, de acordo com o Escritório Técnico do Médio Paraíba, desde 2013, a praça voltou a ter treze unidades de bancos, assim como no período em que o conjunto foi tombado. Como foi dito anteriormente, em 2019 foi posto em prática um projeto de modernização da iluminação da praça, que passou a ter postes de 5,5m em alumínio, que fornecem iluminação por meio LEDs. O novo modelo de postes, apesar de ser mais econômico e iluminar melhor o ambiente da praça, em nada se parece com os da época de seu tombamento que acabou comprometendo a autenticidade do conjunto.



Figura 111: Praça Barão de Campo Belo em 2022, vista para a Igreja Matriz.

Fonte: Autor, 2023.



Figura 112: Praça Barão de Campo Belo em 2022, vista para o coreto.

Fonte: Autor, 2023.

O objetivo desta análise foi trazer série de mudanças que Praça Barão de Campo Belo sofreu no decorrer do tempo, apontando as perdas e adições de massas vegetais, dos mobiliários e elementos ornamentais. Vimos que em 1897 a praça possuía uma densa massa vegetal composta majoritariamente por arbustos e não contava com nenhum tipo de mobiliário. No início do século XX vemos a redução da quantidade de arbustos e a diversificação dos elementos arbóreos, nessa altura a praça já contava com postes de iluminação e bancos.

Nas fotografias da década de 1950 observamos o resultado da grande reformulação que a praça passou, sendo possível definir uma linguagem estilística, a Clássica-Romântica, por meio da organização da vegetação e novos mobiliários e elementos decorativos, muitos deles presentes até hoje na composição. Nas décadas de 1970 e 1980 vemos poucas mudanças ocorrendo na praça, mas é possível perceber evolução do crescimento da vegetação.

Após os anos 2000, muitas mudanças se sucederam, como a perda e a adição de vegetação e nova iluminação. Damos destaque também aos problemas com manejo das espécies vegetais que vem acometendo a autenticidades jardim histórico, bem como a execução das obras para embutimento da rede de iluminação, as quais não temos clareza de que todas as ações são pautadas nas recomendações do Manual de Intervenção em Jardins Históricos, ou as Cartas Patrimoniais de Florença (1981) e Juiz de Fora (2010). Podemos perceber que apesar de seu tombamento, a Praça Barão de Campo Belo vem sofrendo uma série de intervenções que prejudicam a manutenção de sua autenticidade, principalmente quando nos referimos aos elementos vegetais, que tem seus cuidados negligenciados pelo poder público.

4. CONSERVAÇÃO DE JARDINS HISTÓRICOS, O CASO DA PRAÇA BARÃO DE CAMPO BELO

Neste capítulo será elaborada uma análise crítica dos aparatos legais da esfera municipal e federal que determinam as diretrizes de intervenção Conjunto Paisagístico e Urbanístico de Vassouras/RJ e sua relação com a proteção da Praça Barão de Campo Belo. Nos apoiaremos no Manual de Intervenções em Jardins Históricos elaborado por Delphin (2005) para busca de soluções técnicas e estabelecimento de critérios para futuras intervenções conservacionistas na Praça Barão de Campo Belo. Por fim, serão verificadas as hipóteses da pesquisa.

4.1. A conservação da Praça Barão de Campo Belo

Existem algumas ferramentas no âmbito federal e municipal que visam a resguardar o Sítio Histórico de Vassouras, que abrange a Praça Barão de Campo Belo contra qualquer dano, fornecendo instruções sobre medidas apropriadas para sua proteção, dentre elas temos a Lei Municipal nº 1.099/1978 que dá normas para o Planejamento Físico e Territorial do Município de Vassouras, a Portaria nº 12/86 IPHAN que determina as diretrizes de intervenção no Conjunto Paisagístico e Urbanístico de Vassouras/RJ, a Lei nº 2.831/2015 que trata do Código de Posturas, onde são instituídas as medidas de polícia administrativa do município e por fim os Planos Integrados de Vassouras que ainda não foram implementados e se encontram em fase discussão. Faremos uma exposição de como esses planos foram desenvolvidos e qual a relação de cada um deles frente a salvaguarda da Praça Barão de Campo Belo.

4.1.1. Lei Municipal nº 1.099/1978.

Em 1971, aconteceu em Salvador o II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, resultando o Compromisso Salvador. Fez parte deste documento a recomendação de criação do Ministério da Cultura e Secretarias, elaboração de legislação para aumentar o conceito de visibilidade do bem tombado e proteção mais eficiente. O fomento da indústria do turismo também foi pauta do Compromisso, marcando o estímulo à implantação de turismo visando a preservação e valorização dos monumentos naturais. Do encontro surgiu o Programa Integrado das Cidades Históricas do Nordeste (1973), expandido em 1975, para todas as regiões do país (MOTTA; THOMPSON, 2010, p.44). Com a difusão do programa, o Estado do Rio de Janeiro por meio da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral desenvolveu o Planejamento Físico e Territorial do Município de Vassouras (PFTMV), no ano de 1978 (MIRANDA, 2017, p. 42).

Posteriormente, outras tentativas de elaboração de projetos de desenvolvimento e ocupação urbana para o município de Vassouras foram empreendidos, uma em 1991 denominado Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Vassouras e outro em 2006 intitulado como Plano Diretor Participativo (PDP). Nenhuma das tentativas tiveram suas etapas concluídas, fazendo com que vigore até hoje as leis de uso e ocupação do solo da década de 1970 (MIRANDA, 2017, p. 42).

O Planejamento Físico e Territorial do Município de Vassouras (1978) tem como objetivo a regulamentação do processo de crescimento urbano e ressalta que diversas cidades do Estado vêm sofrendo consequências negativas por não estarem preparadas para as demandas turísticas, gerando problemas para o meio ambiente e afetando a qualidade de vida da população, essa crescente demanda turística traz à tona a necessidade de proteger e valorizar o patrimônio histórico. O plano possui duas etapas, uma que trata da Caracterização e Proposições e outra que apresenta as Legislações. A etapa que trata das leis, são compostas pelo Plano de Zoneamento da Cidade e Código de Obras, ainda em vigor (MIRANDA, 2017, p. 42 e 43).

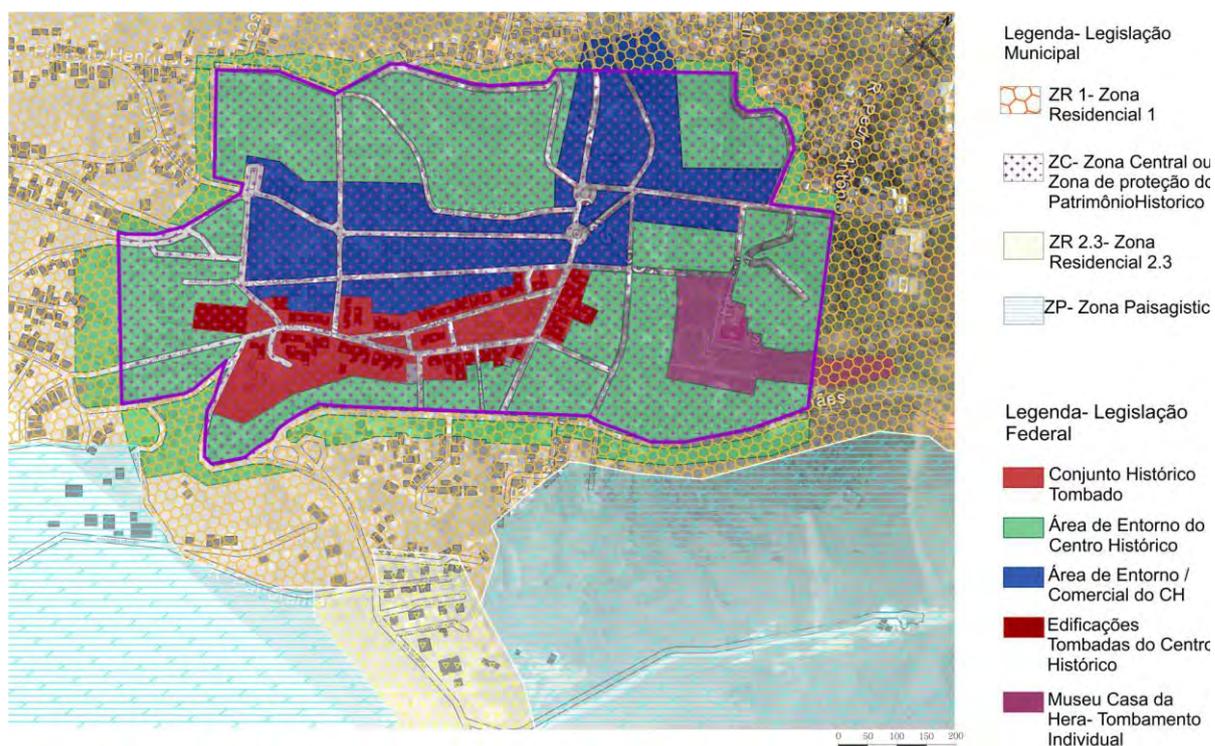


Figura 113: Mapa setorização da legislação vigente – Municipal e Federal.

Fonte: Miranda, 2017.

O Plano de Zoneamento teve suas diretrizes pautadas no “centro histórico”, nas “encostas dos morros”, no “adensamento x infraestrutura”, nas “áreas de expansão” e na “localização dos estabelecimentos industriais” (PFTMV, 1978, p.74 apud MIRANDA, 2017,

p. 43). Para isso, setorizou o zoneamento do município de Vassouras em: área de tombamento federal e seu entorno como Zona Central (ZC) ou Zona de Proteção do Patrimônio Histórico que inclui o Museu Chácara da Hera, Zona Residencial 1 (ZR1), Zona Residencial 2 (ZR 2.1, ZR 2.2 e ZR 2.3), Zona de Proteção Paisagística (ZP) onde está contido o Morro da Vaca que confere emoldura a paisagem do Centro Histórico (figura 113). Além destes setores, são definidas as Áreas de Expansão Urbana (AEU1, AEU2 e AEU3).

Como diretrizes restritivas para a Zona Central (ZC) ou Zona de Proteção ao Patrimônio Histórico temos:

- Evitar a renovação urbana excessiva;
- Evitar desproporções nas alturas dos prédios do conjunto, limitando-se a altura máxima de 8,50 metros;
- Evitar instalações de grandes casas de comércio, permitindo-se construções com até 400m², o que ocuparia no máximo, um lote;
- Evitar que as construções novas, bem como as reformas nas fachadas e coberturas, destoem do conjunto;
- Estimular a descentralização dos serviços, tais como escolas para bairros; (PFTMV, 1978, p.75).

É possível perceber a preocupação com a proteção do patrimônio construído através de diretrizes ligadas a ocupação e uso do solo, gabaritos, taxa de ocupação e afastamentos, vemos também diretrizes voltadas para as encostas verdes que emolduram o centro histórico, chamada de Zona Paisagística. Apesar da Praça Barão de Campo Belo fazer parte da paisagem do Centro Histórico e contribuir para sua ambiência, não há diretrizes voltadas para a proteção desse jardim histórico nessa normativa elaborada pela esfera municipal.

Após a instalação do Escritório Técnico do Médio Paraíba - IPHAN em Vassouras, no ano de 1984, foram revisadas as diversas alterações realizadas no Plano Diretor 1978 elaborada pela Câmara de Vereadores. Com isso, a equipe do escritório técnico viu a necessidade de uma normatização federal voltada para gestão da área de entorno do Conjunto Tombado. Assim, no ano de 1986, solicitou que fossem mantidos estes parâmetros na legislação federal, resultando na edição da Portaria nº 12/86 IPHAN (MIRANDA, 2017, p. 44).

4.1.2. Portaria nº 12/86 IPHAN

Atualmente o instrumento federal que determina as diretrizes de intervenção no Conjunto Paisagístico e Urbanístico de Vassouras/RJ é a Portaria nº 12, publicada em 18 de setembro de 1986 pelo IPHAN, o documento é um dos primeiros a ser publicado com a intenção da proteção de um Sítio Histórico e a delimitação de seu entorno.

Sua normativa é pautada no cumprimento do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro 1937, e no dever do poder público de zelar pela visibilidade e ambiência do Conjunto Histórico, sendo necessário definir os critérios de proteção a serem adotados, além de consolidar diretrizes de intervenção evitando a descaracterização do conjunto (PORTARIA Nº12 IPHAN, 1986, p. 1).

A construção da Portaria 12/86 tem como base de ação os parâmetros previstos no Códigos de Obras e na Lei de Zoneamento vigentes no município de Vassouras voltados para área de proteção ao patrimônio. Na figura 113 elaborada por Miranda (2017), podemos observar no mapa de setorização do município a concordância entre os critérios da esfera municipal e federal (MIRANDA, 2017, p.48).

A Portaria discrimina três áreas para observância de quaisquer intervenções, são elas: Área 1 é relativa ao Conjunto tombado, a Área 2 ao Entorno da área tombada e a Área 3 aos logradouros comerciais da área de entorno. O mapa anexo à Portaria 12/86 IPHAN (figura 114) delimita a área tombada (Área 1), indicando também os limites do entorno (Áreas 2 e 3).

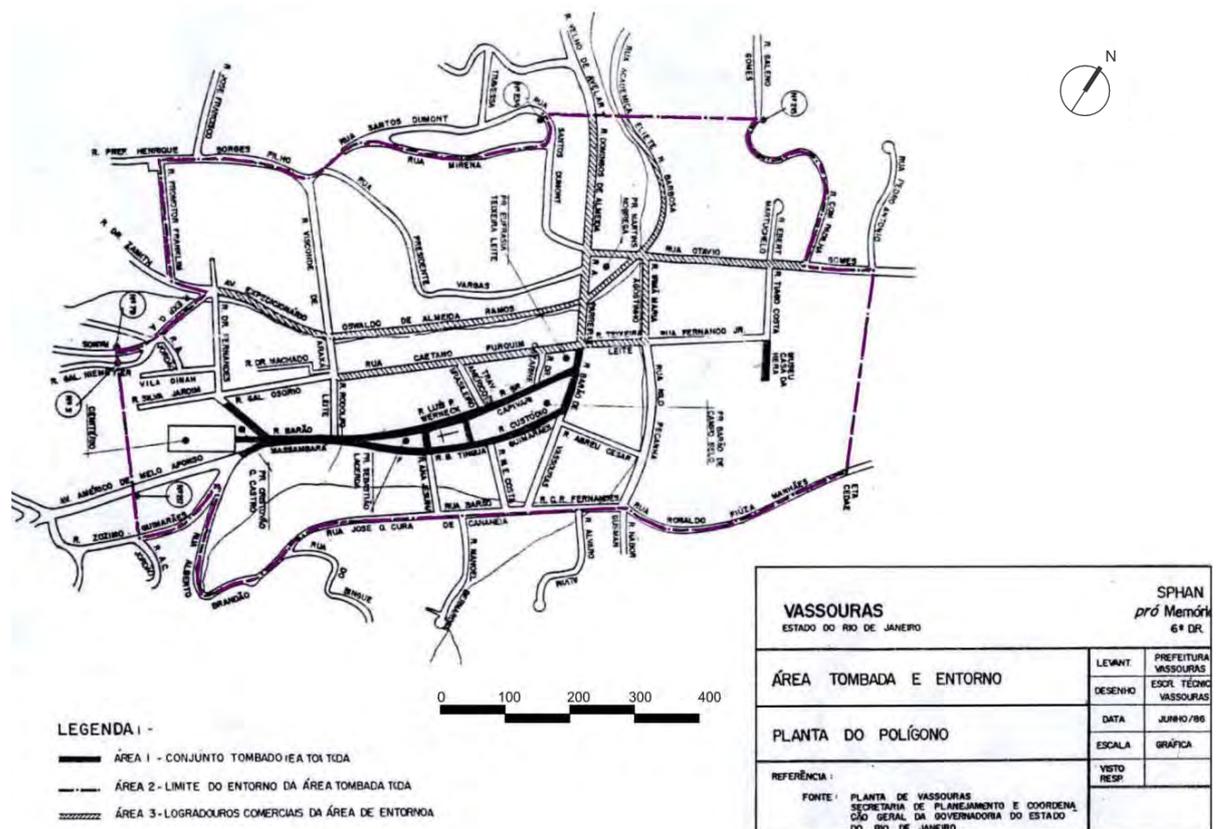


Figura 114: Portaria nº12/86 – Áreas mapeadas.

Fonte: Processo n.º 007-E/86 - SPHAN/RJ.

Temos como interesse do nosso estudo a área referente ao conjunto tombado, por nela estar contida a Praça Barão de Campo Belo com o Chafariz Monumental, as ruas e praças

marginais, para essa área não se permite qualquer parcelamento de solo e as intervenções têm que ser objeto de análise individual. De acordo com trecho do referido documento

I- Área 1 - Conjunto tombado. É constituído pela Praça Barão de Campo Belo com o chafariz monumental e as ruas e praças marginais: Praça Eufrásia Teixeira Leite, trecho da Rua Barão de Vassouras, Rua Barão de Capivari e Rua Custódio Guimarães; Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e ruas marginais: Rua Barão de Tinguá e Rua Guilherme Werneck; Praça Sebastião de Lacerda, com o chafariz de Pedro II; Rua Barão de Massambará; Praça Cristovão Corrêa e Castro e Cemitério de Nossa Senhora da Conceição, compreendendo o tombamento não só as construções públicas e particulares situadas nos referidos logradouros, mas também as peculiaridades destes, e, particularmente, sua arborização.

Parágrafo 1º - Fica proibido qualquer tipo de parcelamento na área acima descrita.

Parágrafo 2º - Não serão permitidas quaisquer construções ou acréscimos na área acima descrita, excetuando-se reconstrução de imóvel ruído, desde que, por documentação fotográfica e desenhos arquitetônicos, seja possível a recomposição fiel da primitiva edificação.

Parágrafo 3º - A exceção prevista no parágrafo anterior será objeto de exame por esta Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que, à vista do projeto apresentado, poderá aprová-lo ou não (PORTARIA Nº12 IPHAN, 1986, p. 1 e 2).

Em seu artigo 3º, a Portaria faz menção aos elementos naturais que compõe a paisagem e revela que a SPHAN, atualmente nomeada como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional (IPHAN), poderá estabelecer restrições referentes a inalterabilidade de aspectos paisagísticos e a manutenção de arborização, caso seja necessário para a preservação da ambiência do conjunto tombado e seu entorno (PORTARIA Nº12 IPHAN, 1986, p. 3).

A Portaria nº 12/86 traz um avanço para proteção da Praça Barão de Campo Belo ao estabelecer restrições diretas as intervenções na praça, zelar pelo seu estado de conservação e condicionar toda intervenção ao crivo de seus técnicos que se apoiarão nos documentos e recomendações que visam a proteção dos jardins históricos.

4.1.3. Lei nº 2.831/2015 Código de Posturas do Município de Vassouras

A lei nº 2.831/2015, atualmente em vigor, institui o Código de Posturas de Município de Vassouras, onde o poder municipal atua através de medidas de polícia administrativa. O código deixa claro as relações entre o poder público e a sociedade, a fim de estabelecer normas disciplinares que tem como objetivo manter a ordem, higiene, moral, sossego e a segurança pública do município e destaca que tais medidas também são relativas ao conjunto paisagístico urbanístico de Vassouras e seu entorno (LEI Nº 2.831,2015, p. 1).

Em seu título VI a lei versa sobre a defesa estética e paisagística da área histórica, com o objetivo de estabelecer condições específicas, que visam a proteção do conjunto contra intervenções que o descaracterize. A normativa entende área histórica como a área que engloba os bens protegidos por tombamento municipal, estadual ou federal. Define três ambiente de

atuação, Ambiente 1- Área tombada, Ambiente 2-Área de Proteção imediata, Ambiente 3- Demais logradouros inclusos na Portaria nº 12/86 ou outra que vier a ser delimitada pelos órgão responsáveis pelo tombamento (LEI Nº 2.831,2015, p. 17).

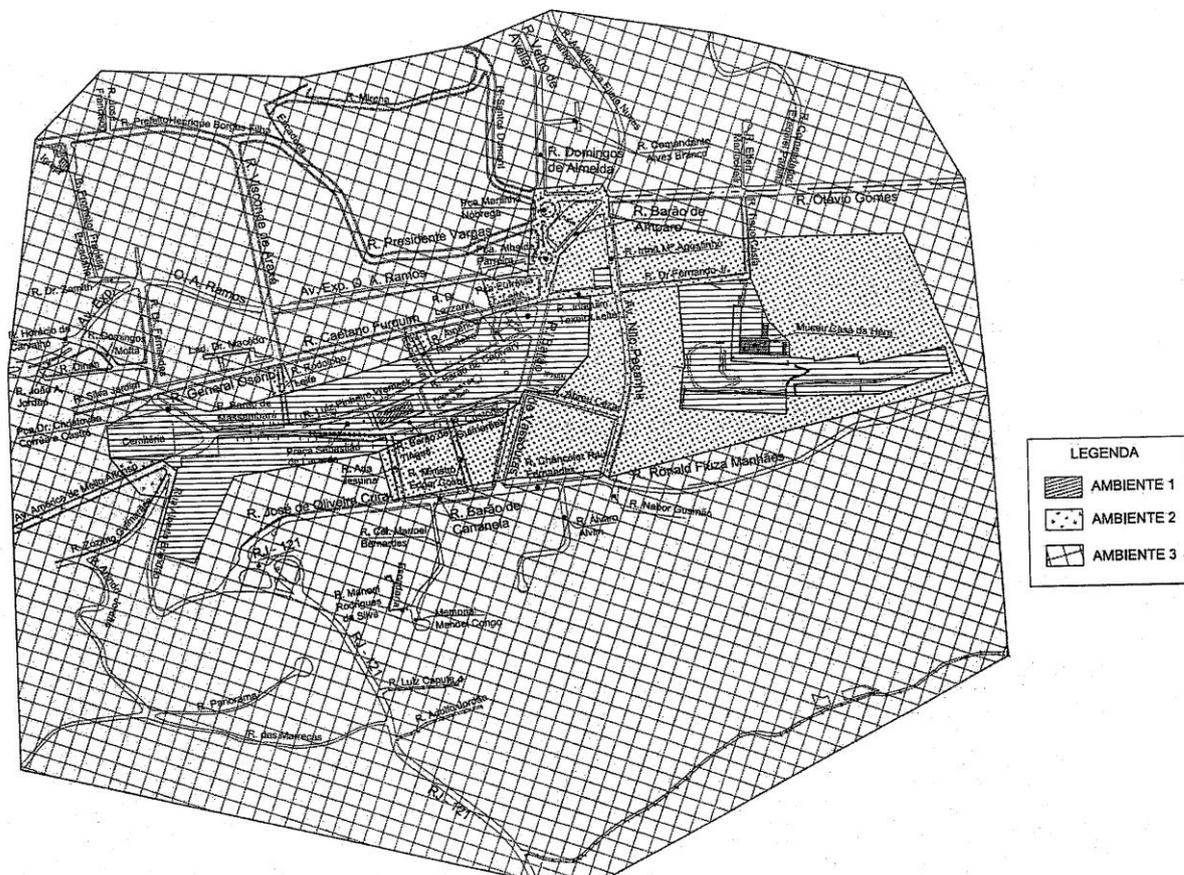


Figura 115: Delimitação dos Ambientes I, II e III.

Fonte: Lei nº 2.831/2015 Código de Posturas do Município de Vassouras, 2022.

São entendidas como intervenção, a execução de obras e instalação de aparelhos e equipamentos na área externa das edificações, de modo que comprometa o estilo arquitetônico ou ambiência da área histórica. Para análise do código, iremos nos ater as normas cabíveis as intervenções no Ambiente 1 e as demais que englobam nosso estudo de caso, a Praça Barão de Campo Belo.

No capítulo I do mesmo título, a norma impõe proibições quanto a instalação de equipamentos como placas, ar condicionado, antenas, reservatórios de água e etc., sem a autorização prévia dos órgãos competentes, com objetivo de proteger o contexto paisagístico da praça e de todo centro histórico (LEI Nº 2.831,2015, p. 19). As ações de proteção se estendem a ocupação do comércio de rua, onde os ambulantes são autorizados a trabalhar no ambiente 1 apenas em bancas de feira de artesanato na Rua Joaquim Teixeira Leite (Paqueras) e interior de imóveis (LEI Nº 2.831,2015, p. 22).

Inclui também a proibição da circulação de veículos pesados ou com som automotor ativado em níveis sonoros acima do permitido na área histórica, protegendo a integridade dos imóveis e conforto dos moradores e transeuntes (LEI N° 2.831,2015, p. 23). Fica vetada a ocupação do passeio e logradouro público sem aprovação. Como também, não é permitido destruir, inutilizar ou deteriorar os bens protegidos por lei (LEI N° 2.831,2015, p. 27).

O título X é direcionado a todos os parques, jardins e espaços verdes do município, o que inclui a Praça Barão de Campo Belo, e veda as seguintes ações:

- a. Confeccionar e consumir refeições, ou acampar, fora dos locais assinalados como proibidos;
- b. Permanecer nas suas áreas após o seu horário de encerramento, sem a devida e prévia autorização;
- c. Entrar e circular com qualquer tipo de veículo, salvo com prévia e expressa autorização, permitida a entrada e circulação de viatura do serviço público, cadeiras de roda, carrinhos de bebê, triciclos, bicicletas e carrinhos infantis, desde que não proibido por norma específica.
- d. Passear com animais, salvo se devidamente acalmados e contidos por guias, correntes ou trelas;
- e. Passear com qualquer animal em parques desportivos ou infantis;
- f. Corte, colheita ou dano causado a flores e plantas em geral, bem como o corte ou quebra de ramos de árvores e arbustos;
- g. Uso dos lagos, chafarizes e fontes para banho ou pesca, e lavagem de objetos e equipamentos, bem como lançar aos mesmos quaisquer objetos, líquidos ou detritos;
- h. Praticar jogos organizados, fora dos locais, condições e horários previstos para tal, sem obtenção prévia e expressa autorização;
- i. Caçar, perturbar ou molestar os animais que vivam nos parques, jardins e espaços verdes;
- j. Ascender fogueiras de qualquer tipo;
- k. Lançar águas polidas ou provenientes de limpezas domésticas, ou ainda quaisquer imundices e detritos;
- l. Apascentar gado bovino, ovino, caprino ou equino;
- m. Comercializar sem a prévia e expressa autorização escrita e pagamento de taxa prevista por lei;
- n. Permitir que animais evacuem em quaisquer dessas zonas, sem que o acompanhante apanhe o dejetos colocando-o em saco plástico e o deposite, de forma salubre, em coletores previstos para esse fim, admitindo a única exceção de cães-guias deficientes visuais;
- o. Urinar ou defecar fora dos locais expressamente destinados para esse fim;

p. Destruir ou danificar as placas de sinalização, monumentos, estátuas, fontes, esculturas, dispositivos de rega ou quaisquer tipos de mobiliário urbano existentes nesses locais (LEI N° 2.831,2015, p.46).

Ainda proíbe a utilização de aparelhos de som, nos jardins e espaços verdes. No Capítulo II do mesmo título, há uma preocupação, em especial, com a arborização do local, não permitindo nenhuma ação que degrade sua estrutura. Por isso, não é autorizado destruir, cortar, golpear ou colher nenhuma espécie vegetal (LEI N° 2.831,2015, p.47). O descumprimento de todas as normas citadas aqui, sujeitarão o infrator o pagamento de multas.

O título VI que se refere Defesa Estética e Paisagística da Área Histórica trata em vários aspectos a proteção da ambiência do Centro Histórico, com normas voltadas para possíveis intervenções, impedindo obras e implantação de qualquer elemento que possa interferir na paisagem da área tombada. Voltado para os jardins, áreas verdes e arborização da cidade temos o título X que dá disposições que complementam o anterior, ao prezar pela proteção dessas áreas de forma específica. Podemos perceber que o Código de Postura de Vassouras está em consonância com os instrumentos que ditam a proteção das áreas protegidas e dos jardins históricos, mas ainda são necessárias revisões e outros aparatos que complementem a normativa, além de uma firme e eficaz fiscalização.

4.1.4. Planos Integrados de Vassouras (PIV)

O poder público municipal está desenvolvendo os Planos Integrados de Vassouras que tem como objetivo atualizar importantes marcos legais urbanos com intuito de criar bases para o planejamento do desenvolvimento do território municipal. O plano prevê: a revisão do Plano Diretor Municipal de Vassouras e da legislação urbanística complementar (leis de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo); a revisão e complementação do Código de Obras e do Código de Posturas e a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana. A ação iniciada no ano de 2020 têm previsão de término o ano de 2023.

O plano que está em sua etapa de anteprojeto de lei, resulta de amplo processo de trabalho que envolveu estudos diversos, debates públicos, reuniões técnicas entre a equipe contratada para sua execução e os técnicos da Prefeitura Municipal de Vassouras. O anteprojeto de lei para o Plano Diretor de Vassouras, alicerça as iniciativas em um desenvolvimento urbano sustentável e a valorização do patrimônio cultural e a história de Vassouras.

Para fins de estudo e análise iremos citar apenas as questões presentes no plano que tangenciam ou dizem respeito ao trato para com Praça Barão de Campo Belo.

O tema da normativa que trata das diretrizes temáticas, em seu Capítulo II, apresenta as diretrizes para a proteção do patrimônio cultural, dentre elas temos: o compromisso em reforçar a noção de “cidade histórica” como eixo estruturante do projeto de desenvolvimento municipal; a valorização dos bens de importância histórica, cultural e paisagística por meio de conservação e recuperação; considerar a contextualização do Centro Histórico de Vassouras na paisagem para a definição da legislação urbanística, sendo importante a preservação, sem interferências da vista panorâmica da Praça Barão de Campo Belo. (PLANOS INTEGRADOS DE VASSOURAS – PLANO DIRETOR E LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA, 2022, p.16)

Sobre o tema da normativa que trata do ordenamento do território municipal temos uma atualização do zoneamento urbano em seu Capítulo II. O plano sugere que o município seja dividido em sete zonas, são elas: 1-Zona Central, 2-Zona de Qualificação Urbana, 3-Zona de Integração Urbana e Social, 4-Zona de Concentração Urbana, 5-Zona de Proteção Paisagística, 6-Zona Especial de Interesse Social e 7-Zona de Expansão Urbana.

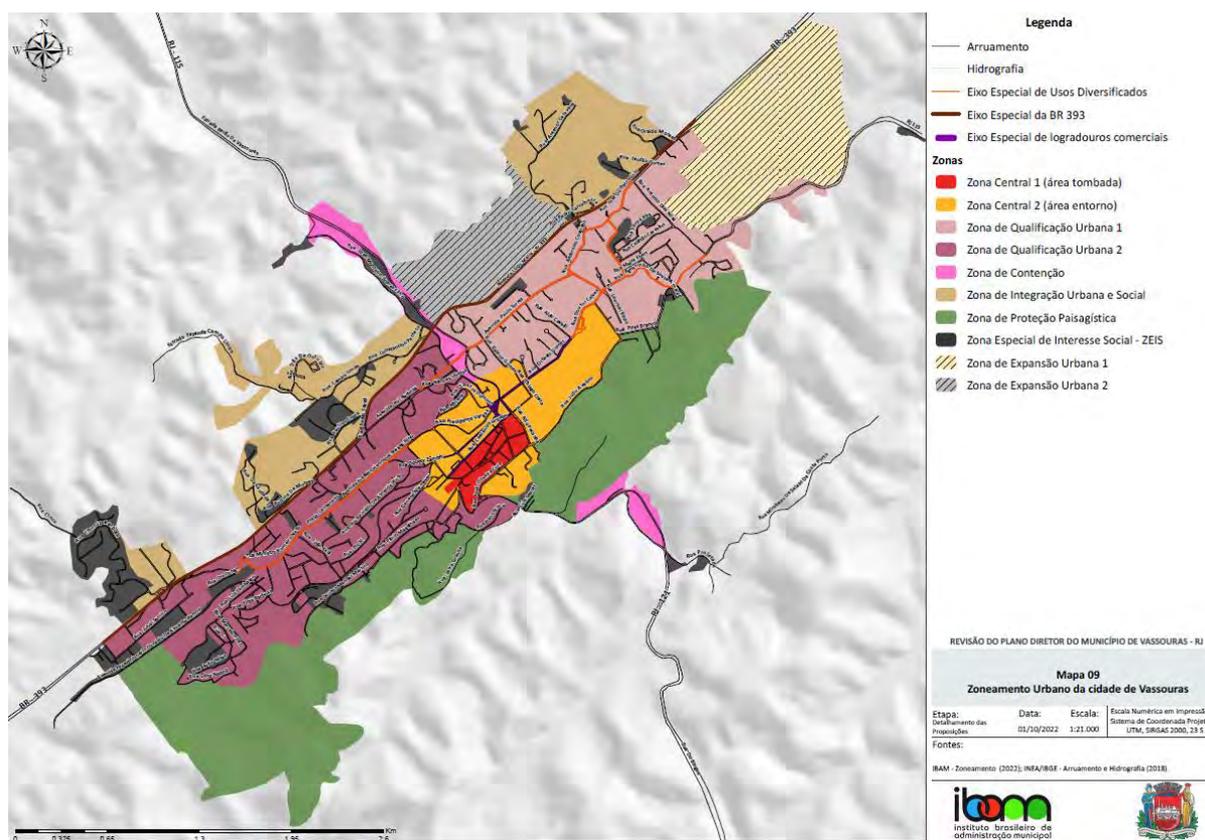


Figura 116: Zoneamento Urbano da cidade de Vassouras.
 Fonte: Planos Integrados de Vassouras, 2022.

Dentre as divisões do zoneamento que ditam critérios para o Centro Histórico e para a área em que este localizada a Praça Barão de Campo Belo temos: 1-Zona Central, 2- Zona de Qualificação Urbana

A Zona Central (1), está subdividida em duas, onde a primeira corresponde ao Conjunto Tombado do Centro Histórico e a segunda abrange as quadras do entorno do conjunto. São finalidades dessa zona a proteção dos bens tombados, a manutenção da qualidade urbana do centro histórico e sua ambiência, bem como, a compatibilização da legislação municipal com as disposições do IPHAN (PLANOS INTEGRADOS DE VASSOURAS – PLANO DIRETOR E LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA, 2022, p.40).

A Zona de Qualificação Urbana (2) corresponde as áreas de ocupação consolidada que requerem melhorias urbanísticas para qualificação dos espaços públicos e ambientes construídos. Esta zona também está subdividida em Zona de Qualificação Urbana 1, que corresponde ao trecho de urbanização consolidada de bairros voltados para a vista panorâmica do alto da Praça Barão de Campo Belo e Zona de Qualificação Urbana 2, que abrange o trecho urbanizado localizado atrás da Igreja Matriz. A área de qualificação urbana tem como objetivo, garantir a preservação, sem interferência, da paisagem da Praça Barão de Campo Belo, orientar o aproveitamento do solo, respeitando as tipologias existentes, os parâmetros urbanísticos em especial os gabaritos, a promoção do desenvolvimento urbano que respeite a ambiência da cidade, dentre outros (PLANOS INTEGRADOS DE VASSOURAS – PLANO DIRETOR E LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA, 2022, p.41).

A Zona de Proteção Paisagística (5) tem como objetivo, preservar a paisagem que emoldura o Centro Histórico, promover o reflorestamento do Morro da Vaca, garantir a recuperação e preservação de fragmentos florestais existentes, ampliar o conforto térmico e ambiental da área urbana e conter a expansão de ocupações irregulares (PLANOS INTEGRADOS DE VASSOURAS – PLANO DIRETOR E LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA, 2022, p.42).

Dentro da mesma temática, temos o Capítulo V, que trata do sistema de áreas verdes e espaços públicos, sendo esses compostos por: praças, parques, áreas verdes e demais espaços destinados a recreação, lazer e a conservação ambiental. Em seu parágrafo único, a normativa reforça que a gestão dessas áreas deve ser considerada como de especial atenção e cita que, os jardins históricos deverão ser protegidos e conservados seguindo os parâmetros estabelecidos pelas Cartas de Jardins Históricos de Florença (1981) e Juiz de Fora (2010). O artigo 86 revela a importância do monitoramento contínuo desses espaços para que seja possível definir ações públicas e investimentos voltados para garantia de sua qualidade. Por fim, no artigo 87 observa-se que os investimentos voltados para o sistema de áreas verdes e espaços públicos devem priorizar a preservação e valorização de espécies vegetais, jardins e áreas de interesse histórico,

cultural e paisagístico, além de diversas outras ações voltadas para a manutenção, integração e restauração da paisagem natural.

Nos Planos Integrados de Vassouras vemos uma preocupação maior em garantir a integridade e a proteção da paisagem que compõe a Praça Barão de Campo Belo e o Centro Histórico, é possível observar também diretrizes um pouco mais detalhadas sobre a proteção da praça. O Plano revela a importância do jardim histórico, que deve ter cuidados especiais e monitoramento contínuo, seguindo as recomendações presentes nas Cartas de Florença (1981) e Juiz de Fora (2010) e também demonstra a preocupação as áreas verdes, e prioriza a preservação e valorização das espécies vegetais em jardins e áreas de valor histórico.

4.1.5. Operações para preservação de um jardim histórico

O Manual de Intervenção em Jardins Históricos elaborado por Delphin (2005), faz parte de um conjunto de manuais editados pelo IPHAN, que se destina aos técnicos dos órgãos de patrimônio em âmbito federal e estadual, a administração municipal e aos profissionais liberais empenhados na preservação, restauração e proteção de jardins que estejam submetidos a qualquer forma de proteção.

Utilizaremos as noções dadas nesse manual para busca de soluções técnicas e estabelecimento de critérios para futuras intervenções conservacionistas na Praça Barão de Campo Belo.

Os princípios de boas práticas de preservação servem como embasamento para identificação e proteção de bens culturais, sendo assim, temos nas cartas patrimoniais a determinação de condições essenciais que não podemos deixar de levar em consideração. A intervenção em jardins históricos é uma prática complexa e abrangente que se sobrepõem a execução apenas das técnicas de restauração. É muito importante estabelecer valores culturais que se pretende preservar, pois “qualquer ação de preservação, deve garantir a proteção e autenticidade do sítio cultural, prolongar a duração de sua integridade e assegurar a interpretação de seus valores para o público” (DELPHIN, 2005, p. 36).

4.1.5.1. Identificação

Delphin (2005) define identificação como “a ação ou conjunto de ações de reconhecimento e registro ordenado de um bem cultural ou de um conjunto de bens culturais de determinado contexto” (DELPHIN, 2005, p. 37). A análise do sítio em que se pretende intervir é essencial para sua identificação de forma adequada. As intervenções em jardins

históricos devem ser pautadas no reconhecimento e na definição do bem e de sua relação com o entorno.

Para executar a restauração de um jardim histórico, devem ser elaborados diversos estudos baseados em fontes bibliográficas, iconográficas, cartoriais, arquivísticas, entre outras, para que se tenha a compreensão de fatores como: a posição do sítio no contexto territorial ou no tecido urbano, aspectos tipológicos e formais, sistemas construtivos da obra original, assim como eventuais acréscimos ou modificações (DELPHIN, 2005, p. 37).

Um levantamento completo e rigoroso, transmite a consciência e o respeito que os executores da ação têm para com o patrimônio, que é parte da identidade de uma sociedade atual. Ao restaurar um jardim deve-se evidenciar os valores que se deseja preservar, estabelecer estratégias de preservação, com programas de conservação e manejo que incluem o monitoramento por meio de inspeções regulares, manutenção e controle ambiental (DELPHIN, 2005, p. 37). De acordo com Delphin (2005), para identificação de um jardim histórico devemos levar em consideração os seguintes dados (DELPHIN, 2005, p. 38 a 44):

- Localização

Especificação sobre o Estado, Município, enquadramento cartográfico em que o jardim se encontra.

- Dados cartoriais e jurídicos

Levantamento da legislação aplicada a área considerando as diversas esferas do poder público, bem como a identificação das lacunas legais que incidem sobre a proteção do bem.

- Informações sobre o meio físico

Estão ligadas as características da geografia do lugar, para obter dados sobre o meio físico é necessário fazer levantamentos sobre o relevo, a estrutura, a topografia, dentre outros.

- Levantamento edáfico

Está relacionado às características da água que encontramos no local, que podem estar presentes na superfície ou no subsolo, em lagos, tanques, etc., e também é ligado à classificação climática, através de características como temperatura, ventos, umidade, qualidade do ar, etc.

- Informações sobre o meio biológico

Corresponde ao levantamento e mapeamento da fauna e flora existente. Sobre a investigação do elenco vegetal é necessário observar se existem áreas de vegetação natural, espécies dominantes, endemismos, espécies raras, protegidas, de valor econômico e

histórico e etc. A fauna deve ser caracterizada levando em consideração as espécies nativas, exóticas, raras, introduzidas, ameaçadas de extinção e etc.

- Informações sobre o meio antrópico

Elencam dados socioeconômicos, culturais e todas as atividades antrópicas importantes para a proteção do bem, podemos citar como exemplo: o processo histórico de ocupação, ocupação e uso do solo, sistemas viários, atividades desempenhadas no local, intervenções aéreas ou subterrâneas, dentre outros.

Recomenda-se que durante a análise, sejam registrados em plantas, todos os elementos e equipamentos que compõem o local, mesmo os que se pretende remover. Após as investigações a análise de arqueólogos sobre os estratos subterrâneos revelarão elementos importantes para história do local.

É muito importante que a vista privilegiada da paisagem seja preservada, sem interferência. Todos os ângulos e eixos visuais essenciais para contemplação da paisagem e dos elementos de valor que compõem o jardim devem ser preservados, para isso, é necessária uma investigação por meio de registros que identifiquem os pontos positivos que compõem a paisagem.

Caso o traçado da composição não pareça correto ou exista a intenção de alterá-lo de maneira a retornar a sua forma original é necessário que haja o registro do jardim como foi encontrado no momento do reconhecimento, precisam ser registradas características como: tipo de pavimentação, caminhas, aleias, trilhas, ruas, vias, e etc.

É preciso identificar e registrar a presença de áreas naturais e suas características, a existência e influência de atividades favoráveis ou ameaçadoras ao patrimônio que se pretende preservar, como planos de desenvolvimento, tráfego de pessoas e veículos, edificações circundantes e outras.

- Pesquisa histórica

A pesquisa histórica traz subsídios para que seja possível identificar o significado histórico do jardim, é preciso elencar uma série de estudos e levantamentos, bibliográficos, iconográficos, arquivológicos, dentre outros.

- Pesquisa bibliográfica

É o estudo e levantamento dos registros escritos e documentação disponível a respeito do jardim que se pretende identificar. Esses registros fornecem informações importantes e detalhadas para o restauro e intervenções de outra natureza.

- Informações de arquivo

São acessadas em bibliotecas, coleções, cartórios, inventários, dentre outras fontes. Através de informações contidas em arquivos, podemos descobrir pormenores como: a data do plantio, metragem da área plantada, tipos de vegetação utilizada, ornamentos e mobiliários, registro ou descrição da propriedade ou terreno e etc.

- Pesquisa iconográfica

É uma pesquisa pautada em um repertório de imagens, que podem ser pinturas do local ou de paisagens, gravuras, desenhos e esboços, mapas, fotografias e filmes. Essas fontes devem ser estudadas com cuidado, para que sejam encontrados dados sobre a vegetação, o padrão de suas folhas, porte, ou sobre os ornamentos, traçado, caminhos, etc.

- Investigação arqueológica

É necessário para a descoberta de aspectos ou elementos desaparecidos. As escavações arqueológicas devem ser coordenada por técnicos da área, para que não ocorra nenhum dano ou perda de matérias valiosos para história do local. Esse tipo de investigação, quando feita em um jardim, deve estar alinhada com o projeto paisagístico e fundamentada em uma rigorosa pesquisa histórica com a finalidade de evitar escavações desnecessárias.

- Entrevistas

Por vezes o relato oral pode ser a única fonte de informação sobre o jardim estudado, por isso é importante entrevistar pessoas moram próximo ao local e principalmente pessoas idosas, frequentadores do jardim que conheceram a forma e dinâmica do passado do local. É importante salientar que nem sempre as entrevistas são fontes de informações confiáveis, mas é válido fazê-las pois podem ser descobertas informações importantes.

- Registro fotográfico

Deve ser feito um acompanhamento amplo por meio de registros fotográficos do jardim em questão. Antes da intervenção, será necessário fazer uma série de fotografias do bem, que devem ter seus ângulos e pontos de vista referenciados em planta. As fotografias deverão ser numeradas e etiquetadas com todas as informações necessárias para sua identificação.

Esse tipo de registro pode ser feito por diversas perspectivas de detalhamento, que servirão como referência futura. As vistas de maior interesse devem ser sempre indicadas, podendo ser do interior do jardim para o exterior ou vice-versa. Ter

armazenado uma série de fotografias do local é útil para auxiliar os projetos de intervenção e para divulgação do bem para conselhos, grupos e membros da sociedade que estão de alguma forma associados ao jardim histórico.

- **Representação gráfica**

Todas as informações coletadas nos jardins históricos devem ser registradas em forma de textos e elementos gráficos. Dependendo da extensão e complexidade do jardim estudado, será necessário informações sobre o meio físico, meio biológico e meio antrópico como veremos a seguir:

- **Meio físico**

É feito o levantamento das plantas topográficas atuais e antigas, que contenham detalhes sobre os aspectos físicos do terreno, bem como seus limites e seus elementos naturais, também são de interesse mapas planialtimétricos, mapas dos elementos hidrológicos, mapas dos elementos geológicos e mapas climatológicos.

- **Meio biológico**

É elaborado o mapeamento da vegetação com a distribuição dos diversos extratos que podemos achar na composição, como os: arbóreos, arbustivos, herbáceos, etc. Também deve ser feito o mapeamento da fauna existente.

- **Meio antrópico**

É entendido por meio de mapas de indicações de acesso de pedestres e veículos, mapas das instalações subterrâneas como as de esgoto, elétrica, telefonia e lógica, irrigação e outros, mapas dos elementos ornamentais inseridos no jardim, mapas arqueológicos, mapas com os principais usos e função da terra, mapas com os usos dos recursos naturais e outros com dados relacionados que possam necessários para identificação do bem.

4.1.5.2.Planejamento

As intervenções, atividades e usos de um jardim histórico devem ser frutos de um bom planejamento. Os planos de manejo devem ser elaborados de forma clara, coerente e econômica, para isso, deve ser baseado em uma identificação apurada de todo o jardim, como vimos anteriormente. Para o manejo de um jardim é necessário estabelecer diferentes zonas e categorias, sendo elas: zonas intangíveis, primitivas, de uso extensivo, uso intensivo, uso

especial de recuperação, tampão, histórico-cultural, as mesmas divisões as adotadas em unidades de conservação (DELPHIN, 2005, p.45).

Antes de qualquer projeto de uso do jardim, é necessário que se verifique a capacidade de carga que o terreno suporta sem impactos negativos para a composição do jardim, para visitação e uso do público, o planejamento das atividades a serem desenvolvidas devem focar em formas sustentáveis e equilibradas de uso que garantam a integridade do sítio. O programa de manejo deve contemplar ações de investigação, recuperação de áreas danificadas, replantio de flores e adaptação da fauna. Outros programas importantes são os de manejo de recursos e manejo ambiental, programas de uso público, voltado para recreação, lazer, interpretação do ambiente, turismo e divulgação do jardim, programas de proteção e programas de administração (DELPHIN, 2005, p.45).

A complexidade do trato de um jardim histórico faz com que por vezes seja necessário a elaboração de projetos complementares, como o projeto paisagístico, projetos de infraestruturas, de circulação, dentre outros. A criação de programas voltados para o desenvolvimento integrado que auxiliam no plano de ordenamento do espaço e na criação de cronogramas físico-financeiros (DELPHIN, 2005, p.45).

4.1.5.3. Proteção

A proteção consiste em criar condições para que um monumento ou sítio histórico perdure de forma íntegra e autêntica. Existem diversas leis, normas, instrumentos de acautelamento e cartas patrimoniais que tem como objetivo a proteção dos jardins históricos. É essencial pensar o jardim como parte integrante de uma paisagem, de contexto mais amplo, também sendo necessário a proteção contra danos ambientais indiretos e ações no entorno que prejudiquem a ambiência do sítio (DELPHIN, 2005, p.46). Para a carta de Juiz de Fora (2010)

A proteção física dos jardins históricos garante a segurança contra roubo, vandalismo, ataques ambientais, ruídos e intrusões visuais. Como forma de assegurar a defesa e salvaguarda, os jardins históricos devem ser objeto de acautelamento legal, sob a forma de registros, inventários e tombamentos.

A proteção legal visa a resguardar o sítio contra qualquer dano, fornece instruções sobre medidas apropriadas, como punição ou compensação por prejuízos ocasionados. O tombamento é um dos instrumentos de acautelamento mais comumente usados na proteção legal. No caso de valor nacional é feito pela inscrição em livros de tomo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. O tombamento pode também ser feito por outras instituições do Poder Público, no âmbito estadual ou municipal, legalmente constituída, de acordo com o modelo da legislação federal (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010, p.6).

A proteção de um jardim histórico está atrelada a eficiência dos atos legais e administrativos que deverão contemplar desde a definição da situação fundiária até a proteção física do bem. As ações de proteção devem ser de preferência de caráter educativo, antes de adotar uma postura repressiva, mas sobretudo devem ser enfáticas na defesa do patrimônio (DELPHIN, 2005, p.46). De acordo com a Carta de Florença (1981)

Artigo 25 - O interesse pelos jardins históricos deverá ser estimulado por todas as ações apropriadas a valorizar esse patrimônio e a torná-lo melhor conhecido e apreciado: promoção de pesquisa científica, intercâmbio internacional e difusão de informação, publicação e divulgação, estímulo à abertura controlada dos jardins ao público, sensibilização para o respeito à natureza e ao patrimônio histórico pela mídia. (CARTA DE FLORENÇA, 1981, p.4).

A atuação de agente de vigilância pode ser apropriada em caso recorrente de roubo e depredações. Os vigiantes devem ser capacitados e em quantitativo proporcional a extensão do sítio para que sejam aplicadas estratégias e tomadas todas as medidas necessárias para a proteção do bem histórico. O ideal é que não seja necessário a presença ostensiva de profissionais da vigilância, qualquer pessoa responsável pela gestão do jardim, assim como os visitantes podem colaborar para impedir atos de vandalismo e roubo.

Pode haver a necessidade da elaboração de planos contra incêndio auxiliado pelo Corpo de Bombeiros. Os planos de prevenção ao incêndio devem permanecer atualizados e ser amplamente divulgados. São importantes as campanhas e envolvimento dos vizinhos para que possam anunciar rapidamente qualquer sobre sinistro ocorrido no jardim (DELPHIN, 2005, p.46).

Os visitantes devem ser informados sobre as normas de comportamento adequadas para a proteção do jardim, com o intuito de evitar os danos em áreas mais frágeis ou o arrancamento de espécies vegetais, por exemplo. Ter uma boa administração, definir um sistema de circulação, distribuir mapas e placas proibitivas podem ser possíveis métodos para prevenção de danos. Zelar pelo estado de limpeza e conservação do jardim é fundamental. O espaço não pode ter acúmulo de lixo em lugares inadequados, uma quantidade adequada de lixeiras deve ser distribuída em pontos estratégicos para que não aconteça o acúmulo de lixo em canteiros, por exemplo (DELPHIN, 2005, p.48 e 49).

Tem uma administração que cuide corretamente do jardim, pode evitar ações agressivas dos visitantes e transeuntes. O jardim deve ser agradável e convidativo, a visita deve ser controlada e sempre que possível adequada para pessoas com necessidades especiais. De acordo com carta de Florença (1981)

Artigo 23 - Cabe às autoridades responsáveis adotar, sob a orientação de peritos competentes, as disposições legais e administrativas apropriadas a identificar, inventariar e proteger os jardins históricos. Essa proteção deve ser integrada aos planos de ocupação dos espaços urbanos e aos documentos do planejamento físico-territorial. Cabe igualmente às autoridades responsáveis assumir, conforme orientação de peritos competentes, as disposições financeiras adequadas a favorecer a manutenção, a conservação, a restauração e, eventualmente, a reconstituição dos jardins históricos (CARTA DE FLORENÇA, 1981, p.4).

4.1.5.4. Conservação

As ações de conservação são destinadas a prolongar o tempo de vida ou manter a integridade do jardim. Em geral, destinam-se a recuperação, recomposição ou restauração de partes danificadas, tendo como objetivo principal a preservação e autenticidade do bem cultural. A prevenção é a melhor maneira de conservação, o que inclui um plano de prevenção contra deterioração e manutenção da vegetação e demais elementos que compõe o jardim. Tomar precauções contra perigos e desastres naturais também são ações e conservação eficientes (DELPHIN, 2005, p.50).

4.1.5.5. Restituição

São ações que visam recuperar a originalidade do bem e do espírito da época. Podemos atingir esses objetivos com o trabalho de remoção de elementos espúrios ou reconstituição das partes originais degradadas ou desaparecidas. A restituição só pode ser feita perante um amplo estudo fundamentados iconográficos em fontes confiáveis ou levantamentos físicos rigorosos (DELPHIN, 2005, p.50).

4.1.5.6. Restauração

A restauração tem como objetivo recuperar e reintegrar partes ou o todo de um bem cultural. A restauração em jardins históricos deve respeitar a evolução do jardim e assegurar a permanência dos valores que o caracterizam, essa ação se estende a conservação das características e ambiência do sítio e de todos seus elementos. A carta de Florença (1981) anuncia que

Artigo 16 - A intervenção de restauração deve respeitar a evolução do respectivo jardim. Em princípio, ela não deveria privilegiar uma época à custa de outra, salvo se a degradação ou o definhamento de certas partes puderem, excepcionalmente, dar ensejo a uma reconstituição fundada sobre vestígios ou sobre uma documentação irrecusável. Poderão ser, mais particularmente, objeto de uma reconstituição eventual as partes do jardim mais próximas do edifício, a fim de fazer ressaltar sua coerência (CARTA DE FLORENÇA, 1981, p.3).

Os trabalhos de restauração devem ser feitos por empresas especializadas, executado por orçamento e não por empreitada. No edital devem constar todos os trabalhos previstos e

mais uma margem para imprevistos, passíveis de serem assumidos pela empresa responsável. Sobre a contratação de serviços a carta de Juiz de Fora (2010) revela que

a contratação de serviços de restauração, conservação e manutenção dos jardins históricos requer conhecimento altamente especializado, devendo ser tratada de forma diferenciada pela administração pública, especialmente no que se refere aos processos licitatórios. Planos e contratos para serviços de restauração devem seguir critérios estabelecidos pelo gestor do jardim, de acordo com as especificidades de cada local. Os contratos não devem se limitar à contratação de serviços como restauração, sem considerar a necessidade de manutenção do jardim. Indica-se aproximação e intercâmbio com áreas jurídicas e administrativas de órgãos responsáveis pelo desenvolvimento, acompanhamento e gestão dos contratos (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010, p.10).

As ações de restauração devem ser frequentemente fiscalizadas e supervisionadas, para que sejam tomadas medidas rápidas, caso sejam encontrados novos achados, caso haja dificuldades na execução ou dúvidas sobre os serviços ou a necessidade de intervenções não previstas. O fiscal deve ter um olhar apurado para evitar que não desapareçam elementos que aparentemente não foram percebidos nos estudos prévios ou que não aparentam ter valor histórico. Qualquer decisão tomada sobre o manejo da vegetação deve ser apresentada previamente para equipe de fiscalização, e deve ser muito bem justificada pelos executores do trabalho (DELPHIN, 2005, p.51). Sobre a fiscalização de intervenções de restauro a Carta de Juiz de Fora (2010) afirma que

Fiscalização – compete aos órgãos de preservação dos jardins históricos a fiscalização de todas as operações que sobre ele incidirem. Tais operações devem dar-se conforme a legislação vigente e as normas nacionais e internacionais estabelecidas por cartas patrimoniais. Cabe a esses órgãos a apreciação prévia de qualquer proposta ou projeto capaz de afetar os valores preservados em um jardim histórico (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010, p.12).

A obra de restauro deve ser feita em parcelas no jardim, executar diversas frentes de trabalho de uma só vez pode comprometer negativamente a área. Ao utilizar a técnica de tratamento de parcelas do sítio possibilitará que a primeira ação de trabalho seja usada como fonte de experiência para a execução das demais etapas, criando um conhecimento prático de como agir e poupar o acometimento de danos. O projeto e os trabalhos devem ser informados ao público por meio de placas, textos explicativos ou visitas voltadas para educação patrimonial (DELPHIN, 2005, p.52).

A restauração deve ser fundamentada nas escolhas em operações que prezem o respeito pela autenticidade da vegetação e dos elementos construtivos que compõem o jardim. Deverão ser adotadas medidas preventivas para a consolidação e proteção das estruturas, esculturas, da fauna e da flora. O objetivo da restauração não é somente manter a integridade do bem, mas revelar seu valor cultural e melhorar a legibilidade da sua forma original (DELPHIN, 2005, p.52).

Muitos passos devem preceder esse tipo de intervenção, principalmente quando dizem respeito a vegetação que será introduzida, preservada ou retirada do jardim histórico. Deve-se elaborar uma grande pesquisa sobre os aspectos históricos, para não falsificar a paisagem, é importante uma investigação sobre as diferentes fases de evolução dos monumentos e sua relação com a vegetação ao longo do tempo. Um restaurador de jardins deve ter atenção quanto a reintrodução das espécies, para não confundir com outras semelhantes às originais. No caso das herbáceas, se não for possível plantar a espécie original, poderão ser usadas plantas diferentes que produzam efeito de textura e cor semelhante (DELPHIN, 2005, p.56 a 58).

Quando um elemento arbóreo possuir porte ou densidade da copa que venha atrapalhar a incidência de luz e por sua vez os crescimentos das vegetações próximas, é preferível que a árvore seja mantida e que jardim siga em sua evolução natural, podendo ser pensadas soluções alternativas para esses espaços. Se não houver informações necessárias para a restauração de um jardim histórico, o agenciamento pode ser feito usando um projeto contemporâneo, que contraste com o bem que se pretende valorizar, de forma a enriquecer sua leitura (DELPHIN, 2005, p.59).

A restauração também deve contemplar os elementos ornamentais como chafarizes, esculturas, grades, dentre outros. O profissional deverá elaborar um levantamento desses elementos juntamente com mapeamento de danos e um relatório sobre sua composição, além de prospecções, análises químicas para identificar intervenções passadas e a identificação dos materiais e procedimentos de cada etapa da restauração. Também são necessários levantamento histórico, iconográfico do elemento que se deseja restaurar além de um acompanhamento fotográfico de todo processo, dentre outras técnicas de restauro a serem aplicadas a cada caso (DELPHIN, 2005, p.59).

4.1.5.7. Revitalização

A Revitalização é a reutilização de um bem cultural, no caso um jardim, praça, parque, etc., observando aquilo que lhe é essencial, podendo servir como abrigo de atividades humanas ou ser um condicionador ambiental. O objetivo consiste em garantir as funções apropriadas para jardim histórico. Segundo a Carta de Nairobi (1976)

A proteção e a restauração deveriam ser acompanhadas de atividades de revitalização. Seria, portanto, essencial manter as funções apropriadas existentes e, em particular, o comércio e o artesanato e criar outras novas que, para serem viáveis a longo prazo, deveriam ser compatíveis com o contexto econômico e social, urbano, regional ou nacional em que se inserem. O custo das operações de salvaguarda não deveria ser avaliado apenas em função do valor cultural das construções, mas também do valor derivado da utilização que delas se possa fazer. Os problemas sociais decorrentes da

salvaguarda só podem ser colocados corretamente se houver referência a essas duas escalas de valor. Essas funções teriam que se adaptar às necessidades sociais, culturais e econômicas dos habitantes, sem contrariar o caráter específico do conjunto em questão. Uma política de revitalização cultural deveria converter os conjuntos históricos em polos de atividades culturais e atribuir-lhes um papel essencial no desenvolvimento cultural das comunidades circundantes (CARTA DE NAIROBI, 1976, p. 10).

4.1.5.8. Manutenção

A manutenção dos jardins históricos é uma operação primordial que deve se manter de forma contínua, as ações de manutenção visam manter o bem cultural em condições de uso e fruição. Os serviços de manutenção devem estar atrelados a uma rotina, com tarefas diárias, semanais, mensais, etc., porém haver uma flexibilidade no caso de emergência, como por exemplo as fortes chuvas (DELPHIN, 2005, p.62)

Quando tratamos de jardinagem, a manutenção tem três objetivos essenciais, são eles: manter a qualidade física, químicas do solo e garantir o fornecimento de água e nutrientes para as plantas; manter dentro da margem os ritmos naturais, os volumes e texturas da vegetação; proteger a fauna e a flora contra organismos danosos e desastres naturais. Por isso, para garantir uma manutenção adequada é necessário a execução de serviços de rega, poda, monda, controle fitossanitário e limpeza dos canais de drenagem das águas pluviais. Qualquer técnica aplicada a um jardim histórico exige uma abordagem específica e cuidadosa, para que não sejam perdidas as características do sítio e seu valor cultural (DELPHIN, 2005, p.62).

Adotar os usos de diários de campo para registro da rotina de manutenção, as particularidades do jardim e as condições ambientais é importante para manutenção da paisagem original. A necessidade de certos trabalhos de manutenção dependerá da complexidade do sítio, de forma geral, Delphin (2005) especifica algumas técnicas apropriadas para manutenção de jardins históricos são elas: varredura e capina, irrigação, trato dos gramados, limpeza de bueiros, produção de mudas, redução do lixo, poda, retirada de árvores ou grandes galhos, tratamento fitossanitário, adubação, manutenção de tanques e lagos pequenos, coroamento, retirada de ervas daninhas, cuidados com as ferramentas e utilização de mapas (DELPHIN, 2005, p.62).

4.1.5.9. Administração

A decadência de um bem cultural é acelerada quando há falta de agilidade nas decisões administrativas. A administração de um jardim deve elaborar programas de acordo com as especificidades do bem, que irão condicionar ou ditar as formas de uso e as atividades desenvolvidas. Um bom administrador deve ter conhecimento técnico na área, conhecimento

científico à sensibilidade histórica e artística proveniente de uma educação sobre o patrimônio cultural.

Artigo 24 - Os jardins históricos constituem um dos elementos do patrimônio cuja sobrevivência, em razão de sua natureza, exige o máximo de cuidados contínuos por parte de pessoas qualificadas. Convém, pois, que uma pedagogia adequada assegure a formação dessas pessoas, quer se trate de historiadores, de arquitetos, de paisagistas, de jardineiros ou de botânicos. Deve-se também assegurar a produção regular de vegetais que entram na composição dos jardins históricos (CARTA DE FLORENÇA, 1981, p.4).

A compreensão, a apreciação e o envolvimento afetivo com o jardim são condições indispensáveis para quem trabalha com esse patrimônio. A busca de contínuo aperfeiçoamento deve ser incentivada pela administração, bem como a valorização do conhecimento dos antigos profissionais e mestres em seu ofício.

4.1.5.10. Instruções para o uso

É fundamental o planejamento dos usos de um jardim histórico, o objetivo principal deve ser garantir sua integridade, a partir de usos compatíveis com os interesses de preservação dos valores históricos, estéticos e ambientais. As adaptações devem ser mínimas, respeitando as formas, estruturas, tipologias e organização do jardim, bem como sua fauna e flora. Quando não for possível seu uso tradicional, a adaptação deve ser feita como parte de um plano cuidadoso que valorize o bem e possua interesse educativo (DELPHIN, 2005, p.76). Sobre os cuidados a serem tomados, que giram em torno da utilização dos jardins históricos a Carta de Florença (1981) revela que

Artigo 18 - Se todo jardim histórico é destinado a ser visto e percorrido, conclui-se que o acesso a ele deve ser moderado, em função de sua extensão e de sua fragilidade, de maneira a preservar sua substância e sua mensagem cultural.

Artigo 21 - A prática da manutenção ou da conservação dos jardins históricos, cuja duração é imposta pela estação, ou as curtas operações que concorrem para lhes restituir a autenticidade, devem sempre ter prioridade sobre as servidões de utilização. A organização de qualquer visita a um jardim histórico deve ser submetida a regras de conveniência adequadas a preservar-lhe o espírito.

Por ser composto em grande parte por elementos vivos, os jardins são construções frágeis que precisam de um planejamento das atividades desempenhadas e o incentivo aos usos moderados para que sejam preservados seus aspectos de valor. Ao mesmo tempo, deve possuir um estudo de impacto em curto e longo prazo, além de projetos para torna-lo acessível de forma universal e convidativo para o público.

Ao refletir sobre as recomendações dadas pelo Manual de Intervenções em Jardins Históricos concluímos que nem todos os cuidados referentes a identificação, conservação, manutenção, administração e uso estão sendo tomados na gestão da Praça Barão de Campo

Belo. A praça não possui um inventário sistematizado para sua identificação, nem conta com planejamento prévio de ações voltadas para sua conservação e manutenção, o que prejudica autenticidade e integridade do jardim. Não há restrições de uso da praça bem definidas, compatíveis com interesses de preservação dos seus valores e nem sempre as decisões administrativas são tomadas em tempo hábil, muitas vezes isso se dá pelo reduzido quantitativo de servidores capacitados para resolução desses problemas.

Os fatos apresentados corroboram para comprovação da hipótese da pesquisa, pautada na insuficiência de critérios e diretrizes voltadas para a gestão e manejo da Praça Barão de Campo Belo, visto sua importância para a composição paisagística do conjunto tombado de Vassouras. Ao comprovar a hipótese através dos estudos e análises expostas aqui, inferimos que tais fatores acarretam em uma insatisfatória conservação desse bem, afetando sua significação cultural, integridade e autenticidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o conceito de paisagem e a definição das praças e jardins inseridos em uma sistemas de espaços verdes, possibilitou a identificação da Praça Barão de Campo Belo como uma praça ajardinada, inserida no sistema de espaços livres de urbanização da cidade de Vassouras, tal qualificação é importante para compreender quais parâmetros e estratégias serão adequadas para sua conservação.

Através do estudo da trajetória dos modelos icônicos de praças em jardins que marcaram a história do paisagismo, foi possível compreender o surgimento das linguagens estilísticas na criação da paisagem. Na Europa surgiram diversos movimentos que pautam a forma de organizar os jardins, o primeiro aparece na Itália nos séculos XV/XVI, a partir da criação das *Villas*, com jardins adequados à topografia do local, traçados retilíneos e geométricos, com a inserção de elementos decorativos. Nesse período, as praças seguiam uma composição ancestral, materializada em um grande espaço livre não vegetados destinado ao uso público.

No século XVII temos os jardins franceses ainda atrelados ao traçado geométrico, mas com composições de canteiros com ar mais dramático, traduzindo a aparência opulenta do barroco, na esfera urbana surgem as praças com árvores, canteiros e traçado regular, destinados ao desfrute das elites da época. A partir do século XVIII o cultivo de jardins foi adotado por diversas camadas da sociedade, com isso, a rigidez da concepção francesa começou a ser questionada, pois não eram compatíveis com as vertentes democráticas inglesas da época, a produção da paisagem passa a ir na contra mão do que estava sendo feito ao adotar formas orgânicas e a exuberância da natureza na composição dos jardins e praças.

Caminhando para o século XIX surge a era industrial e com ela, uma crescente urbanização. Nesse período se torna mais evidente a importância da natureza para o bem estar, popularizando a jardinagem e o interesse botânico. Com isso, são criadas políticas de inserção de parques na Europa, para promoção de um meio urbano mais salubre e aerado, além de um ambiente mais atrativo para as relações sociais.

O estudo acerca do surgimento dos estilos paisagísticos é necessário para compreender as tendências trazidas para o Brasil e por fim definir os movimentos que influenciaram na concepção da Praça Barão de Campo Belo. Para isso, recorreremos aos estudos das influencias trazidas no período Colonial e no período Eclético, que foi dividido em três linhas estilísticas principais: a linha Clássica, inspirada nas características dos jardins franceses, a linha

Romântica influenciada pelas formas e elementos dos jardins ingleses e a linha Clássica-Romântica que junta as características dos dois estilos.

Baseados nos conceitos das linguagens paisagísticas difundidas nacionalmente, analisamos exemplares relevantes dos jardins e da paisagem no Rio de Janeiro (XVII/XVIII e XIX) em um recorte Estadual e detectamos reprodução dos estilos Ecléticos Clássicos e Românticos, já em uma análise a nível regional através da investigação das praças do Médio Vale do Paraíba observamos a vocação para os estilos Eclético Romântico e Eclético Clássico-romântico.

As tendências compositivas das praças Médio Vale do Paraíba são refletidas na praça Barão de Campo Belo, onde encontramos o estilo Eclético Clássico-Romântico. Até chegar à forma que conhecemos hoje, que se dá graças ao tombamento do Conjunto Paisagístico Urbanístico da Cidade de Vassouras, a praça passou por muitas mudanças. A ideia para criação de uma praça no centro da cidade, em um terreno em frete a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição é dada em 1835, acreditamos que o terreno passou a ser tratado como praça a partir de 1857, quando se deu o nivelamento do terreno, foi ajardinada e foram inseridos os exemplares de Palmeiras Imperiais ao redor do logradouro. Seu traçado não pode ser identificado em registros iconográficos até o ano de 1932, mas conseguimos ver a evolução dos volumes vegetados da praça, a inclusão de mobiliários e elementos decorativos por meio de várias fotografias datadas de 1897 até os dias de hoje.

O Centro Histórico de Vassouras, tendo a Praça Barão de Campo Belo pertencente ao conjunto tombado, tem como referências para gestão dos bens tombados: a Lei Municipal nº 1.099/1978 para o Planejamento Físico e Territorial do Município de Vassouras juntamente com a Lei nº 2.831/2015 que dita o Código de Posturas, ambos ainda em vigência e a Portaria nº 12/86-IPHAN como instrumento federal para o conjunto tombado de Vassouras e por fim, Planos Integrados de Vassouras ainda em elaboração.

A normativa federal representada pela Portaria nº12/86 deixa a cargo dos técnicos as decisões a serem tomadas referente a conservação e intervenção nos bens, essas decisões são pautadas nos documentos e cartas que versam sobre a proteção do patrimônio. Na esfera municipal, temos no texto do PFTMV uma grande preocupação com a ambiência do conjunto tombado. Na Lei nº 2.831/2015 - Código de Posturas fica a cargo do município o poder de polícia administrativa de caráter disciplinar, que dita normas para manutenção da ordem, na área tombada e demais áreas do município. No Código de Posturas temos descritas restrições que contribuem para integridade e ambiência do Centro Histórico e também de jardins e áreas

verdes em geral. Nos Planos Integrados de Vassouras, que ainda não foram aplicados, surgem recomendações mais específicas voltadas para Praça Barão de Campo Belo, que seguem os parâmetros estabelecidos pelas Cartas de Jardins Históricos de Florença (1981) e Juiz de Fora (2010).

A pesar de já haver uma preocupação acerca da gestão da praça pelo poder federal e municipal, quando nos baseamos nas recomendações das Cartas patrimoniais, principalmente nas de Florença (1981) e Juiz de Fora (2010) e no Manual de Intervenção em Jardins Históricos (2005) vemos que o trato em prol da integridade desse bem, ainda não está condizente com seu valor cultural, pois ainda não há dados necessários para sua correta identificação, nem diretrizes específicas e detalhadas voltadas para sua proteção, conservação, manutenção e uso.

Vimos que desde o tombamento do Conjunto Paisagístico e Urbanístico de Vassouras, que inclui a Praça Barão de Campo Belo, algumas mudanças ocorreram, como a retirada de elementos arbóreos e arbustivos, inserção e retirada de bancos, que agora se encontram em quantitativo original e mudanças no modelo dos postes de iluminação. Acreditamos que essas alterações de fato afetaram a integridade e autenticidade da composição tombada, o que colabora para comprovação da hipótese do estudo, que aponta a gestão desse espaço público, ainda inadequada, em face da sua reconhecida significação paisagística para a caracterização da paisagem local. Uma das soluções mais importantes a ser adotada é o planejamento de ações voltadas para educação patrimonial que visem elucidar o valor, significação cultural e importância paisagística, da Praça Barão de Campo Belo e das demais praças e jardins históricos que compõem a paisagem do Centro Histórico de Vassouras.

REFERÊNCIAS

_____. **Carta de Atenas - Sociedade das Nações - Outubro de 1931.** Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2022.

_____. **Carta de Florença (1981).** Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Florenc%CC%A7a%201981.pdf>. Acesso em: 14 maio 2022.

_____. **Carta de Veneza (1964).** II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

_____. **Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, dita Carta de Juiz de Fora (2010).** Estabelece definições, diretrizes e critérios para a defesa e salvaguarda dos jardins históricos brasileiros. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20dos%20Jardins%20Historicos.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2022.

_____. **Declaração de Nairóbi (1982).** Assembleia Mundial dos Estados, no Quênia.

_____. **LEI ORDINÁRIA Nº 2831, D. 0. D. S. D. 2.** Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;rio.janeiro;vassouras:municipal:lei:2015-09-09;2831>>. Acesso em: mar. 2023.

_____. **Recomendação Europa (1995).** Recomendação Europa sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais com as políticas paisagísticas. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Europa%201995.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

_____. **Compromisso de Salvador (1971).** II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20>. Acesso em: 10 fev. 2022.

_____. **Declaração de Quebec (2005).** Sobre Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do Patrimônio Cultural. <<http://www.icomos.org/charters/xian-declaration-por.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2022.

_____. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Disponível em. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 06 fev. 2023.

_____. **Planos Integrados de Vassouras (PIV).** <https://piv.vassouras.ibam.org.br/>. Acesso em: 02 mar. 2023.

_____. **PORTARIA nº 12, de 18 de setembro de 1986.** http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_12_de_18_d. Acesso em: 02 abr. 2023.

ALEX, S. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público.** São Paulo: Senac, 2008.

- ALMEIDA. **Barra Mansa, memória comemorativa do 1º centenário**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1932.
- ANDRADE, I. E.-J. **Dimensão Ambiental da paisagem cultural: o impacto do entorno urbano nos jardins de interesse histórico**. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- ANDRADE, I. E.-J.; RIBEIRO, R. T. Um olhar sobre os jardins históricos. **VII Encontro Nacional de ensino e paisagismo em escolas de arquitetura e urbanismo**, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.
- ARGAN, G. C. **El concepto del espacio arquitectónico desde El Barroco a nuestro días**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1966.
- ATHAYDE. **Baara Mansa e seus administradores**. Juiz de Fora: ESDEVA, 1971.
- BENEVOLO, L. **História da cidade**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- BRAGA, G. H. F. **Vassouras de Ontem**. Vassouras, Rio de Janeiro: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Vassouras, 1975.
- CARNEIRO, I. **Projeto de paisagismo da praça armando ribeiro carneiro, na cidade de Eunápolis, Bahia**. TFG (graduação em arquitetura e urbanismo) Instituto de Tecnologia, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.
- CHING. **Arquitetura: Forma, espaço e ordem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 1975.
- CHOAY, F. **O Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 3ª edição. ed. Lisboa: Edições 70, 2014.
- CIAM. **Carta da Atenas (1933)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20>. Acesso em: 08 maio 2022.
- CUNHA, A. P. **Dicionário de artes plásticas**. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2005.
- CURY, I. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN/Ministério da Cultura, 2000.
- DEGREAS, R. **Espaços Livres Públicos: Formas Urbanas para uma Vida Pública**. Produção e Gestão do Espaço Urbano, São Paulo, 2010.
- DELPHIN, C. F. D. M. **Manual de Intervenções em Jardins Históricos**. Brasília: IPHAN, 2005.
- FERNANDES, N. **Eufrásia e Nabuco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.
- GONÇALVES. **Paisagem: objeto de trabalho do arquiteto paisagista**. In: **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, 1992.
- ICOMOS. **Carta da Veneza (1964)**. Carta Internacional sobre conservação de monumentos e sítios. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- JR., E. S. **Paisagem**. In: **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, 2005.

LAMAS. **Morfologia Urbana e o Desenho da Cidade**. [S.l.]: [s.n.], 2000.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 3ª. ed. Porto: [s.n.], 2004.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.099, D. 1. D. N. D. 1. Disponível em: <<https://sapl.vassouras.rj.leg.br/ta/18/text?#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20O%20ZONEAMENTO%20DO,ESTADO%20DO%20RIO%20DE%20JANEIRO.>>. Acesso em: mar. 2023.

LEITE. **Uma fundamentação geográfica ao paisagismo regional**. Paisagem e ambiente, 1989.

LEONE, L. D. S. **Recomendações projetuais paisagísticas de jardins terapêuticos para edifícios de assistência à saúde nas zonas bioclimáticas brasileiras (Z3 e Z8)**. TFG (graduação em arquitetura e urbanismo), Instituto de Tecnologia, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022.

LIMA CARLOS, C. A. S. **Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC): origem e aplicação do instrumento de proteção urbana na cidade do Rio de Janeiro (1879-2014)**. Curitiba: Appris, 2020.

LIMA, C. P. C. D. S. **Natureza e cultura: o conflito de Gilgamesh**. In: **Paisagem Ambiente: ensaios n. 8**, São Paulo, 2004.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes Ltda, 1997.

MACEDO. **Plano de Massas - um Instrumento para o desenho da paisagem**. In: **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, 1989.

MACEDO. **A vegetação como elemento de projeto**. In: **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, 1992.

MACEDO. **Espaços Livres**. In: **Paisagem Ambiente Ensaios**, São Paulo, 1995.

MAGALHÃES, C. M. **O desenho da história no traço da paisagem: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil - memória, inventário e salvaguarda**. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

MAGNOLI, M. M. **Ambiente, espaço, paisagem**. In: **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, 1986.

MARTINS. **Vereadores de Vassouras do império à nova república**. Vassouras: Edição Particular, 1993.

MIRANDA, A. C. N. **História e intervenção em sítios tombados: a experiência de Vassouras (RJ), 1958-2009**. **Dissertação (mestrado em patrimônio) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, 2012.

MIRANDA, K. **Sítio Histórico Urbano de Vassouras / RJ e Entorno, uma Única Cidade**. **Dissertação (mestrado) Programa de Pós-graduação em Arquitetura UFRJ/ PROARQ**, Rio de Janeiro, 2017.

MONTEIRO, A. J. M. **Vislumbres da alma da cidade: uma construção da imagem do lugar através do livro história de Vassouras**. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo) - Pós graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

- MOREIRA. **Barra Mansa: imagens e identidades urbanas**. Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo) UFRJ/PROURB, Rio de Janeiro, 2022.
- MUNIZ, C. M. L. **Os donos da terra. Um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba fluminense, no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- NEVES, É. S. **Paisagem-conceito**. In: **Paisagem e ambiente**, São Paulo, 1992.
- NIEMEYER, C. A. D. C. **Paisagismo no planejamento arquitetônico**. 3ª. ed. Uberlândia: EDUFU, 2019.
- PELLEGRINO, P. R. M. **A paisagem possível**. In: **Paisagem e ambiente**, São Paulo, 1989.
- PENTEADO, H. **Plano de massas: exercício demonstrativo como método de ensino do projeto paisagístico**, In: **XV Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil**, Campos dos Goytacazes, 2020.
- RAPOSO, I. **História de Vassouras**. 2ª. ed. Niterói: SEEC, 1978.
- ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de, 2010.
- ROCHA, I. Experiência na gestão de um centro histórico de pequeno. **Anais o I Simpósio Fluminense de Patrimônio Cultural-Científico: Planos integrados de preservação**, Rio de Janeiro, 2011.
- SALDANHA. **O jardim e a praça: ensaio sobre o lado "privado" e o lado "público" da visa social e histórica**. In: **Ciência e Trópico**, Pernambuco, 2011.
- SALVIATI. Tipos vegetais aplicados ao paisagismo. **Paisagem e Ambiente**, 1993.
- SEGAWA, H. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.
- SITTE, C. **A construção das cidades segundo princípios artísticos**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1992.
- STEIN, S. J. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- TÂNGARI, V. R. ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS COMO ESPAÇOS MUSEOGRÁFICOS. **Seminário internacional - A arquitetura dos espaços museológicos do ponto de vista expográfico**, Rio de Janeiro , setembro 2005.
- TELLES, A. C. D. S. **Vassouras Estudo da Construção Residencial**. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 16ª, 1968.
- TERRA, C. **Sobre tecnologia da jardinagem: discursos, instrumentais e mpetodos na construção da paisagem**. In: **Revista leituras paisagísticas: teoria e praxis / Glaziou**, Rio de Janeiro/UFRJ, 2007.
- TERRA, C. G. **Paisagens construídas: jardins, praças e parques do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.
- THOMPSON, M. **Entorno de bens tombados**. In: **IPHAN/DAF/Copedoc**, Rio de Janeiro, 2010.

THOMPSON. **Memórias do Patrimônio: Entrevista com Augusto da Silva Telles.** In: IPHAN/DAF/Copedoc, Rio de Janeiro, 2010.

TRANCIK. **Finding Lost Scape: Theories of Urban Desing.** New York, Van Nostrand Reinhold, 1985.

VASCONCELLOS. **Entorno contruido e o microclima de praças em cidade de clima tropical quente e umido: uma contribuição metodologica para o projeto bioclimático.** Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo), Rio de Janeiro, 2006.

VASSOURAS (RJ). **Lei nº 1.099, 10 de novembro de 1978.** Dispõe sobre o zoneamento do Município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro. http://sapl.vassouras.rj.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/1309. Acesso em: 10 abr. 2023.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DO MÉDIO PARAÍBA - VASSOURAS/RJ.

Arquivos Iconográficos;

Atas da Câmara Municipal de Vassouras, século XIX;

Jornal *O Município*, 1915;

Jornal *O Vassourense*, 1915;

Planejamento Físico e Territorial do Município de Vassouras, 1978;

Portaria 12 de 1986.

PREEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS – SECRETARIA DE URBANISMO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO – DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Arquivos Iconográficos;

Lei nº 2.831/2015 Código de Posturas do Município de Vassouras;

Planos Integrados de Vassouras (PIV);

Processo de Tombamento nº 566-T-57.

PREEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS – SECRETARIA DE URBANISMO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO – ARQUIVO MUNICIPAL

Arquivos Iconográficos;

Atas da Câmara Municipal de Vassouras, século XIX.

APÊNDICE

Plantas técnicas de inventário da Praça Barão de Campo Belo, Vassouras/RJ.

(Fonte: Adaptado de base fornecida pelo Escritório Técnico do Médio Vale Paraíba/IPHAN-RJ)